



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO (CET)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

**A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO E O SABER-FAZER DO TURISMO: ESTUDO DE CASO
OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE – GO.**

ANA CLAUDIA MACEDO SAMPAIO

**BRASÍLIA - DF
2013**

ANA CLAUDIA MACEDO SAMPAIO

**A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO E O SABER-FAZER DO TURISMO: ESTUDO DE CASO
OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE – GO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientadora Prof.^a Dr^a. Marutschka Martini Moesch.

BRASÍLIA - DF
2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1007866.

S192c Sampaio, Ana Cláudia Macedo.
A cultura da participação e o saber-fazer do turismo :
estudo de caso Observatório para o Turismo Sustentável de
Cavalcante - GO / Ana Claudia Macedo Sampaio. -- 2013.
175 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação,
Mestrado Profissional em Turismo, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Marutschka Martini Mesch.

1. Turismo. 2. Participação social - Goiás (Estado).
3. Capital social (Sociologia). I. Mesch, Marutschka
Martini. II. Título.

CDU 338.482.2

ANA CLAUDIA MACEDO SAMPAIO

**A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO E O SABER-FAZER DO TURISMO: ESTUDO DE CASO
OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE – GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch (Orientadora)
Centro de Excelência em Turismo/UnB

Prof^o. Dr^o. Neio Lúcio Campos
Centro de Excelência em Turismo/UnB

Prof^a. Dr^a. Cléria Botelho da Costa
Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

À Walter Sampaio (in memorian), pelo amor e paixão ao conhecimento que me transmitiu; e a Jorge de Souza Marinho Júnior por toda cumplicidade, companheirismo e carinho dedicados ao longo dessa jornada que só o amor explica.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora querida, Marutscha Moesch, pelas orientações valiosas, incentivo e dedicação carinhosa, imprescindíveis para a conclusão desse trabalho.

À comunidade de Cavalcante que me ajudou e colaborou com minha pesquisa, em especial: Pablo Betancor, João Ribas e Ana Claudia Abreu.

Aos amigos sempre presentes, apesar da distância, em especial: Ângela Teberga, Laércio Falcão, Letícia Freitas, Eky e Erika Barradas, Igor Brasileiro, Junior Gusmão, Glorinha Yung e Beatriz do Couto.

À minha mãe, Marluvia Amorim, e meu irmão, Emerson Amorim, pelo carinho e apoio dedicados, além da compreensão em relação às minhas ausências nas últimas datas. E à família Marinho, Jorge de Souza Marinho e Maria Helena Palheta, que tão amorosamente vem me acolhendo e apoiando no fim dessa jornada.

RESUMO

As comunidades locais no processo de desenvolvimento do Turismo encontram na ação participante as possibilidades de serem incluídos os seus interesses, que às vezes, se relevam maiores que a simples satisfação econômica individual. Pelo turismo, a participação comunitária como potencial ferramenta de desenvolvimento endógeno deve ser discutida a luz da apreensão complexa do Turismo e da reflexão em torno das possibilidades do capital social, emancipação e cidadania, que requer um maior aporte teórico-metodológico favorável a sua consolidação como campo do conhecimento, desvelando-se novos olhares sobre o Turismo. Nesta investigação objetiva-se analisar a relação entre os processos de participação propostos pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO e a construção de um saber-fazer do turismo por parte dos atores envolvidos em relação ao capital social existente. Bem como analisar as metodologias propostas pelo Observatório quanto instrumentos de empoderamento, emancipação e engajamento cívico dos atores participantes. Utiliza-se a metodologia qualitativa da pesquisa-ação, tendo como quadro de referência a dialética histórico-estrutural, associada ao uso da análise de conteúdos com intuito de tratar a dimensão coletiva e interativa da investigação a partir dos achados construídos pelos atores no período de junho de 2011 a julho 2012. Conclui-se que as dificuldades apresentadas no decorrer do processo do Observatório, associadas ao complexo desafio dos processos participativos, não puderam ser superadas por falta de um aporte teórico e metodológico que permitisse uma adequada reflexão quanto aos objetivos transformadores da proposta, que em parte se justifica pela imaturidade em relação à concepção participativa adotada. Em contraponto a essa problemática, compreende-se por fim que as metodologias intituladas como “participativas no turismo” prescindem de um aporte que ultrapassem a simples repetição de discursos produzidos em determinados contexto que não mais condizem com a atual necessidade de aprofundamento reflexivo em torno do Turismo e suas possibilidades de fato, diante de problemáticas tão complexizadas pela dinâmica globalizada do mundo contemporâneo que impõem um saber-fazer as práticas turísticas.

Palavras-chaves: turismo, participação comunitária, saber-fazer turístico, metodologias participativas, capital social, Observatório para o Turismo Sustentável-Cavalcante/GO.

ABSTRACT

Local communities in the development process tourism found on the participatory action the possibility of the inclusion of its interests, with sometimes is bigger than just individual economic satisfaction. By tourism, community participation is a potential tool as endogenous development should be discussed in the light of the tourism complex seizure, and reflection of the possibilities of social capital, empowerment and citizenship, with requires a larger theoretical and methodological favorable to its consolidation as field of knowledge, is unveiling new looks on the tourism. On this investigation the objective is analyze the relation between the participation process proposed by the Centre of Sustainable Tourism of Cavalcante/GO and the construction of a tourism know-how by the actors involved in relation to the existing share capital, as well as analyzing the methodologies proposed by the Centre as tools of empowerment, emancipation and civic engagement of stakeholders participation. A qualitative methodology of action research is used taking as reference the dialectical historical-structural associated to the analysis contents use in order to deal with the collective dimension and interactive research findings from constructed by actors in period in June 2011 to July 2012. It is concluded that the difficulties presented during the process Observatory associated with the complex challenge of participatory process couldn't be softened for lack of a theoretical and methodological framework to allow an adequate reflection of the proposal transformers, which partly justifies the immaturity regarding participatory regarding adopted. In counterpoint to this problem, it is understood by end that the research will involve a contribution beyond the simple repetition of discourses produced in certain contexts that no longer needs meets the current need for deeper reflective around tourism and its real possibilities, before the difficult problematics as the dynamic of the globalized postmodern world.

Key-words: tourism, community participation, touristic know-how, participatory methodology, social capital and Centre for Sustainable Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Processo do Reequilíbrio Regional Turístico.....	32
Figura 2 –Fluxo da Emergência dos Achados para a Análise Intradiscurso.....	66
Figura 3– Movimentos Básicos da Investigação.....	67
Figura 4– Elementos Metodológicos Básicos do OTS.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Síntese da Investigação.....	64
Quadro 2 – Gráfico de Interpretação da Fala e Entrevista do Ator 1.....	76
Quadro 3 – Perfil do Comitê Gestor.....	124
Quadro 4 – Quadro de Participação dos Atores Sociais.....	126
Quadro 5 – Síntese das Dimensões do OTS.....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO TURISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM SABER-FAZER TURÍSTICO.....	15
1.1 O Turismo como Campo do Conhecimento	15
1.1.1 Os Empíricos: apropriação empírica e a construção dominante do fenômeno turístico	20
1.1.2 Os Pré-Paradigmáticos: apropriação funcionalista e sistêmica do fenômeno do Turismo e sua representação econômica	26
1.1.3 Os Paradigmáticos: superação dos fundamentos adotados e da delimitação das categorias.....	31
1.2 A Participação Comunitária na Produção do Saber-fazer do Turismo.....	37
1.2.1 A participação nos estudos da Sustentabilidade do Turismo e na Gestão Turística	38
1.2.2 As metodologias participativas na perspectiva de desvelar atores sociais.....	44
2. O OBJETO DE ANÁLISE: OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE/GO.	54
2.1 Pegadas Metodológicas.....	54
2.1.1 A Dialética Histórica Estrutural na Construção das Categorias Analíticas	64
2.2 Contextualizando o Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO	77
2.3. Dinâmica de Construção do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO	81
2.4. Os desdobramentos socioculturais da participação comunitária no turismo: categorias analíticas	89
2.4.1 O Capital Social no contexto participativo.....	90
2.4.2 A produção do Saber-fazer nos processos participativos	95
2.4.3 A Cidadania nos processos participativos.....	100
2.4.4 O Empoderamento e a Participação Comunitária no Turismo	105
2.4.5 As possibilidades de Emancipação Social por meio dos processos participativos.	110
3. ANÁLISE SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DO OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL E A TRANSFORMAÇÃO DE FAZER-SABER PARA UM SABER-FAZER NO TURISMO.	115
3.1 Delineamentos dos Atores Sociais e Institucional do OTS	115
3.1.1 Análise dos achados a partir do contexto dos atores sociais	122
3.1.2 Análise dos achados a partir do ator institucional	135

3. 2. A dimensão teórica-metodológica do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO para a transformação de um fazer-saber para um saber-fazer turístico. ...	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
APÊNDICE	171
ANEXO	193

INTRODUÇÃO

A notoriedade que vem ganhando o Turismo como fenômeno de desenvolvimento econômico, e social, dependendo do caso, nos discursos políticos, acadêmicos e da mídia não refletem as preocupações com os aspectos socioculturais de uma prática que extrapola a dimensão econômica que lhe imputam como única. Autores que defendem o Turismo como campo do conhecimento e com sua perspectiva sociocultural vêm chamando a atenção para falta de desenvolvimento teórico metodológico das análises do Turismo que permitam a construção epistemológica e sua consequente consolidação científica.

As dificuldades impostas à compreensão do Turismo pela ênfase dada ao objetivo, em detrimento do subjetivo, também, desfavorecem a ampliação do que é apreendido acerca do objeto nas produções do conhecimento do Turismo, especialmente, em proposta que prescindem da religação entre objetivo e subjetivo no intuito de contemplar a complexidade de um fenômeno dinâmico como esse. Preterir a subjetividade leva a distorções comuns em grande parte das análises do Turismo que subsidiam fragmentações e reduções replicadas sem a devida consideração acerca da carga teórica e limites dos métodos utilizados.

O presente trabalho preocupado com a realidade da produção de um saber-fazer do Turismo buscou refletir e contribuir para a consolidação do mesmo como campo do conhecimento voltado para a complexidade inerente ao fenômeno de alcance econômico, social, cultural. E ainda, propor uma análise da participação comunitária no Turismo e sua relação com o desenvolvimento da emancipação social, exercício cidadão e condições de empoderamento pela existência de seu capital social.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa levantado – qual a relação entre a qualidade da participação e o desenvolvimento de habilidades cívicas e de socialização – conduziu ao objetivo geral de analisar a relação entre os processos de participação propostos pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO e a construção de um saber-fazer do Turismo por parte dos atores envolvidos. A participação da comunidade, nesse contexto, surge como tema que casa com a preocupação em torno dessa produção do conhecimento, com a análise de práticas participativas e sua potencial contribuição para o desvelamento de novas perspectivas para um Saber-fazer do Turismo.

Ao pensar no desafio colocado aos pesquisadores pela limitada produção teórica e epistêmica dos estudos do Turismo e na necessidade de ir além da superficialidade presentes nas análises da participação comunitária, o diálogo interdisciplinar associado à reflexão dialética se colocou como caminho para a discussão adequada acerca do alardeado potencial transformador da realidade social dos processos participativos e sua devida contribuição para que se desvelem novos olhares sobre o saber-fazer do Turismo.

A partir desses direcionamentos foram utilizados diversos autores como Demo (1984, 1995, 2000), Freire (1979, 1980, 2011), Santos (2009, 2010), Thiollent (1992), Jara (1994) e Bruyne *et al.* (1977) para dimensão metodológica, assim como, Moesch (2002, 2005, 2012), Fennel (2002), Pearce e Butler (2002), Dann (2002), Irving (2009), Coriolano (2009) no tema participação comunitária no turismo, além de inúmeros outros autores trabalhados conforme as categorias analíticas eleitas e teorias que aqui figuraram, como Baquero e Cremonese (2006) e Freire (1979), e ajudaram a compor o quadro interpretativo da presente dissertação.

O Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO contribuiu nessa perspectiva como prática da participação da comunidade no que tange ao desenvolvimento do Turismo que mereceu ser analisada pelas dificuldades metodológicas encontradas no decorrer do processo e quanto as suas possibilidades de desdobramentos positivos sociais, econômicos e culturais para os envolvidos.

Configura-se como o estudo de caso proposto pela temática, pois é palco de uma ação propositiva possível de ser estudada em sua dinâmica interna e externa, ou seja, o quanto constrói uma base endógena para a iniciativa dos atores locais no desenvolvimento local; bem como possibilita a análise da participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; a geração de benefícios diretos à população local a partir da emancipação, empoderamento, emancipação e engajamento cívico dos atores sociais; e a transposição didática dos conhecimentos científicos na ampliação da qualidade participativa dos atores envolvidos e a passagem do fazer-saber para o saber-fazer.

Com isso, o conteúdo construído foi distribuído em capítulos conforme a necessidade de desenvolvimento da temática, balizado pelo quadro teórico e interpretativo eleito, sendo que o trabalho encontra-se dividido em três seções coordenadas que constituem o cerne das ideias e concepções adotadas e defendidas, assim como, a descrição e contextualização do objeto em pauta e, sua conseqüente análise a luz das categorias interpretativas.

O segundo capítulo constituiu-se fundamentalmente pela discussão teórica acerca do turismo, como base indispensável para o desenvolvimento do tema, buscando construir um panorama da produção do conhecimento deste sob uma ótica crítica e a partir da atual necessidade de consolidação como campo do científico. Assim, foram apresentadas as abordagens mais utilizadas no meio, agrupadas em torno de posicionamentos metodológicos e teóricos, além da teorização acerca da participação comunitária e sua possibilidade de colaboração para a construção de novos olhares do turismo.

Em seguida, no terceiro capítulo, buscou-se descrever o Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO em sua dinâmica de desenvolvimento, metodológico e prático, assim como, em seu contexto local. E ainda, discutir teoricamente as possibilidades

de desdobramentos da participação comunitária nos aspectos sociais, culturais e econômicos à luz das categorias analíticas – saber-fazer turístico, empoderamento, engajamento cívico, emancipação, capital social – que são favoráveis à compreensão do fenômeno do turismo e suas interfaces no contexto participativo.

O quarto capítulo traz a análise do estudo de caso com os detalhes acerca do processo de investigação e seus resultados, dividindo-se em duas partes para melhor compreensão sobre o trabalho desenvolvido pelo Observatório para o Turismo Sustentável em Cavalcante. Em primeiro se buscou revelar os achados acerca do processo participativo a partir dos atores sociais envolvidos, sendo interpretado o discurso de cada um deles, assim como, sua atitude participativa em ocasiões oportunas de deliberações e ações do comitê gestor. Em segundo foi verificada a validade da dimensão metodológica adotada pelo projeto diante os desafios participativos percebidos no decorrer de sua implementação, além de suas limitações e possibilidades frente à emancipação, empoderamento, engajamento cívico, capital social e o saber-fazer turístico.

A fragilidade metodológica do Observatório diante os desafios do trabalho comunitário verticalizado, que parte de uma proposta externa a localidade e tenta convencê-los da importância de atitudes cooperativas, coletivas e participantes, associa-se a ausência de tais aspectos na formação sociocultural e econômica da sociedade brasileira de maneira geral, mesmo sendo elas fundamentais para o alcance de um modo de vida digno com distribuição dos benefícios e respeito social, cultural e ambiental. Com esse conjunto de fatores e condições limitantes, a metodologia do Observatório não alcança os objetivos almejados do projeto, principalmente, frente ao destaque dado a efetividade e autonomia da participação comunitária.

O que se constatou foi que muitos dos problemas enfrentados no decorrer do processo tiveram origem na despreocupação metodológica em conectar as diferentes dimensões da mesma em busca do objetivo comum de desenvolvimento sustentável via o turismo, e que refletiriam num melhor desempenho da equipe técnica associada à comunidade envolvida. A falta de autocrítica ao método adotado pela equipe técnica custou ao projeto, desvios, desmobilizações a um incipiente protagonismo social que poderia ser revertido positivamente em transformações da realidade local e benefícios de fato para a comunidade. Assim como, o direcionamento dado ao projeto não favoreceu a ampliação do cabedal de informações e conhecimento existente, para que de fato a participação possa colaborar com a comunidade é necessário o aprofundamento de seu significado, e seu devido entendimento ao contexto local, conhecendo os limites e possibilidades da iniciativa dessa natureza. O que vai requerer uma melhor compreensão do que vem a ser participação comunitária por parte da equipe técnica e do grupo gestor envolvido, por isso, nesse sentido, a relação dialética, tão cara aos processos participativos, entre prática e

teoria, não foi proposto como meta, comprometendo o andamento e a efetividade do processo, mesmo com a participação ativa de alguns atores e da demonstração de qualidade de participação de outros, a dimensão metodológica não foi suficientemente dialética para abarcar a prática social contida no fenômeno social do turismo transformando os saberes dos atores, portanto, elevando o fazer e um saber-fazer, conseqüentemente, ampliando a cidadania e desta forma a almejada sustentabilidade, objetivo do Observatório Turismo Sustentável de Cavalcante/GO.

1. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO TURISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM SABER-FAZER TURÍSTICO.

O turismo vem ganhando destaque nos meios de comunicação, nos discursos políticos – reconhecimento através da elaboração de políticas públicas e do alardeamento dos benefícios econômicos, e ainda como solução para a inserção das cidades na lógica capitalista global.

No que tange a produção acadêmica, o estabelecimento do turismo como ciência encontra-se em estágio pouco avançado pela falta de uma epistemologia própria, ao tratamento reducionista, aplicada aos estudos da área, problema também enfrentado por outras áreas cujos objetos exigem uma compreensão interdisciplinar.

A interdisciplinaridade aponta um método investigativo fecundo sob o ponto de vista epistemológico, desde que superados os nichos particularistas existentes nas universidades, nos quais os clássicos campos do saber são criteriosamente delimitados. (MOESCH, 2002, p. 14).

A aparência do fenômeno turístico demonstrada pelo grande número de viajantes e volume de receita respalda a escolha por parte dos pesquisadores a sua faceta mercadológica, inerente à sua totalidade como objeto cognocente, sendo estas preocupações expressas nos trabalhos publicados. Inúmeras outras limitações causadas pela incompreensão de sua complexidade poderiam ser apontadas, porém, para a consolidação do Turismo como campo de conhecimento não se deve permanecer na reprodução das críticas, mas sim reconhecer e analisar com rigor sua complexidade como fenômeno social, de difícil compreensão se restrito aos paradigmas reducionistas vigentes, e na ausência de teorias interpretativas mais dialéticas.

Com o objetivo de contribuir na constituição de uma epistemologia do Turismo, a presente dissertação terá como um dos seus eixos estruturantes a relação entre o que vem a ser entendido como o conhecimento do Turismo, a partir das lógicas mercadológicas e suas diferentes formas de publicização e reprodução nas proposições de metodologias de planejamento participativo, a exemplo do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, recorte deste estudo.

1.1 O Turismo como Campo do Conhecimento

O Turismo organizado se estabeleceu à medida que o capitalismo consolidou-se como modelo econômico na maioria dos países ocidentais e, a conseqüente modernidade tornou-se realidade. As relações sócio-espaciais, irremediavelmente modificadas com o advento da tecnologia nos meios de transporte, comunicação e informação impulsionaram a atividade turística devido à necessidade de lazer e descanso do trabalhador, associada à redução das

distâncias e do tempo de deslocamento. Entretanto, a mesma realidade fomentadora, alimenta a confusão em torno da compreensão e análises do turismo no campo científico, apontando a dificuldade de compreensão da complexidade do objeto turístico.

A modernidade trouxe à sociedade a ideia de emancipação técnica e científica, fundada no mito da humanidade como agente histórico de sua própria libertação, por meio do avanço do conhecimento, herdado da revolução francesa e, o conhecimento progressivo como o revelador da verdade, segundo preceitos do idealismo alemão. Tal crença baseava-se em projeto de melhoria de qualidade de vida da sociedade como um todo, ocasionado pelo progresso linear, com uma expectativa excessiva no futuro, norteado pelo ideal positivista, tecnocêntrico e racionalista.

A pretensão desenvolvimentista do homem associada ao capital enquadrou o Estado, bem como seu papel de regulamentação aos objetivos do mercado, ocasionando o surto de industrialização, o crescimento das cidades comerciais, a soberania do conhecimento científico e o foco na eficiência em geral, a partir do século XX. O Turismo, que se estabelece nesse contexto, tem a emancipação e libertação pretendidas pela ciência, conduzidas pela égide mercadológica, naturalmente voltada para as análises econômicas do fenômeno.

Entender as dinâmicas da atividade frente à expansão do consumo de viagens levou a estudos que confirmavam a pujança desenvolvimentista do turismo. Tornando-se fundamental, informações a respeito dos tipos, preferências, escolhas do turista, assim como, o levantamento de dados e números da movimentação econômica da atividade com fins de controlar, seduzir e justificar o seu estabelecimento por parte dos gestores da atividade.

As tentativas de classificações da atividade e dos turistas, em grande parte geram inadequadas tipologias que nascem do anseio de dar operacionalidade ao fenômeno de difícil compreensão pela amplitude de elementos e variáveis em seu escopo. Porém, longe de facilitar o trabalho dos que estão na linha de frente do turismo, a falta de delimitações e clareza dos conceitos, assim como, a não padronização terminológica dificulta o entendimento dessas definições e incentiva o seu uso equivocado na promoção dos destinos, ocasionando uma produção desordenada e um consumo inconsciente.

O mesmo ocorre com os estudos centrados no poder de lucratividade dos negócios, e a consequente atração de capital de investidores e empreendedores para as localidades. São voltados para elaboração ou seleção dos métodos e técnicas mais adequadas para a consolidação do destino turístico ou de uma empresa, tendo como exemplo casos de sucesso internacionais; modelos que enquadram as especificidades em práticas homogêneas do mercado; enfim, estudos e pesquisas a favor da produtividade do capital, transpostos de forma linear ao estudo e projeções do Turismo.

As análises simplificadas – estudos focados nas tipologias e nos números gerados pela atividade – são norteadas pelo movimento massivo de pessoas que conduz a redução do fenômeno do Turismo ao aspecto econômico, encobrindo as demais partes constituintes do todo, fundamentais para a percepção de sua complexidade – socioculturais e ambientais. Variados são os elementos que compõem a dinâmica humana que não pode ser apreendida em classificações ou pesquisas quantitativas, inerentes ao Turismo e fundamental para a consolidação do turismo como campo do conhecimento.

Em alguns casos, a incorporação das demais categorias analíticas, tem gerado definições que perpetuam a importância das práticas turísticas somadas à simples incorporações dos aspectos sociais, ambientais e culturais sem o devido entendimento, gerando confusões conceituais amplamente difundidas.

La conceptualización del turismo há generado controversias, como una consecuencia de las múltiples y variadas interpretaciones que se le han dado a este fenómeno. Interpretaciones éstas que tienen su origen; unas, en las definiciones y conceptos brindados por las tantas disciplinas para las cuales el turismo constituye un campo particular de estudio y, otras, fundadas en los puntos de vista de ciertas corrientes de pensamiento que lo explican en función de los principios ideológicos y filosóficos que ellas profesan (ACERENZA, p.23, 2000).

Assim, a simples reprodução de conceitos, interpretações divergentes, ideologias filosóficas não blindam as elaborações teóricas apoiadas no fazer-saber turístico e na observação da realidade prática com status de cientificidade. Sem as devidas apropriações teóricas e sem romper o entendimento de atividade turística, academicamente, continuam reforçando análises sobre as motivações e rotulações do turista, bem como da destinação, em contraponto a necessidade de aprofundamento das discussões sobre a totalidade do processo estabelecido.

As concepções do turismo como atividade econômica ou “indústria”, consideradas datadas e ultrapassadas, devido os avanços da área, não servem as demandas colocadas frente à complexidade do Turismo como fenômeno sociocultural. Definições forjadas no contexto mercadológico da construção de teorias descritivas do fazer-saber no intuito de subsidiar o mercado devem ser abandonadas para a compreensão de processos de desenvolvimento pelo turismo ou construção de abordagens qualitativas.

Os limites de tais concepções se revelam diante as problemáticas de apreensão do que vem a ser o Turismo e sua aplicação em diversos contextos, pois, sendo constituído por diferentes elementos e perpassado por inúmeros outros, tem a sua definição variando conforme o cenário e intencionalidade da análise, por isso a existência de uma enorme gama de interpretações. Ao ser definido ou visto pelo fator econômico, escapa à percepção a existência dos outros elementos que influência e sofre influencia.

Além de limitar a visão do todo, o recorte econômico não tem competência para a solução dos problemas socioculturais e ambientais que venham a ocorrer, como por exemplo, os trazidos por localidades onde a "exploração da atividade" se estabeleceu causando processos de impactação, e pelo uso de dados em instituições que lidam com pesquisas de oferta e demanda turística, que ao tentar prever cenários e os comportamentos futuros escapam à mensuração das variáveis sociais, culturais e elaboram pesquisas descoladas da realidade.

O arcabouço teórico-metodológico utilizado sob este enfoque não enfatiza as relações sociais, culturais e ambientais quando estas não se manifestam como insumos das atividades de mercado. Os métodos econométricos podem mascarar os processos que ocorrem na realidade por esta ser mais complexa que a descrição linear possíveis em seu alcance metodológico.

Da mesma maneira, as contradições da lógica capitalista presentes no estabelecimento do Turismo, passam despercebidas ou tem reduzida sua importância pela análise econômica. Intensivo em mão de obra de baixa remuneração, com o poder de gerar renda em localidades desfavorecidas, o mercado turístico impõe relações desiguais de troca entre os locais e os turistas, baseadas na subserviência ao cliente. Esta postura, transposta da cultura de empresas prestadoras de serviços turísticos não cabe às comunidades e seu modo de receber, e menos ainda em suas interações sociais com os turistas. Apesar da importância da vertente econômica para os primeiros estudos da área, as questões da complexidade do Turismo necessitam de novos olhares, além de concepções que desvelem o objeto e suas contradições, descartando frágeis transposições conceituais.

Ao conceituar o Turismo como fenômeno social, analisá-lo focando apenas o ponto de vista econômico, reduz sua complexidade, como também, dá respaldo às ações do mercado favorecendo as práticas turísticas irresponsáveis e predatórias. Como fenômeno social torna-se inerente a sua apropriação de forma ampliada, tendo como categorias formadoras o caráter humano, social, cultural, ambiental, além do econômico, possibilitando assim percepção do seu todo.

Para alcançar a compreensão desta complexidade, entretanto, exige-se a assimilação de conceitos e análises teóricas de campos variados, tendo como interface o exercício interdisciplinar, essencial ao rompimento do paradigma das ciências na modernidade cartesianas. A cooperação da interdisciplinaridade somada à consolidação epistemológica pode se aproveitar da inquietude, dos questionamentos e das crises, que buscam verificar a pertinência dos conceitos, métodos e teorias diante as mudanças do objeto, presentes no turismo, fortalecendo ambos os movimentos. Conforme Bruyne, *et al* (1977), a reflexão epistemológica pode ser enriquecida pela troca com outras área, assim:

Essa reflexão se enriquecerá com a colaboração das diversas disciplinas entre si, pela troca interdisciplinar das reflexões epistemológicas internas específicas a cada ciência. Assim se constitui uma epistemologia geral que é a articulação das epistemologias internas que se fecundam mutuamente BRUYNE, HERMAN E SCHOUTHEETE (1977, p.43).

As tentativas de apreensão interdisciplinares aplicadas à compreensão do Turismo, porém, ainda não resultaram em trabalhos potencialmente orientadores do exercício, sendo esse um desafio a ser superado pelas ciências em geral e não exclusivo do referido campo. A maturidade necessária à realização dessa tarefa leva anos de dedicação e um trabalho exaustivo de erros e acertos, nada estranho à construção diária de pesquisadores, no entanto, a mudança concentra-se na postura adotada, que passa de centralização para descentralização, ou seja, o compartilhar e cooperar constante entre as diferentes áreas em torno de um objetivo comum, o conhecimento científico.

Segundo Demo (2010), *"a ênfase dada ao sentido de colaboração em prol de um objetivo comum, acentua a dificuldade de conversação entre as áreas, porém traz a importância da sempre presente inalcançável idealização"* (DEMO, p.34, 2010).

Os estudos do Turismo encontram-se mergulhado em análises tendenciosas a um campo, em detrimento de outros, talvez pela justificativa da natureza múltipla do fenômeno ou pela dificuldade da academia romper seus feudos disciplinares e trabalhar em grupos interdisciplinares. Esta dinâmica do processo científico que conduz ao perigo presente da especialização colabora fundamentalmente com a produção especializada do Turismo, sendo abrigada e financiada pelo mercado.

São inúmeras as pesquisas que alimentam as especializações, expondo à atomização disciplinar, contrária a colaboração entre os diferentes campos teóricos levando a defesa dos aportes da geografia do turismo, da sociologia do turismo, da psicologia do turismo e assim por diante. Mais, apesar de ser significativa esta produção, algumas apenas reproduzem as reduções e distorções conceituais apresentadas anteriormente, generalizando-as, sem contextualizações e formulações propositivas interdisciplinares.

A reprodução do cabedal de incoerências evidência a crítica pura e a falta de percepção da totalidade dos fenômenos em trabalhos disciplinares, com a elaboração de assertivas definitivas e categóricas sobre o Turismo, entretanto, conforme Demo (2010), a troca entre ambos deve ser pautada por um esforço interdisciplinar necessário, salvo as devidas limitações. Isso remete a utilidade das metodologias particulares, ausentes no caso do turismo, de consequente integração com outras disciplinas, esclarecendo o desafio em torno da consolidação do turismo como campo científico.

A persistência do conceito de "indústria" e análises centradas nos aspectos mercadológicos é consolidada pelo entendimento do fenômeno como atividade econômica e sua força, facilmente verificável e descrita, bem como seus desdobramentos no crescimento da oferta

e demanda das localidades. Mesmo quando esse conceito subsidia as práticas do Turismo fragmentadas, abstrato-formais e ahistóricas, na academia ou fora dela, continuam respaldando-a, sem creditar ao fenômeno condições de apreensão do social, cultural e ambiental.

Atribui-se o porquê de tal persistência a utilização ou escolha de quadros teóricos inadequados à devida compreensão da complexidade do Turismo. O posicionamento de fenômeno sociocultural leva a escolha de um quadro teórico compatível com seus fundamentos. Dessa maneira, a método utilizado terá a função de conduzir a pesquisa, em um eixo de análises do objeto frente às evidências ou dados da realidade empírica enquanto processo social. Entende-lo como fenômeno, e adotar um quadro que reduza ou, não permita a inferência das dimensões sociais, culturais e ambientais compromete o a compreensão e, portanto o estabelecimento da epistemologia do Turismo.

O que se conhece como a produção do conhecimento do campo em questão comete o erro de replicar análises de quadros teóricos de autores que se valeram delas em momentos coerentes com a construção científica da época, porém, ultrapassados atualmente. A injustificada adoção de quadros e reprodução dos mesmos no estágio que se encontra o campo do Turismo deve ser pensada à luz de novas contribuições científicas que dialoguem com todas as dimensões do fenômeno do Turismo.

Para melhor compreensão da produção do conhecimento do turismo, serão apresentadas as abordagens mais utilizadas no meio, agrupadas em torno dos posicionamentos metodológicos adotados frente às discussões e produções acerca do Turismo, destacando as limitações e direcionamentos permitidos às elas.

1.1.1 Os Empíricos: apropriação empírica e a construção dominante do fenômeno turístico

São chamados de estudos empíricos do Turismo o conjunto de definições, conceitos, variáveis e valores fragmentados e desconectados metodologicamente, caracterizado pela uniformização de dados estáticos a respeito do turista e do setor turístico mundial, assentados na percepção reducionista do objeto como atividade econômica e interesses direcionados para o crescimento da “indústria” do turismo.

Os representantes desta abordagem, preocupados em oferecer o mínimo de entendimento acerca do potencial da atividade turística, elaboram, sistematizam e divulgam estudos baseados em proposições empíricas para o público, tais como, a Organização Mundial do Turismo (OMT), World Travel and Tourism Council (WTTC), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Ministério do Turismo, o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço de Apoio

a Pequena e Média Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e a própria Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR).

No âmbito da academia, inúmeros autores tratam da perspectiva empírica do turismo, com discursos e textos enfáticos quanto ao conceito reducionista, inclusive, ajudam a endossar a abordagem das instituições que possui a temática turística no seu escopo de trabalho; porém, destaca-se a visão de Tribe (2003) e Jafari (1994) sobre a produção do conhecimento da área pela à adoção e reprodução indiscriminada de suas análises em diferentes contextos.

A abordagem empírica não supera o entendimento do senso comum publicizado acerca do Turismo, pelo contrário reforça-o. O necessário aporte científico, reconhecido como anseio comum aos pesquisadores do tema, que passa, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de uma epistemologia e de um método adequado ao objeto, é confundido com as tentativas de definições desconectadas e totalitárias. São formulações calcadas na observação, seleção e operacionalização da realidade posta, desconsiderando o processo de construção teórica orientado, principalmente, pelo paradigma dominante da ciência moderna, conforme pode ser notado na definição abaixo do turismo:

el Turismo comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros. (WTO TOURISM DEFINITIONS FOR THE U.S. TOURISM STATISTICAL SYSTEMS, 1998, p. 9).

A OMT, órgão responsável pela produção de pesquisas sobre o Turismo, por exemplo, orienta o setor turístico mundial ao longo dos anos com a elaboração de estudos centrados na demanda e oferta turística, bem como a conceituação objetiva do turista e do Turismo. Assim, o enquadramento do sujeito em variáveis mensuráveis, o entendimento do fenômeno por numerais, o fluxo de deslocamento, a receita gerada, o número de desembarques, enfim, o reflexo econômico do turismo nos países da Europa e América do Norte com vista ao seu desenvolvimento, norteia toda a produção da instituição máxima da área.

O peso dado às orientações da OMT pode ser notado nas publicações de instituições nacionais, guiando os discursos e políticas públicas do setor, a exemplo do Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010, lançado pelo Ministério do Turismo, e o Plano Aquarela 2020, da Embratur. Em ambos os documentos, as referências aos dados da OMT ajudam a compor quadros de ações, focado nos resultados dos negócios, ou seja, na abordagem empírica, não condizendo com a necessidade urgente de novo entendimento acerca do Turismo, sem desmerecer a importância de desenvolver seu aspecto econômico.

O problema da simples reprodução, no entanto, encontra-se na interpretação consequente deste tipo de publicação quando passa a alimentar a elaboração de políticas públicas.

A exemplo no PNT 2007/2010, que ao apresentar a tabela de chegadas de turistas internacionais da OMT, evidencia as perspectivas de crescimento para os novos destinos concluindo que:

[...] isso proporcionará um desenvolvimento mundial mais desconcentrado, remodelando e reconfigurando o processo de globalização e contribuindo para a universalização dos benefícios do direito ao desenvolvimento para todos (PNT 2007/2010, p. 20).

Atribuí-se ao Turismo, por si só, "um poder de mudança no contexto mundial e a subversão de uma ordem dominante", que até então, dita às regras da globalização. Análises baseadas na crença do efeito direto do aumento da demanda por destinos diferenciados, conclui que o Brasil por deter paisagem, cultura, patrimônio e serviços desta ordem terá mais sucesso economicamente. Ora explicita-se uma relação de causa efeito linear de uma lógica racional simplista em demasia para complexidade em que o mundo globalizado estabelece suas relações, mesmo se tratando das relações econômicas.

A rasa discussão dos conceitos e teorias presentes nas tabelas, gráficos e quadros desses estudos, não permitem aprofundar a temática e a almejada consolidação científica; e os seus efeitos vão além dos problemas epistemológicos do Turismo, prestigiados pelo círculo particular acadêmico, incidem diretamente na concepção, e operacionalização das políticas públicas, bem como a gestão dos negócios.

Outro aspecto que chama atenção no tipo de definição acima é a tentativa de suprir uma carência usando a matematização como prova irrefutável do rigor científico. A quantificação à luz de regularidades observadas reflete a intenção de formular leis que preveja o futuro do fenômeno, controlando-o, intervindo e respondendo a questões interna do conhecimento do Turismo. Entretanto, a ideia do mundo estático, ordenado e estável não privilegia as contradições e incoerências inerentes à complexidade da relação sujeito/objeto, e logo, desfavorece o desenvolvimento de um método e epistemológico. A respeito do rigor científico imposto, Santos (2009) coloca:

O rigor científico, por que fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objectualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza (SANTOS, 2009, p.54).

O interesse óbvio em medir e controlar o todo pode ser explicado pela análise disciplinar e cartesiana das disciplinas científicas, entendida como modelo único possível. O paradigma dominante baseia-se na racionalização e objetivação extrema da realidade por meio da divisão, classificação e quantificação do objeto; sendo ele o responsável pelo inegável avanço técnico-científico da humanidade, conseqüentemente, norteia os estudos empíricos do Turismo pelos seus princípios.

As pesquisas que tentam esgotar o fenômeno a partir de simplificações e demais implicações empíricas, no entanto, formam a abordagem dominante do conhecimento turístico. E ao ser apropriado por órgãos e academias, as teorias do fazer-saber turístico agravam o desafio de consolidação científica ao passo que decorre dos pressupostos epistemológicos a natureza teórica do conhecimento. Por isso, a importância e a responsabilidade de pensar o Turismo diante objetivo proposto, além do cuidado em compreender o papel da epistemologia e do método nesse contexto.

Frente a isso, a epistemologia, chamada de a filosofia da ciência, acompanha o desenvolvimento histórico do conhecimento, pode ser definida como a substância que compõe a unidade do saber a respeito de um objeto científico. Resumidamente, o seu estudo compreende a investigação do corpo do conhecimento de um objeto, formando pelo conjunto de suas fontes, conceitos, valores, princípios, limites e as categorias utilizados pelos pesquisadores de um campo.

Em se tratando do Turismo, o entendimento errôneo de “indústria” ou reduutivo de atividade econômica, como elemento epistêmico, retarda a evolução conceitual e analítica das categorias, que vão além das do espaço, tempo, consumo, bem como da relação consumo/venda. É necessário um exercício epistemológico que fundamente um corpo de conhecimentos denso, alcançando uma entidade teórica particular, no entanto, a epistemologia do Turismo tem evidenciado a concepção mercadológica, fragmentada em especializações, sem uma linguagem comum, com conceitos estabelecidos, e definições consensuadas.

O método, nesse contexto, desempenha o papel de norteador das pesquisas, conduzindo as análises de acordo com as regras e critérios científicos, perpassados pela ideologia, limitando ou ampliando a visão do objeto de estudo, configurando-se como quadros de análises. Na falta de método próprio os estudos do Turismo utilizam-se de aproximações teóricas e analíticas de outros quadros, porém, segundo Leff (2002),

As ciências, constituídas pela especificidade de seus objetos científicos e a integração de seus conceitos, não são momentos acabados, mas processos intermináveis de produção teórica que levam a retrabalhar e concretizar seus conceitos ou inclusive a revolucionar teorias inteiras (LEFF, 2002, p. 27).

O desenvolvimento de um método particular que abarque a complexidade do fenômeno, também encontra obstáculos na fundamentação teórica até aqui construída. Como ter um método adequado a um objeto pouco explorado e incompreendido, sem um corpo de conhecimento consolidado, sendo tanto a epistemologia, quanto o método reféns das fragilidades e deturpações do processo que desqualificada a consolidação do Turismo como ciência.

No caso dos estudos empíricos, não fica clara, nas publicações estudadas, a utilização de um método que conduza as observações e descrições do Turismo. Há somente tentativas de garantir um aporte científico por meio da quantificação, especialização e controle dos dados da atividade com o objetivo de dar sustentação ao setor turístico em busca de crescimento. O método não chega a ser considerado como fundamental para as análises, muito menos aproximações a algum tipo de quadro interpretativo.

Jonh Tribe (2003), em seu texto a indisciplina do turismo, busca expor as características epistemológicas do Turismo para refutar a ideia de disciplina científica defendida por alguns estudiosos. Ao fazer uma análise dos estudos da área, ele conclui que o fenômeno não chega a ser uma disciplina científica, conforme os "critérios de verificação" aportados pelo método científico cartesiano de ciência. Pois este método reafirma a necessidade do objeto em seus limites para caracterizar um campo científico, portanto, sua base de escolha é disciplinar.

Tribe (2003) coloca que as disciplinas são maneiras de analisar o mundo exterior e o turismo faz parte do mundo exterior, logo somente há a necessidade de analisar os dados gerados e não construir um método de exame. Diz que há uma separação entre o que é proposto pela academia e pelo procedimento padronizado da prática, onde o primeiro serve, a partir do conhecimento legitimado, de controle de qualidade para o segundo.

Assim, para suas análises o autor separa os estudos do turismo em dois grupos, prontamente identificáveis: a) os estudos voltados para a gestão do turismo, sendo essa a principal e mais madura; ou b) os estudos não voltados para a gestão, tais como o impacto ambiental, percepção do turismo, capacidade de transportes e impactos sociais, ou seja, segundo ele, "o resto dos estudos de turismo".

Nos estudos apresentados por Tribe (2003), fica clara a confusão que a falta de corpo de conhecimento consolidado faz a esse tipo de análise, tanto pela perspectiva epistemológica quanto metodológica equivocada, utilizada pelo autor. Ao eleger critérios científicos de padrão disciplinar, ele contempla as pesquisas voltadas para a gestão do negócio e o seu progresso como unidade estruturada e coerente, o que o leva a defender a abordagem de temáticas voltadas ao marketing, gerenciamento e capacidade de carga. Em contraponto, o grupo não ligado à gestão apresenta problemas relacionados à interdisciplinaridade criada em torno dele pelas pesquisas, não possui qualquer estrutura e propõe como solução a abordagens de temáticas fragmentadas em economia do turismo, sociologia do turismo, antropologia e turismo.

Para Jafari (1994), outro autor de abordagem empírica, a cientificação do Turismo depende dos estudos que conduza o curso futuro deste fenômeno econômico convertido em negócios, comércio e indústria. Sistematiza a produção acadêmica agrupando-as em quatro

plataformas distintas, conforme ideias pessoais e uma revisão bibliografia existente, sendo elas superações lineares umas das outras, porém, ainda presentes nas publicações da área. As plataformas são: a) a de defesa; b) de advertência; c) de adaptação; d) cientifização do turismo. Resume a formação e transformação das distintas concepções do turismo, sendo que as duas primeiras são centradas na questão do impacto, a terceira na questão do desenvolvimento e a quarta na formação de um corpo de conhecimento científico. No entanto, segundo ele, todas concordam que o turismo é uma "indústria mundial" que gera impactos positivos e negativos.

Em sua quarta plataforma, a cientifização do Turismo, o autor coloca o surgimento de uma visão "holística" do turismo, ajudando a formar o conhecimento acerca do tema, até então tratado parcialmente pelos seus impactos. Segundo ele, ocorre uma mudança no foco das primeiras definições, centradas na quantidade de viagens e motivação do turista, com a inclusão das questões dos sistemas emissores e receptores.

Jafari (1994) desconsidera a análise metodológica das publicações, nem chega a citar a importância de um método para o necessário aporte científico e ao resumir os estudos não explicita os conceitos e teorias acerca do objeto. Apesar de defender a evolução dos estudos científicos associa à crescente demanda da "indústria turística" por conhecimento e mão de obra capacitada e as condições específicas favoráveis da educação universitária.

A defesa de que a indústria turística é a principal beneficiada pelo desenvolvimento científico, utilizando a crescente bagagem do conhecimento aplicado, vai ao encontro da tese empírica de fomento ao crescimento do turismo como atividade econômica apoiada no compromisso da ciência com os centros de poder econômico, social e político, os quais desempenham um papel decisivo na definição das prioridades científicas, lembrada por MOESCH (1998):

O quadro empírico analisado permitiu constatar que o objetivo do ensino e pesquisa no Turismo pouco se norteia pela busca da verdade. O seu eixo passa a ser a busca do poder; leia-se, acúmulo de riquezas, lucro e crescimento local (MOESCH, p. 18, 1998).

O saber comercializando a favor do crescimento econômico conduziu a um fazer-saber indispensáveis para as cadeias hoteleiras, operadoras, parques temáticos, clusters, entre outros, traduzível em informações acessíveis em discursos uniformes com alto valor de troca. Nesse ensejo, instituições como Ministério do Turismo, Embratur, ABBTur e do sistema S (Sebrae, Senai, Sesc), produzem discursos sobre a melhor maneira de desenvolver o Turismo que são publicizados e consumidos por alunos, professores, profissionais da área e pelo público em geral.

Indispensável concluir que tais produções e reproduções não colaboram com a construção de uma epistemologia favorável e método adequado à complexidade do objeto favorecendo

a consolidação do Turismo como campo do conhecimento. Porém, a uma mudança desejada na produção do conhecimento que transcenda os aspectos econômicos, reduzido ao valor de mercado e ao determinismo da sua produção e consumo capitalista. Soma-se a este desejo a crise paradigmática instaurada nos campos da academia e na produção das pesquisas ainda referendadas pelas posições dogmáticas das ciências modernas, onde a tríade ciência- tecnologia-progresso geraria a felicidade da civilização planetária.

A busca por estratégias de mudanças dos paradigmas científicos, ganha cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas e o novo paradigma vem se desenhando, agregando novos saberes e diferentes tipos de conhecimento na busca pela solução de problemas ambientais, sociais e culturais, reconhecendo a diversidade e respeitando as diferenças são desafios que se propõem a ciência e parte da sociedade civil . No caso do turismo, a necessária ruptura do pensamento cartesiano pode favorecer a consolidação científica da área e concomitantemente estabelecer-se como uma prática mais responsável, para isso, torna-se fundamental a consolidação epistemológica e metodológica do turismo como fenômeno sociocultural.

1.1.2 Os Pré-Paradigmáticos: apropriação funcionalista e sistêmica do fenômeno do Turismo e sua representação econômica

A expressão econômica do Turismo provavelmente tenha sido a prática teorizada mais difundida ao longo dos anos do século XX. A concepção empírica predominante na pesquisa imputava a racionalidade da metodologia científica: observação, indução, experimentação para a construção de qualquer conhecimento que se outorgasse vir a ser uma verdade factual e/ou real.

Teorias estas que tentavam provar a importância do Turismo na recuperação econômica dos países destruídos pela segunda guerra mundial e na esteira do desenvolvimento do capitalismo, associada à introdução de benefícios trabalhistas, firma-se como atividade econômica de forte apelo para o crescimento de locais desfavorecidos. As análises acadêmicas, nesse contexto, voltavam-se para o entendimento dos efeitos econômicos do Turismo, quase sempre para justificar ou argumentar favoravelmente, utilizando números, tabelas, gráficos, ou seja, dados quantificados demonstrando a sua pujança e potencial recuperador.

Luiz Fernando Fuster (1971), em sua obra Teoria e Prática do Turismo, sob uma abordagem funcionalista foca na função do fenômeno no sistema econômico, entendendo-o como parte de uma engrenagem, onde suas partes desempenham papéis em prol do funcionamento da máquina capitalista. O autor descreve, detalhadamente, as disciplinas que compõem o

Turismo, com a pretensão de analisar o todo e investigar a função das partes na manutenção do todo, fundamentado da ideia de que a soma das partes equivalem o todo.

O funcionalismo surge no início do século XX (década de 1930), em meio à crise internacional do capitalismo, após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Soviética, porém, a conturbação não era restrita ao ambiente econômico, atingia também a política interna e externa com importantes acontecimentos ocorridos. Vários são os movimentos nacionalistas que questionam impérios internacionais, como o inglês na Ásia, bem como, o fascismo italiano em conjunto com movimento nacional socialismo alemão, compõe o contexto histórico do momento.

A tragédia da guerra suplantava o ideal iluminista de emancipação e progresso pela razão, até então vigente. Ao invés de emancipação, a razão na sua forma técnico-científica, fomentada pela revolução industrial, estaria sendo utilizada para produzir morte e subjugar o outro. O funcionalismo emerge com a preocupação de responder à crise que ameaça gerar instabilidade e quebrar a ordem social.

Talcott Parsons, considerado o principal teórico e pai do Funcionalismo, acreditava que era possível um aperfeiçoamento gradual do capitalismo mundial, o qual reconhecia ser imperfeito. Influenciado pela produção de Weber cria uma teoria que enfatiza o esforço individual e a ação ativa dos atores sociais, contrária à consciência coletiva de Durkheim, defendia que os homens organizados podem estabelecer compromissos sociais conscientes levando a estabilidade da sociedade.

Soma-se a este contexto político a necessidade de estabilidade social levou a ampliação do papel do Estado nos países capitalistas, culminando no chamado Estado de Bem-estar Social, conseqüentemente, minimizando os efeitos da crise. A maior participação do Estado demandou pesquisas orientadoras ao poder público, sendo necessária a criação de uma teoria que pudesse identificar os elementos formadores da sociedade em geral colaborando com a construção de um projeto de desenvolvimento consistente. O funcionalismo nasce com o objetivo de ser então, a teoria orientadora governamental.

O funcionalismo como quadro interpretativo, replicado por alguns teóricos sem a mínima apreensão epistemológica, reforça o papel do turismo como atividade econômica e desconsidera a dinâmica inerente do fenômeno social turístico, reduzindo o complexo ao simples, sendo necessário exatamente o contrário do construído até então, apreender o fenômeno como um processo e não como um produto.

A abordagem funcionalista de Fuster (1971) traz a concepção do turismo como parte produtiva integrante de um sistema funcional, bem como sua contribuição para o equilíbrio desse sistema, pois, faz analogia entre a vida social e vida orgânica. Os aspectos revelados na pesquisa turística, utilizando esse método, limitam-se a mostrar por que um fato turístico é útil, não explicando como ele surge nem como ele é o que é. Vê a função do turismo como

parte do sistema capitalista à medida que este permite o ócio e o lazer, para que mantenha a saúde da máquina, a manutenção do sistema.

Fuster (1971) não consegue absolver a dinâmica do turismo, inerente ao fenômeno social pela limitação do quadro interpretativo do funcionalismo, pois, sistematicamente apenas descreve e explica os elementos formadores e as respectivas funções e contribuições à manutenção do sistema. Em dado momento, assume a dificuldade de unir teoria e prática no turismo pela complexidade, pela mutabilidade e pela mobilidade do fenômeno.

A maneira peculiar que o pesquisador funcionalista define as relações dos fenômenos entre si e os efeitos que produzem limita a apropriação teórica dos fenômenos, pois a apreensão se dá sobre a aparência do fenômeno, requerendo suportes teóricos mais sutis, que adentrem no desvelamento destes signos pós- modernos. (MOESCH, p. 21, 2002)

Voltada para a mera descrição, a teoria apresentada conduz a uma concepção voltada para a prática ou técnica, não explicando sua origem ou constituição, focada apenas no desempenho das funções elementares como meio para a compreensão do todo pela perspectiva produtiva, acaba dando respaldo a sua apreensão como fato decorrente do mercado.

Fuster (1971) tenta dominar a amplitude do fenômeno, separado as partes e reduzindo-as a sua função, porém, ignora os demais aspectos e faz uma análise limitada pela impossibilidade do método de apreender os aspectos sociais, ambientais e culturais presentes no Turismo. Apesar de compreendê-lo como fenômeno complexo, enquadra-o na perspectiva econômica, anulando as demais, e esgota sua análise as possibilidades como atividade produtiva.

A dificuldade se justifica pelo método inadequado que não alcança a complexidade do Turismo como fenômeno sociocultural, o mesmo acontece com outro quadro interpretativo, o sistemismo, aplicado ao campo em questão, gerou inúmeras distorções analíticas, e de novo acabou cerceando a produção do saber do Turismo.

O Sistemismo ou a Teoria dos sistemas surge a partir da Biologia com os estudos de Bertalanffy, em 1930, sendo aplicado, posteriormente, as ciências sociais que retratavam a entrada, processamento, saída e retroalimentação de sistemas simples e objetivos. Apesar de bastante utilizada para compreensão dos fenômenos sociais e de seu desenvolvimento teórico, no caso do Turismo, mostrou limitações quanto à percepção isolada, linear e estática dos sistemas em geral.

Pode ser definido como o estudo dos diferentes sistemas que reconhece a existência das interconexões e interações entre os elementos formadores de um sistema e os diferentes sistemas a partir de procedimentos lógicos e planificadores, ou seja, um conjunto de elementos que interagem e se relacionam entre si e com seus ambientes. Tem como marco

o entendimento de que a mera soma das partes não equivale ao todo e o comportamento de segmentos isolados não pode ser aplicado ao conjunto; revolucionou disciplinas como a Física, Biologia através dos conceitos de integralidade e circularidade.

Nas análises de um sistema busca-se a existência de uma relação de interdependência entre seus elementos, uma ordem, um caráter relacional que implica na existência de propriedades comuns, ao contrário das propriedades únicas. O Turismo, nesse contexto, ao ser definido como um sistema socioeconômico próprio formado por diversos elementos elege modelos que representam as conexões entre os elementos do sistema turístico, gerando inúmeras simplificações que privilegiam determinados aspectos em detrimento de outros.

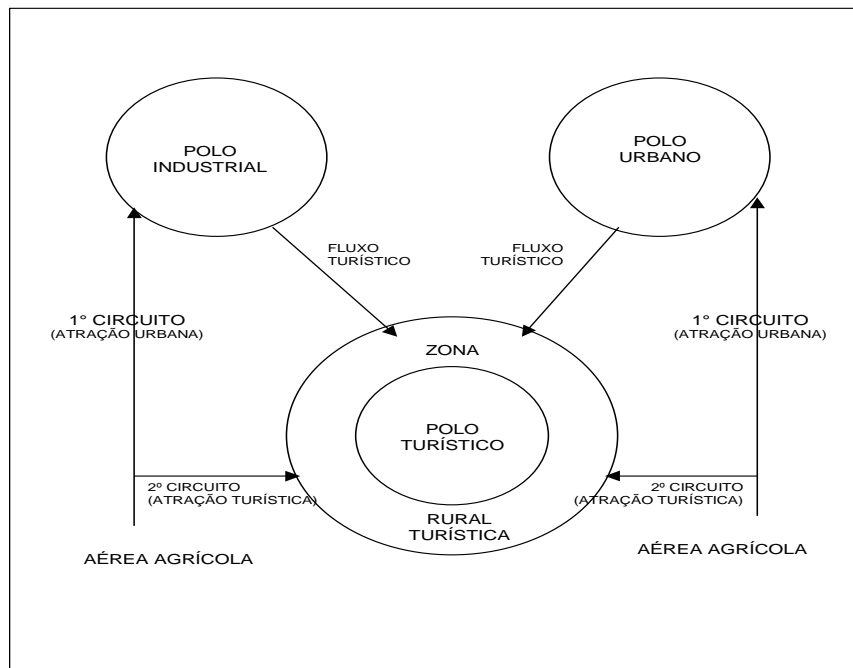
Ao comprar a definição do Turismo como sistema socioeconômico, associados ou não ao papel social de válvula de escape do funcionalismo, não só deturpa a complexidade do fenômeno, mas também o enquadra indiretamente como uma atividade econômica e mesmo com a justificativa do bojo científico compromete o aprofundamento epistemológico do campo em pauta, porém, essa abordagem é reproduzida por diversos autores, apesar das evoluções.

Leiper (1979) propõem aos pesquisadores do Turismo a adoção de tal concepção metodológica pelas diversas implicações em outras áreas podendo servir como ponto de referência para estudos gerais ou específicos. Compreender a estrutura, as múltiplas interações entre as áreas da indústria turística, os impactos comerciais, assim como os potenciais era o intuito de tal abordagem, sendo particularmente útil aos planejadores e gestores, de um modo geral.

Outros autores, norteados pelo quadro em questão, continuam reproduzindo a máxima do Turismo como prática do mercado ao utilizá-lo como base, sejam elas para análises micro ou macro da realidade. Pierre Lanqar (1984), por exemplo, concentrou sua atenção na gestão dos recursos humanos nos empreendimentos, onde as empresas são conjuntos ou sistemas de partes ou subsistemas independentes, tratando a empresa turística como uma parte do sistema econômico e social maior, alijando os demais aspectos do fenômeno.

Para Albert Sessa (1983), o sistemismo associado à questão do desenvolvimento regional levou-o a argumentações baseadas, fundamentalmente, no poder de atração das regiões turísticas e inspiradas nas consequências econômicas e demográficas. Induzidas pela atividade turística ao promover o deslocamento entre as regiões, a transferência de renda das mais desenvolvidas para menos desenvolvidas, segundo ele, seria o resultado lógico esperado por aqueles que o fomentam. Os argumentos de Sessa (1983) foram elaborados para a defesa da atividade turística como favorecedora do processo do reequilíbrio regional, conforme o esquema explicativo da figura 1, e nesse sentido, conduzindo pelo respaldado científico, indicava o desenvolvimento de planos e projetos para regiões turísticas.

Figura 1 – O processo de reequilíbrio regional turístico



Fonte: SESSA, 1983.

Ao ser guiado pela vertente econômica do Turismo o limite epistemológico do método adotado se sobrepõe ao objeto, por isso, a eleição de outras categorias analíticas, além do Tempo, Espaço e Consumo, ampliam a percepção dos diferentes aspectos do fenômeno, segundo Moesch (2002), ocorre também na dimensão comunicacional, tecnológica, ideológica, imaginária, prazerosa e subjetiva. Porém, como explicitado anteriormente, tal redução não é exclusivo das análises sistêmicas.

Os autores sistêmicos do Turismo não apresentam evolução quanto à apreensão da complexidade inerente ao fenômeno, baseados em produções voltadas para a gestão, se limitam a compreensão do chamado sistema turístico calcado na concepção “atividade turística”. Tentam esgotar o fenômeno em representações gráficas, mas também não

alcança os aspectos sociais, culturais e ambientais, incorporam ao modelo de representação do sistema turístico, detalhamentos em termos de funcionalidade dos elementos e os seus ambientes, além da qualificação dos fluxos existentes entre as entidades e delas com seus contextos, porém, a ênfase da vertente econômica persiste.

Os sistêmicos, assim como os funcionalistas, não colaboram para uma construção teórica do campo em questão, em ambos os casos, as conclusões são condicionadas pelo quadro interpretativo que reforçam a investigação acerca da “indústria do turismo” e suas interações. Apesar de reconhecer a interdependência dos elementos e dos sistemas, não rompe com a compartimentalização analítica e nem consegue alcançar o objeto de conhecimento plenamente, em especial os fenômenos sociais, sendo inadequado para tal.

1.1.3 Os Paradigmáticos: superação dos fundamentos adotados e da delimitação das categorias.

São considerados estudos paradigmáticos aqueles que contemplam uma constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade científica, cumprindo as instâncias e operações metodológicas colocadas por este. Avançam nas instâncias teórica e epistemológica, frequentemente, desconsideradas na produção do conhecimento do Turismo.

Os componentes paradigmáticos para a construção de um campo científico caracterizam-se por instâncias metodológicas e suas correspondentes operações, sendo formado pelas instâncias técnica, metódica, teórica e epistemológica, segundo Bruyne (1977).

O modelo metodológico de um campo paradigmático, ou, de uma disciplina, tem o objetivo de construção metodológica que fundamenta a separação entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum; de natureza processual, baseia-se em dois momentos fundamentais – a construção e reconstrução do objeto e do corpo de conhecimento de uma disciplina. Isso implica no movimento constante de validação diante as mudanças demandas pelo objeto, colocando em xeque as “verdades” concebidas, pela prática.

A construção metodológica dos estudos paradigmáticos do Turismo vai além da metodologia empírica.

As pesquisas de abordagem empírica e pré-paradigmática, respectivamente, se limitavam a construção dos dados por meio da observação, seleção, operacionalização da realidade posta e, a utilização de quadros de análise para a exposição e causação do objeto turístico, inadequados para a apreensão da complexidade do Turismo como fenômeno sociocultural.

Os autores que se inscrevem na abordagem paradigmática, Moesch (1998) sob a concepção do método da complexidade e numa perspectiva interdisciplinar do objeto, e Nacher (2006) sob a concepção do método hipotético-dedutivo e numa concepção do objeto

sob a "hibridização", trabalham com a formulação teórica do objeto e a sua explicação conceitual que conduz a construção do Turismo como objeto científico.

No processo adequado do modelo metodológico, as etapas são ordenadas e interrelacionadas; tendo, em primeiro lugar, a instância epistemológica que necessita romper com a concepção teórico-metodológica explicativa acerca do objeto, favorecendo assim, a construção do objeto científico pelo movimento de construção e reconstrução contínua, em segundo lugar a formulação teórica e conceitual, guiadas pelos quadros de referências teóricos, e em terceiro e quarto lugar; as instâncias metódicas e técnicas construídas pela exposição, causação e, por fim, a observação, seleção e operacionalização.

Observa-se nas análises feitas sobre a produção do conhecimento do Turismo a inversão desta ordem, preocupados apenas com a construção dos dados, e no máximo, com a utilização de quadros de análises, muitas vezes inadequados ao objeto de estudo. O movimento de construção metodológica do Turismo como campo do conhecimento não chega a configurar-se como processo científico, mas sim, como algo dado, ou seja, natural.

As teorias do Turismo, fragmentada, ahistórica e especializada, focada na definição "indústria e atividade econômica" prejudica a construção teórica e metodológica como um todo, frente sua importância na reflexão crítica a respeito da natureza teórica do conhecimento. A ruptura epistemológica necessária ao Turismo, no caso, tem o potencial de mudar a realidade dessa produção e contribuir para adoção de uma postura reflexiva quanto à concepção mercadológica.

Os equívocos presentes nas tentativas de construções teórico-metodológicas do Turismo, entretanto, podem ser atribuídos, em parte, a validação dada à concepção positivista do saber científico. O norteamento, a partir do modelo racionalista dominante, pauta as investigações por princípios epistemológicos e regras metodológicas pretensamente universais, ou seja – independente do objeto de estudo existem critérios de cientificidade a serem seguidos, assim como um método único: o hipotético-dedutivo.

A parte que cabe ao método hipotético-dedutivo se justifica por sua limitação como modo de investigação das ciências sociais, não alcançando questões centrais para a compreensão dos fenômenos sociais; resume o processo de investigação a um caminho a ser seguido preestabelecidamente, foca na explicação de questões levantadas por fatos empíricos da experiência imediata e controla os resultados como fundamento básico para validade das hipóteses trabalhadas.

Em comparação, o método dialético requer uma postura crítica a respeito dos procedimentos e do objeto estudado, assim como do seu contexto; enquanto, o hipotético-dedutivo envolvem deduções rigorosas, comprovação por meio da verificação observável, generalizações baseadas no controle empírico para garantir a objetivação da problemática

científica, porém, dessa maneira, também promove reduções, limitações e extrapolações do objeto.

Forjado no seio das ciências naturais, com a intenção de objetivar os fenômenos sociais ocasionam problemas de variadas ordens quando se atribui para os fatos físicos, biológicos e sociais a mesma natureza material e, conseqüentemente, os mesmos critérios e concepções de investigação.

A separação entre o caráter objetivo e subjetivo, a falta de comprovação de hipóteses metodologicamente controladas, a dificuldade em produzir leis universais, assim como, previsões confiáveis acerca do objeto e a impossibilidade de anulação do sujeito frente o objeto de estudo formam o conjunto de problemas colocados pelas ciências sociais em busca do seu desenvolvimento.

O domínio do caráter objetivo ocorre pela dificuldade em adequar, ou mesmo criar um método próprio que apreenda as especificidades dos fenômenos sociais, desconsiderando a subjetividade inerente aos fenômenos sociais – significações, intencionalidades, finalidades e valores. Conforme as experiências acumuladas pelas ciências naturais atribuem ao caráter subjetivo propriedades de objeto físico, dando objetividade à análise dos fenômenos humanos e, por isso, objetiva-o, mesmo deixando de lado o essencial.

Na área em discussão, a separação entre objetividade e subjetividade privilegiou os aspectos materiais ou perceptíveis, focando no que primeiro lhes ocorre: os números gerados, o perfil dos turistas, a gestão e os impactos ocasionados. A teorização empírica destaca a explicação causa e efeito na prática, desconsiderado o caráter subjetivo inerente ao Turismo, empobrecendo suas análises e formulações desligadas do real.

As teorias explicativas não esgotam as possibilidades de interação do fenômeno, ou ainda, não existem maneiras de controlá-lo a partir de métodos, por isso, faltam meios de comprovação de hipóteses metodologicamente controladas. Da mesma maneira, não tem como estabelecer leis universais para fenômenos que são condicionados pela história e cultura, ou seja, variam de acordo com o contexto em que ocorrem, influenciando ou sendo influenciado.

Quando se trata de um fenômeno sociocultural como o Turismo, ambas as limitações, provocam distorções variadas, passando por tentativas de comprovação irrefutável de hipóteses insustentáveis, como por exemplo, a homogeneização das culturas locais devido exclusivamente à prática turística; até as tentativas de padronização da gestão de empreendimentos ou territórios pautados em estudo de casos bem sucedidos.

Outro ponto polêmico é a necessidade de prever situações ou cenários que de alguma maneira assegure intervenções do pesquisador, porém, ao contrário dos objetos materiais, a natureza humana não permite a previsão de ações devido à modificação comportamental. No caso do Turismo, são inúmeras as investigações acerca do turista que tentam apreender

e esgotar seu perfil socioeconômico prevendo um comportamento futuro de consumo, apesar de importante para o desenvolvimento do Turismo, não justifica a redução em seu tratamento, entendido como um fazer-saber.

Em relação à impossibilidade de separação do sujeito pesquisador do objeto pesquisado, condiciona todo o trabalho de pesquisa em relação à objetividade pretendida pelo paradigma dominante, pois, ao observar ele não se encontra livre dos valores sociais que lhe guiam, assim como o objeto. Dessa maneira, a relação sujeito/objeto nas análises dos fenômenos sociais não deve desconsiderar a subjetividade inerente, presente tanto no objeto quanto no sujeito pesquisador, configurando-se como um risco aos estudos.

Considerando a problemática dos critérios de cientificidade aplicados aos estudos dos fenômenos sociais, somados aos demais limites da concepção racionalista positivista, condicionam a uma apreensão reduzida e limitada do Turismo como fenômeno sociocultural, como exemplo, as tentativas de construção de uma base teórica que não alcançam aspectos essenciais de ordem imaterial, porém elementar à sua compreensão.

Diante a fragilidade teórica dos estudos, o necessário aporte teórico-metodológico requer uma ruptura epistemológica que avance na construção de conteúdos, bem como dos critérios que permitam autoavaliação e a constante evolução do saber científico. Entretanto, não existe uma preocupação com a ausência notada, nos estudos analisados, de uma condição normativa interna que oriente a análise a partir de formulações de conteúdos e critérios ao longo do seu estabelecimento científico.

A instância epistemológica, além de desempenhar o papel de vigilância em torno do conhecimento, tem a função de delimitação do fenômeno, conferindo a desejada “objetividade” científica ou – a construção do objeto científico. As duas funções, seja para estabelecer condições de objetividade científica ou para refletir internamente em torno dos seus resultados e procedimentos, destacam a importância da ciência como um processo e não como um produto, logo o caráter provisório dos seus resultados.

Pensando na transitoriedade epistemológica e nela como suporte para o progresso teórico-metodológico, a qualidade da produção do conhecimento acerca do Turismo incide diretamente na continuidade do processo de consolidação, devido ao papel da teoria no progresso científico.

O movimento iniciado pelo pólo epistemológico conduz ao aporte teórico com formulações teóricas e conceituais, configurando um quadro de referências comum ao objeto em questão. No Turismo, o quadro teórico configura-se como um conjunto de variados campos, norteados por concepções reduzidas e limitantes, elaboram formulações em torno do objetivo, com conceitos equivocados e inexatos do Turismo como fenômeno sociocultural complexo.

Como exemplo, as apropriações da sustentabilidade como forma de preservação e destruição da natureza no Turismo, ao incorporar conceitos sem a devida apreensão resultam em estudos que replicam os ideais sustentáveis como maneira de potencializar os benefícios e mitigar os malefícios da atividade turística nas localidades. No entanto, apesar dos louváveis esforços para responder aos apelos ambientais, continuam reforçando a fragilidade teórica da área quando se limitam a adoção de princípios da sustentabilidade como garantia para a solução dos problemas ocasionados pela exploração da atividade turística.

A construção teórica calcada no “fato turístico” se confunde com a ideia da simples transposição da realidade, direta e mecânica, para a abstração do pensamento e, da mesma maneira, refletindo em teorias elaboradas com pretensão de desvelar a verdade totalitária acerca do fenômeno, no entanto, revela sempre uma realidade limitada e parcial. Sobre a influência da compreensão do Turismo, Moesch (1998) coloca que, *“hoje só como ciência humana poderá entender-se em sua complexidade humanizante, portanto histórica e dinâmica. O que equivale a dizer que, nela, o ser humano é simultaneamente sujeito e objeto de conhecimento”* (MOESCH, 1998, p.337).

Como proposta de aporte teórico, Moesch (1998), defende a utilização de categorias analíticas além das usadas frequentemente na literatura da área: Tempo, Espaço e Volume. São baseadas em análises empíricas da realidade, onde o aparente constitui a estrutura do objeto, ou seja, o tráfego de turistas, o produto turístico e os valores financeiros envolvidos reduzem a percepção do todo complexo do Turismo como fenômeno.

A autora defende a transposição dos aspectos objetivos do Turismo como objeto de estudo, religando a subjetividade com a objetividade, avançando na construção de novas categorias de análises e, dessa maneira, colaborando com a construção de uma epistemologia do Turismo. As categorias contrapõem o isolamento disciplinar cartesiano valendo-se da análise dialético-histórico-estrutural (DHE), sem reduzir uma ciência à outra defende a compreensão do fenômeno por meio das categorias Tempo, Espaço, Diversão, Economia, Tecnologia, Imaginário, Comunicação, Diversão e Ideologia, Sujeito e Pós-modernidade.

Discorre acerca de cada uma das categorias analíticas, ressignificando algumas devido à necessidade de mudança na abordagem epistemológica da área: volume (economia), tecnologia, tempo e espaço; e esclarecendo as contribuições das novas propostas, a partir das construções teóricas interdisciplinares de Morin e Maffessoli: sujeito, diversão, ideologia, imaginário, comunicação e pós-modernidade. Argumenta ainda, que as partes não podem ser compreendidas separadamente, somente quando integradas ao todo como um conjunto. Diferentemente da visão disciplinar normatizada, com a soma das partes resultando em um todo, a análise por categorias prescinde de uma articulação interna entre as partes e as múltiplas relações do fenômeno estudado, ampliando e permitindo uma nova concepção

interdisciplinar do objeto de estudo. Da mesma maneira, em complementaridade, a utilização da dialética como metodologia, garante a captação do movimento concreto, natural e sócio-histórico com o movimento subjetivo, *religando-os*, e aumentando o escopo de estudo do fenômeno.

Frente ao mesmo problema teórico do Turismo, análises disciplinarizantes com a justificativa de apreender a sua complexidade, Nacher (2004), apresenta sua proposta sob a concepção teórico-metodológica da hibridização em que defende a recombinação do saber em novos campos especializados, buscando reconhecer um sentido e significados novos para as relações dinâmicas de objetos emergentes.

Baseado na difícil tarefa de fazer convergir temas e abordagens divergentes e/ou diferentes, às vezes, até dentro de um mesmo campo do conhecimento, a hibridização propõe o abandono da ideia do esforço interdisciplinar, pois suas possibilidades são limitadas devido às dificuldades que ficam maiores, quando se percebem que as fronteiras disciplinares não são nítidas, cada vez mais se confunde entre uma e outra disciplina.

Em sua tese, Nacher (2004), acredita em espaços inexplorados pelas disciplinas tradicionais, principalmente diante da complexidade atual que envolve os temas investigados, devido à ausência de vínculos com outras disciplinas e a rigidez disciplinária estagnadora. Propõe o estabelecimento de pontes entre disciplinas e entre as especialidades, aproveitando as lacunas existentes em ambas para elaborar as novas interpretações, teorias, metodologias e, conseqüentemente, avanços científicos.

Em seu argumento a existência nas ciências sociais de dez a quinze disciplinas acadêmicas e centenas de especialidades, setores, campos, subcampos e nichos favorecem o alcance dos espaços vazios a partir da interação entre especialidades e campos de investigação por meio do processo hibridização do saber que se vale do empréstimo de conceitos, métodos e teorias entre os envolvidos.

Devido à dificuldade da interdisciplinaridade em adaptar conhecimentos de variados campos e a limitação de algumas disciplinas, o autor coloca que ao buscar formular novas perspectivas, a hibridização se mostra como caminho favorável para o desenvolvimento de ideias procedentes de outras especialidades ou disciplinas que remetem a algo comum, desconsiderando as fronteiras que se opõe.

Para Nacher (2004), a operacionalização da hibridização ocorre por meio da especialização que permite o empréstimo de conceitos pela fluidez e tamanho dessas frente às disciplinas institucionalizadas, arraigadas nas estruturas das universidades. O movimento ocasionado pela especialização fundamenta a hibridização devido ao amadurecimento que leva a fragmentação do conhecimento como processo resultante do acúmulo de saber, próprio das disciplinas, tornando-se subcampos e/ou passando a integrar outras disciplinas acadêmicas.

Para ele, a maioria dos especialistas não se assenta no núcleo das disciplinas, mas sim em anéis exteriores em contato com outros especialistas, como exemplo, argumenta que um sociólogo especializado em urbanização tem mais em comum com um geógrafo que estuda o planejamento das cidades do que com outro sociólogo que investiga a formação das elites. E decreta ainda, que os campos que não interatuam fora das suas disciplinas estagnam-se, e somente a troca abre perspectivas e possibilidades de desenvolvimento.

A vantagem da hibridização encontra-se justamente no intercâmbio e na reelaboração de significados dos conceitos emprestados em um novo contexto, sem limitar-se a uma questão semântica. Trata-se de uma recombinação que dá sentidos e significados novos as relações dinâmicas dos chamados objetos emergentes nas ciências, possibilitando a fertilização de ideias.

Segundo o autor, a história das ciências contemporâneas aponta para a especialização híbrida como caminho inevitável para o progresso científico, ao invés da interdisciplinaridade, no entanto, ele informa que as publicações voltadas para a hibridização do saber são de circulação restrita e dedicadas a subcampos altamente especializados que se conectam com as disciplinas das ciências sócias clássicas.

Ressalta-se que o presente estudo se baseia na perspectiva epistemológica de Moesch (2004) por acreditar na interdisciplinaridade como caminho fundamental para o estudo do fenômeno do Turismo, apesar do desafio que representa tal escolha no trato científico, e ainda, por constatar que mesmo com o desenvolvimento de variadas especializações em uma considerável parcela de trabalhos dessa área, o conhecimento do turismo não tem conseguindo avançar e nem construir uma base teórica sólida, e conseqüentemente, epistemológica, indispensável para a consolidação do Turismo como campo das ciências.

1.2 A Participação Comunitária na Produção do Saber-fazer do Turismo

Em continuidade ao aporte teórico da presente dissertação que busca contribuir na constituição de uma epistemologia do Turismo e a verificação as discrepâncias entre o discurso da participação comunitária e a prática do turismo em âmbito do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, segue com a teorização acerca dos processos participativos no Turismo em virtude de seu papel na adequada apreensão do tema e possíveis desdobramentos, bem como, na sua colaboração para a construção de novos olhares acerca do fenômeno do Turismo, transpondo-se de um fazer-saber para um saber-fazer.

A carência de análises que favoreçam o melhor entendimento a respeito da participação comunitária no Turismo e a presença de distorções e conclusões generalistas em parte dos estudos acaba por desfavorecer a adequada discussão e compreensão das diferentes

interfaces e contradições da temática. Pensando nessas fragilidades, o presente trabalho tenta se apoiar em teorias que o permitam apreender o fenômeno e ao mesmo tempo superar as ausências teóricas e de diálogo interdisciplinar através das categorias a posteriori de capital social, cidadania, empoderamento e emancipação.

Ao aprofundar as análises em torno da participação comunitária no Turismo se impõem a necessidade de contextualizar a discussão do tema, como vem sendo apropriado, reproduzido e associado nas pesquisas da área, desvelando os aspectos que envolvem as possibilidades e limitações da participação no contexto comunitário, fundamentais à compreensão da dinâmica em torno do poder de transformação social, cultural, econômica e política das comunidades.

1.2.1 A participação nos estudos da Sustentabilidade do Turismo e na Gestão Turística

Na literatura do Turismo a participação comunitária não aparece como um dos temas centrais na pauta dos pesquisadores, no entanto, vem sendo discutida, há algum tempo, como uma das possíveis soluções a problemática da sustentabilidade, de modo geral. Diversos são os interesses da inclusão da participação comunitária no desenvolvimento do Turismo, e constantemente, tem seu conceito reduzido ao de consulta popular, visto como um modo de validação dos interesses do mercado e do setor público desconectado da vontade popular.

Com análises pouco aprofundadas a respeito do potencial temático, a participação comunitária apresenta pesquisas com maior regularidade e destaque no cenário internacional, a partir de Pearce e Butler (2002), Fennel (2002), Brandon (2001), Dann (2002), e no Brasil, vem sendo analisada em interface com a sustentabilidade e os estudos de base comunitária, por Irving (2009), Burstyn (2009), Coriolano (2009), Sampaio(2009), Moesch (2005, 2012). A favor da discussão, no entanto, fora do campo do Turismo, muitos pesquisadores sociais se dedicam, indireta ou diretamente, a questão de como a participação pode se tornar fonte de benefícios às populações à margem do mercado globalizado, de modo geral são estudiosos da emancipação, da mobilização social e do capital social, entre outros.

Entre os autores aqui estudados do Turismo, se evidencia a existência de um traço comum entre eles – a perspectiva sustentável – mesmo com suas variadas abordagens, desde a defesa da participação, o destaque de sua importância como item de pesquisa, até aos desdobramentos da inclusão sociocultural comunitária. São baseados na crítica ao modelo capitalista reproduzido irresponsavelmente pelo mercado turístico, e/ou dedicados aos

estudos acerca dos impactos, e/ou em defesa do desenvolvimento do Turismo em harmonia entre o homem e a natureza (Krippendorf.¹ (1977), Fennel (2002), Pearce e Butler (2002)). Com a realidade de um quadro de pesquisas e estudos diversos e divergentes, a importância da participação comunitária ganha representatividade em pautas levantadas pela discussão em torno da sustentabilidade, como: a distribuição equilibrada dos benefícios entre envolvidos, preservação ambiental e respeito cultural. Somadas aos desequilíbrios da exploração da atividade e a percepção de que, apesar do crescimento do turismo nos últimos anos, não houve uma diminuição no fosso entre pobres e ricos.

A combinação entre insatisfação com as conseqüências do Turismo e o aceno das possibilidades de um desenvolvimento sustentável permitiram o surgimento de inúmeras novas designações e adjetivações dadas ao “modelo de turismo não predatório” – ecoturismo, turismo sustentável, turismo alternativo, turismo verde, turismo de base comunitária, turismo comunitário. O cerne do debate, em sua maioria, gira em torno das medidas mitigadoras dos impactos negativos ou a busca pelo equilíbrio entre impactos positivos e negativos.

A discussão relativa aos impactos causados ao ambiente natural e a comunidade, tendo como pano de fundo a categoria sustentável, gera abordagens divergentes e diversas que se refletem em estudos como os de capacidade de carga e desvalorização do potencial atrativo devido às conseqüências da degradação ambiental, em proveito da exploração capitalista e da preservação dos recursos naturais, assim como, em investigações com outras ordens de questionamentos acerca dos aspectos socioculturais do desenvolvimento (*in*) sustentável do Turismo.

Mesmo com a variância de objetivos da perspectiva sustentável associada à ênfase dos impactos do Turismo², tais estudos contribuíram com o reconhecimento da importância dos processos participativos na lista de investigações da área, corroborando com isso Pearce (1995) diz que:

Os relacionamentos entre a comunidade e o turismo são tema central aos argumentos sobre turismo sustentável e, apesar do domínio de uma

¹ No caso de Krippendorf (1977), mesmo não existindo uma citação clara por parte do autor que permita sua associação com a sustentabilidade, sua posição frente ao Turismo conduz a isso. Ele defendia a participação comunitária no desenvolvimento do Turismo como alternativa aos favorecimentos de alguns e hostilidades contra os turistas.

² O foco demasiado nos impactos pode desfavorecer a apreciação justa do Turismo ao alimentarem distorções, como as apresentadas na primeira parte do capítulo. Colabora como o equívoco da polarização da defesa ou ataque, comuns em pesquisas *pseudo* teóricas, que mascaram a carência de um entendimento adequado do fenômeno, levando a frágeis apreensões, conceituações e análises que dificultam a fundamental consolidação do Turismo como campo científico.

linguagem biofísica para descrições dos recursos turísticos no debate sobre a sustentação, todas as concepções originais do termo se alinharam à preocupação com o bem-estar das comunidades (PEARCE, p. 51 1995).

A evidência de que as análises acerca da sustentabilidade no Turismo privilegiam os aspectos ambientais e sua importância no contexto do desenvolvimento é a quantidade de títulos que associam a necessidade de participação comunitária à preservação dos recursos naturais com estudos de casos descritivos focados em análises acerca da prática turística em ambientes com abundância de recursos naturais ou áreas de preservação ambiental. Em geral, são investigações sobre como ocorre o turismo em parques nacionais e entornos, em geral, unidades de conservação no Brasil ou em países em desenvolvimento.

É necessário fomentar, concomitantemente, as construções que revelam as variadas interfaces do fenômeno do Turismo e que, mesmo admitindo a onipresença da ideologia nas ciências, torna-se inegável a fragilidade das comunidades frente à lógica capitalista, contraditória por natureza, ao mesmo tempo em que beneficia com a geração de emprego e renda, impõem o ônus da violência, da expropriação territorial, do custo de vida alto, da degradação ambiental àqueles que são, direta ou indiretamente, ligados a ela.

Por isso, apesar de não ter sido mantida a preocupação original com a qualidade de vida das comunidades, principalmente nos estudos voltados para a gestão e o planejamento turístico dito sustentável, e nem de ser essa a posição dominante no chamado “turismo sustentável”, esse deve ser o ideal norteador quando se analisa os processos participativos nos estudos do Turismo, sendo esse o ponto de partida do presente trabalho.

Retomando a contextualização acerca da participação comunitária nos trabalhos da sustentabilidade, ela nasce nos debates como forma de garantir os interesses comunitários por meio do envolvimento de todos no desenvolvimento do Turismo, passando então a ser incluída nos discursos e recomendações em âmbito das políticas públicas e da iniciativa privada. Diante disso, planejadores, empreendedores e gestores públicos são imbuídos da tarefa de “apoiar um envolvimento maior das comunidades no planejamento dos processos de monitoramento, da implementação e avaliação dos projetos e programas da política de turismo” (WTO, 1997).

Visto, em todos os âmbitos, como desejável o aumento da participação comunitária no Turismo devido sua importância para o alcance do desenvolvimento das localidades e como forma de se evitar impactos adversos, no entanto, pouco se aprofunda acerca no tema. Geralmente, atentam-se as justificativas da preservação ambiental e a da garantia de inclusão dos interesses da comunidade, tentado com isso, embasar a proposta participativa. No caso mais representativo, o da preservação ambiental, a participação comunitária fica restrita ao envolvimento de organizações civis ou profissionais, como associações de guias ou de condutores locais, na gestão dos parques e entornos, sendo poucos os casos em que

associações de moradores participam. Entretanto, seus envolvimento são mobilizados com vistas a ganhos econômicos individualizados da exploração turística, em apelo ao discurso da importância do “envolvimento de todos” na gestão do turismo e, principalmente, devido ao conhecimento a respeito dos biomas e sua fundamental contribuição para a preservação dos recursos, evitando o declínio do “destino” provocado pela degradação ambiental.

E o caso apresentado por SINGH e SINGH (2002), sobre o turismo em tribos do Himalaia, especificamente os Sherpas, fica clara a confusão em torno do que vem a ser entendido como o envolvimento da comunidade. O grupo, incentivado por um período de grandes dificuldades econômicas, converteu seus conhecimentos acerca da região montanhosa em prol da condução de turistas para prática do *trekking*, alcançando reconhecimento e sucesso mundial. Mesmo com a suposta “participação” da tribo, após algum tempo, a conta apresentada pelo dano ambiental causado e modelo exploratório levou a perda dos benefícios.

Isso comprova a necessidade de que o tipo de envolvimento comunitário deve ser considerado nas discussões, a simples “participação de todos” não garante o alcance de benefícios equilibradamente distribuídos. De acordo com SINGH e SINGH (2002), os Sherpas conseguiram reverter o quadro negativo de degradação ambiental e econômico depois de um longo processo educativo, descentralizado e participativo de envolvimento das tribos no desenvolvimento do turismo da região e o compartilhamento de responsabilidades. As distintas formas de se analisar a participação comunitária condicionam o seu entendimento e resultados da produção do conhecimento do Turismo, sendo necessário ampliar a compreensão teórica do conceito de participação comunitária e o seu uso na prática para melhor analisá-lo.

Na justificativa quanto à importância da participação comunitária como garantia de inclusão dos interesses da comunidade verifica-se com frequência sua redução a assertivas generalistas quanto ao significado de participação confundido-a com consulta popular, principalmente, em publicações voltadas ao planejamento e a gestão sustentável. Em muitos casos, buscam apenas a validação de ações e projetos estranhos à comunidade através da aprovação local, dando respaldo as ações, por vezes irresponsáveis do mercado. A confusão entre consulta popular e participação comunitária persiste quando bradam a necessidade de união de todos os setores envolvidos em prol do sucesso do “destino”, especialmente da comunidade, que caso seja excluída, compromete a finalidade da empreitada dita sustentável. Entretanto, sobrepõem-se os interesses do setor privado, por motivos que ultrapassam a superficialidade imposta pelas metodologias de planejamento e gestão turística disseminadas na literatura, sobre a distinção entre consulta popular e participação, Brandon (2001) afirma que:

[...] consultar os moradores e solicitar suas opiniões é, com frequência, erroneamente entendido como participação. É verdade que colher opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas. Em uma abordagem genuinamente participativa, a comunidade local é consultada e tem voz ativa na tomada de decisões (BRANDON, p. 235, 2001).

O envolvimento da comunidade não equivale à manipulação de interesses e a “preparação” dos cidadãos para a “atividade turística”, gerando aceitação passiva e mão de obra qualificada, conforme a necessidade dos empreendedores. Tais propostas na verdade, se transvestem de interesses mercadológicos, mas disfarçam-nos com discursos sustentáveis baseado nos encantos da geração de renda, empregos, preservação ambiental e até da “valorização” cultural.

A sentença – a participação é necessária por que é fundamental para o desenvolvimento sustentável – não esclarece pontos importantes a respeito do que é ou como tal participação ocorre e, nem solucionam a difícil equação do “desenvolvimento sustentável” ao destacar a importância econômica para a comunidade. É necessário ir além da simples defesa da participação comunitária, e fundamental qualificar o seu conceito e discutir seus outros desdobramentos psicológicos, sociais, democráticos, culturais de maneira coerente.

As distorções e reduções em torno da temática, entretanto, não correspondem à totalidade dos estudos do Turismo, alguns autores colaboram com uma discussão aprofundada do assunto, como Fennel (2002), que ao investigar o desenvolvimento comunitário através do ecoturismo traz um resumo bibliográfico acerca do papel da participação, revelando preocupações com os interesses comunitários e com análises que vão ao encontro da necessidade de ampliação do conceito e da discussão dos seus demais aspectos. Assim, também Brandon (2001), ao discorrer sobre como incentivar a participação local em projetos de turismo da natureza e suas etapas básicas apresenta um estudo amplo, focado nas diferentes abordagens e distorções despertadas pelo tema³.

No mesmo sentido, Dann (2002) com o intuito de identificar temas prioritários para o aprofundamento das investigações teóricas da área, criando uma agenda de pesquisas, indica a necessidade de se explorar teoricamente a participação democrática nas tomadas de decisões sobre o Turismo como um deles. O destaque vem acompanhado de sugestões de questões de pesquisas a serem verificadas em trabalhos futuros como a falta de

³ De maneira resumida, Brandon (2001) sintetiza em dez questões cruciais o estímulo à participação das comunidades: o papel da participação local; o engajamento efetivo como meta; a participação ao longo do projeto; a criação de investidores de risco; a união entre lucro e conservação; a distribuição dos lucros; o envolvimento dos líderes da comunidade; o uso de agentes de mudanças; a compreensão das condições específicas do local; e por fim, o controle e avaliação dos progressos.

habilidade para o processo participativo, o consenso entre os envolvidos e as possibilidades de conflitos que chamam atenção para o foco desejável nessas investigações.

A necessidade de um aprofundamento teórico levantado por esses questionamentos ganha um apelo frente às propostas do empoderamento dos atores locais como meio para se reverterem os abusos e as consequências de uma exploração irresponsável, como defende Fennel (2002):

O desenvolvimento das comunidades pode ser considerado, portanto, um meio viável para compensar os modelos convencionais de turismo no passado e redistribuir o controle e as decisões entre os indivíduos da comunidade, não deixando-os para os que vêm de fora (FENNEL, p.203, 2002).

Da mesma maneira, no chamado turismo de base comunitária ou local, ao decretar como opção viável ao modelo exploratório e degradante a gestão comunitária, ecoam considerável parcela de inquirições a respeito da participação no desenvolvimento do Turismo. De acordo com Coriolano (2008):

A história do turismo nas comunidades litorâneas tem revelado o abuso do poder econômico no processo de especulação de terras para o lazer, sendo a problemática da expropriação de terras um dos fatores de exploração econômica da renda da terra e da força de trabalho, tendo desencadeado o processo de organização do turismo comunitário como atividade de defesa e de reação ao turismo invasor de comunidades (...) o turismo alternativo ou comunitário, portanto associado à luta pela propriedade da terra litorânea, e gestado por comunidades (p.280, 2008).

A ênfase de ambos os autores, Fennel (2002) e Coriolano (2008), levam ao caminho da participação comunitária distinta da simples consulta popular com o objetivo de validar planos. Inserem os novos elementos do empoderamento comunitário nas análises da perspectiva participativa, mas induzem outros questionamentos que complexifica sua compreensão, pois se baseiam nos princípios de auto-sustentação econômica, sustentabilidade ecológica, controle comunitário, atendimento de necessidades individuais e construção de uma cultura comunitária.

O controle e as decisões comunitárias citadas por Fennel (2002), e encontradas no centro da discussão da base comunitária, Coriolano (2002), auxiliam na composição do conjunto de questionamentos expostos pelo debate acerca dos processos participativos no Turismo. O espectro de perguntas a respeito da ocorrência participativas em comunidades as voltas com o Turismo, dessa maneira, incentiva à reflexão mais humana, justa e equilibrada da prática turística, assim como, amplia a compreensão do fenômeno e conduz a construção dos novos saberes.

1.2.2 As metodologias participativas na perspectiva de desvelar atores sociais.

A melhor maneira para se compreender o conceito de participação é qualificá-lo, principalmente em um trabalho dedicado ao seu desvelamento no turismo. Assim a participação requer o envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural. A partir dessa concepção busca-se compreender a dinâmica dos processos participativos, bem como a sua operacionalização e instrumentalização via metodologias que explorem as ações participativas em favor de uma efetiva transformação das comunidades.

O ato de fazer parte, tomar parte ou ter parte em algo implica diferentes maneiras de participação indo desde o nível mais intenso até a passividade que espelha as diferenças entre o cidadão inerte e o engajado, conforme Bordenave (1983). Essas diferenciações de postura e envolvimento dos atores de uma comunidade refletem no padrão da qualidade participativa dos cidadãos, que mesmo entre os mais ativos, existem os que se dedicam devido à lealdade, responsabilidade e comprometimento perante o grupo, e outros que sem vínculos afetivos, ou, por ser essa uma de suas características pessoais, nada os impede de abandonar o trabalho iniciado.

A expectativa irreal quanto a uma alta qualidade participativa dos atores, ou, uma falsa homogeneidade da comunidade são frutos de concepções equivocadas e frágeis de iniciativas desse cunho, que acabam por afetar a efetividade de seus objetivos. Na realidade, tais diferenças podem ser favoráveis ou desfavoráveis aos processos participativos, dependendo da direção dada ao projeto, mas também inevitáveis diante as mudanças demográficas e sociais ocasionadas a pequenas localidades turísticas, que passam a receber moradores migrantes de centros urbanos e interessados em investir e lucrar com o potencial atrativo do local.

A escolha em desenvolver processos participativos em prol do desenvolvimento do turismo, resumidamente, se apresenta como alternativa devido ao descontentamento com a marginalização da comunidade frente aos assuntos de interesse de todos, mas que são decididos por poucos, e que não encontram respaldo no desenvolvimento de uma sociedade participativa onde todos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Constatação que se opõe a ideia de que participação faz parte das necessidades humanas universal, pois o homem vive agrupado desde sua origem, e deve ser buscada pelo seu caráter construtivo permeado pela educação e experiência, ou seja, a qualidade participativa é conquistada, não dada, pois “a participação é um processo de conquista e construção organizada da emancipação social” (DEMO, p.36, 1997).

Nesse contexto, segundo Bordenave (1983), o conceito de participação fica mais bem compreendido se comparado à marginalização, como um de seus contrapontos, que significa ficar às margens de um processo sem nele intervir, mas entendendo-o como um resultado lógico e natural do desenvolvimento da modernidade, onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido; para que alguns possam acumular, outros necessitam ser explorados e sacrificados. Ao contrapô-los a intenção é tornar clara a importância da conscientização e emancipação via participação comunitária, longe de algumas distorções acerca da marginalização que buscam evidenciar o “atraso” em relação a outras localidades e acabam por atribuir responsabilidades aos envolvidos, como se subdesenvolvimento fosse autoprovocado.

O resultado a ser alcançado com a participação como processo coletivo transformador é a incorporação de setores marginalizados à vida social por direito próprio e não como convidados, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos da sociedade; assim, renega-se o enfoque passivo da participação comunitária que apenas recebe benefícios. No entanto, os equívocos na apreensão do conceito de participação se justificam devido às possibilidades positivas que ela oferece tanto as iniciativas transformadoras quanto as tradicionalistas, pois pode ser implantada com objetivos de liberação e igualdade, como também, para a manutenção de uma situação de controle.

O que torna ainda mais importante à adequada discussão em torno da participação comunitária seja no turismo ou não. Assim, a participação apresenta níveis de que estão relacionados ao grau de controle sobre as decisões e a importância das mesmas, conforme Bordenave (1983), passando pela simples informação a comunidade a respeito das decisões tomadas, consulta facultativa e/ou obrigatória relacionada às sugestões e críticas quanto a algo, elaboração/recomendação de propostas que podem ser aceitas ou não, co-gestão compartilhada via colegiados, até a delegação de autonomia em certos campos e a autogestão na qual o grupo está equiparado aos administradores.

O grau de controle sobre as decisões e de importância destas estão diretamente relacionados com a concepção de participação adotada, se aliada a ideias progressistas ou a serviço de um projeto apenas utilitário e alienante. Em escala local ou micro, a participação pode favorecer o crescimento da consciência crítica dos envolvidos, fortalece o poder de reivindicação e sua ampliação, além de somar forças para resolver problemas significativos e conflitos de maneira pacífica entre as partes. Aplicada em escala global ou macro, a participação pode ajudar no controle e fiscalização das autoridades e serviços públicos por parte da comunidade, auxiliar na horizontalidade e descentralização de políticas públicas voltadas a população e viabilizar os projetos de desenvolvimento governamental.

O equilíbrio entre o exercício participativo em escala micro, disseminada em associação e espaços de discussão, e macro, canalizado por partidos políticos, ajudaria a conter o perigo

de que se veja na participação comunitária algo para ser dirigido, manipulado ou explorado quanto a seus resultados a favor da manutenção de uma lógica autoritária e ideológica de marginalização social. Assim, a participação na comunidade constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação numa sociedade sem setores e indivíduos marginalizados, cabendo aos processos educativos o desenvolver mentalidades participativas pela prática e refletida participação.

Da mesma maneira, pautam-se as diferentes maneiras de participar como forma de compreensão das nuances como graus, tipos e níveis que envolvem os processos participativos nas comunidades. Portanto, segundo a classificação de Bordenave (1983), existe a participação de fato no seio da família, no culto religioso, na recreação, entre outros; a participação espontânea que formam grupos de vizinhos, de amigos, sem propósito claro e definido; a participação imposta por regras sociais consideradas indispensáveis como a missa dominical; a participação voluntária, presente em sindicatos, cooperativas, associações; a participação provocada por agentes externos a fim de atingir objetivos previamente estabelecidos, como a extensão rural; a participação concedida, como a participação nos lucros cedida por algumas empresas a seus trabalhadores e o chamado “planejamento participativo”.

A intenção de não se deter sobre cada uma dessas classificações acerca das diferentes maneiras de participar, é a de enumerar a existência delas para efeito de identificação, relacionando-as com os diversos níveis e graus de participação, que por sua vez sofrem interferências relativas à importância e o controle das decisões, exemplificando a complexidade e dinâmica, presentes no conceito de participação. É necessário conhecer e compreender as diferentes posições e concepções que a envolvem, bem como os seus elementos constituintes que influenciam e determinam seus usos e suas condições.

Apesar da maioria dos projetos enquadrados como participativo apenas buscarem o envolvimento da comunidade na execução de ações e na constatação dos resultados de atividades que não foram determinadas ou estabelecidas por ela, o ideal defendido é de uma participação comunitária desde a formulação e elaboração de planos, programas e projetos, assim como na busca por alocação de recursos e administração das operações que permitam o aproveitamento das possibilidades da participação com resultados que vão muito além do material, envolve o desenvolvimento do pensamento reflexivo, trabalho cooperativo, respeito aos outros e auto expressão. Assim, remete ao que coloca Brandão (1985):

Um dos atributos mais usuais das estratégias autoritárias é justamente o de convocar todos à participação. Conclamar as classes populares a “um amplo processo de participação” para, depois exercer sobre um “povo participante” projetos tutelares de controle e manipulação (BRANDÃO, p. 250, 1985).

A uma grande diferença entre propostas participativas calcadas na concepção de fato transformadora e propostos que se valem da comunidade para validar ações verticalizadas e desconectadas dos reais problemas da sociedade, é preciso saber reconhecê-las. Outra diferenciação necessária se refere à participação “para o povo” que parte de uma postura arrogante de detentor de soluções para os problemas enfrentados pelas comunidades, às vezes até bem intencionadas, porém destituídas de sentido para eles, e a participação “com o povo” baseada na certeza de que a solução para as mazelas da comunidade somente encontra caminho nas mãos da própria comunidade e na conscientização acerca do poder popular, que encontra correspondência com que Brandão (1985) diz sobre a pesquisa participante:

[...] por maior que seja o *teor social* da “participação” (toda a comunidade é convidada a participar de todas as fases da pesquisa e o seu relatório é escrito “para o povo”) a pesquisa não é ainda um instrumento que possua um *teor político* de participação. Ela não é ainda um instrumento político e pedagógico de produção científica de um tipo necessário de saber popular e de orientação de ações populares que sirvam efetivamente aos seus objetivos (BRANDÃO, p. 251, 1985).

O resultado do teor político aludido pelo autor pode ser associado ao desenvolvimento do empoderamento da comunidade que se apropria da tomada de decisão, tornando-se protagonista da sua própria história. Dessa maneira, torna-se de fundamental importância a superação de elementos condicionadores da participação, ou, pelo menos ter o devido entendimento acerca deles, que possam prejudicar e/ou auxiliar o processo. São condicionantes, segundo Bordenave (1983): as qualidades pessoais de líderes, a natureza do problema, a filosofia da instituição ou do grupo, a estrutura social, o conflito, a oposição entre solidariedade e de interesses, o ambiente interno, o consenso ideológico, o tipo de liderança ou direção, a distribuição de funções e a flexibilidade da programação.

Todas as condicionantes sofrem ou impõem influência na dinâmica participativa e são forças que devem ser consideradas detidamente nos casos das metodologias participativas, por exemplo, a existência de diferenças individuais no comportamento participativo, já que nem todos possuem as mesmas capacidades e qualidades pessoais que lhes garantam efetividade; diferenças essas que alimentam o processo exigem uma tarefa de coordenação e complementação de todo o grupo e do líder, porque podem ser positivas, devido às possibilidades de aproveitamento dos diversos backgrounds, ou negativas, caso os conflitos sejam impeditivos.

Outro fator a ser considerado na formulação de propostas participativas diz respeito à garantia e fomento do diálogo entre o grupo, significando colocar-se no lugar do outro para compreender seu ponto de vista e o respeito à opinião alheia aceitar, que refle no

melhoramento da capacidade de falar e escutar, assim como o domínio de técnicas da dinâmica de grupo e do uso efetivo dos meios de comunicação. Bordenave (1983) também chama a atenção para o tamanho do grupo que deve ser considerado, pois influi sobre o grau de participação que “embora um grupo grande conte com mais recursos que um pequeno, o nível de participação de cada membro tende a baixar. Daí porque têm se desenvolvido técnicas para quebrar um grupo grande em grupos pequenos.” (BORDENAVE, p.52, 1983).

Nesse sentido, as recomendações somadas a uma devida compreensão acerca das condicionantes e demais especificidades que envolvem a participação comunitária remete a importância decisiva do controle nos processos participativos que, por fim, relaciona-se com a escolha dos instrumentos através dos quais se realizarão as atividades participativas que fazem parte das chamadas metodologias participativas. Dessa maneira, existem variados instrumentos metodológicos da ação participativa que vão desde princípios gerais ou direcionamentos da pesquisa participante baseado em experiências empíricas, métodos de trabalhos participativos, até as técnicas de planejamento, gestão e comunicação, assim como, instrumentos para a coleta de informações e elaboração de diagnósticos reveladores da dinâmica social das comunidades.

Em defesa a uma participação comunitária promotora de mudanças significativas que de fato favoreça o alcance de benefícios materiais e subjetivos de empoderamento, emancipação, engajamento cívico, e no sentido de orientar a experiência participativa utilizam-se metodologias baseadas em alguns princípios e orientações que garantem suas efetividades. Basicamente, as metodologias estão fundadas em concepções pedagógicas de construção de conhecimento calcada no saber popular, na realidade social do grupo, na escolha de instrumentos simples, em relações igualitárias de conhecimento, informação, e principalmente, de comunicação. As metodologias participativas são usadas com o objetivo de promover o desenvolvimento de regiões e localidades desfavorecidas economicamente, planejar e executar projetos, programas ou planos de governo e realizar pesquisas acadêmicas voltadas para a transformação das comunidades.

Segundo Argumendo (1984), para que uma pesquisa de fato seja participativa ela deve possuir três dimensões básicas – a produção de conhecimento, a educação e a orientação para a ação – que são interdependentes, pois a produção do conhecimento existe no sentido de orientar a prática, que por sua vez está imbuída da missão de modificar a realidade, mas, simultaneamente, produz também conhecimento que ao mesmo tempo em que adquirir conhecimento, ou seja, o processo educativo equivale a construir e criar uma prática. Essa concepção de participação voltada para educação ação e produção de conhecimento está de alguma maneira presente nas técnicas, diagnósticos e instrumentos recomendados a ação participativa.

A produção do conhecimento, citada por Argumendo (1984), fundamenta-se na importância de apreensão do saber popular nesse tipo de iniciativa e na postura humilde dos pesquisadores perante o reconhecimento de que as respostas não se esgotam no saber científico, ou seja, as relações da comunidade têm sua própria racionalidade e estrutura com uma cultura e filosofia específica possuidora de conhecimento diferenciado daqueles dos técnicos e pesquisadores. Não cabe a universidade ou a entidade tuteladora da iniciativa o papel de apontar quais os problemas e objetivos caros ao grupo, muito menos as soluções, por mais angustiante que seja para uma equipe técnica não interferir em algumas situações; nesse sentido, Argumendo diz que “a participação não é algo que possa ser dado, porém, é indispensável abrir espaços para que ela se manifeste” (ARGUMENDO, p. 197, 1984). Weid (2010) complementa a colocação anterior:

O sentido mais profundo da participação está no respeito às dinâmicas sociais e culturais locais, conhecendo-as e estimando-as pela facilitação de processos coletivos de apreensão e geração de conhecimento. Isso é tão mais difícil de se compreender e aplicar pelo que significa de modificação nas costumeiras relações de poder, implícita ou explícitas nos esforços de promoção do desenvolvimento (WEID, p.107, 2010).

A ideia desse tipo de iniciativa de construção coletiva é descentralizar o trabalho e desenvolver uma autopesquisa, assim, as metodologias de cunho participativo se valem da comunidade em vários momentos para a elaboração de diagnósticos, pesquisas, moderação de grupos, condução de reuniões, apresentação dos resultados, plano de ação, enfim, todo o processo e não apenas de parte dele, sem reduzir a participação ao desenvolvimento de ações ou de avaliações finais dos projetos. Assim, “se os agricultores são o centro dos processos de desenvolvimento, é deles que deve partir a decisão do que fazer e como fazer e dos ritmos a serem adotados” (WEID, p.109, 2010).

Com esse espírito, algumas metodologias consideram como primeira etapa do trabalho participativo, antes da elaboração de diagnósticos, o alinhamento da equipe técnica acerca dos resultados esperados, esclarecendo acerca que devem buscar: incentivar o desenvolvimento autônomo e autoconfiante da comunidade; o crescimento do nível de organização das comunidades, como resultado das ações de pesquisa e planejamento conjunto, e conseqüentemente, um aumento do poder de barganha em prol de seus reais interesses; e compreender as vantagens de uma ação participativa. O comprometimento e a mudança de postura dos técnicos em relação aos processos participativos – antidogmatismo e renúncia ao papel de protagonista – muitas vezes, somente acontecem no decorrer da prática, o que prejudica todo o andamento do projeto.

Essas metodologias demandam a elaboração de diagnósticos situacionais ou gerais para o conhecimento da realidade local antes do início dos trabalhos de fato, no entanto, como não está sendo adotada nenhuma em específico devido a grande variedade destas, também não

está sendo estabelecida a ordem de consecução das fases. Porém, usualmente o diagnóstico se apresenta como uma das primeiras atividades realizadas pela sua importância decisiva para a intervenção a ser realizada nas comunidades. Os diagnósticos variam em seus objetivos, algumas equipes o elaboram com a finalidade de caracterização geral dos principais problemas e utilizam dados secundários e primários, outros o fazem com a intenção de levantar as situações de conflito e experiência prática da comunidade e se valem de visitas informais e a vivência com o grupo, mas o que vale mesmo é o seu caráter participativo que não deve ser relegado ou minimizado.

Como exemplo de diagnósticos participativos tem-se o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) que constrói com a população local os caminhos do autodiagnóstico, valorizando mais a precisão necessária das informações e a análise dialógica e coletiva entre técnicos e partes interessadas, ao invés dos resultados quantitativos estatísticos, muitas vezes, frágeis por serem distantes em aplicabilidade real, assenta-se em três pilares: o comportamento, as técnicas de levantamento e a participação. Também, existe o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) e oferece alternativa eficaz para o estudo de problemas específicos, possibilita a valorização rápida e funcional do saber, analisa dificuldades e potencialidade da população local e oportuniza a busca de estratégias para a solução de problemas e de conflitos. Existe também, o Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP), baseado nos métodos internacionais *Rapid Rural Appraisal* (RRA) e *Rapid Organizational Appraisal* (ROA), apresenta um conjunto de técnicas de diagnóstico e análises participativas que procura envolver os membros da organização, minimizando a manipulação e a predominância de determinados grupos sobre o processo dialógico que se pretende estabelecer, por meio da qual se pode construir o “quebra-cabeça” da realidade organizacional. E ainda, o Diagnóstico Rápido Econômico Participativo (DREP) que consiste numa ferramenta que identifica potencialidades e promove a busca por oportunidades para que a comunidade defina estratégias viáveis e sustentáveis para enfrentar suas dificuldades econômicas, não busca promover receitas, mas sim formar atores para que aprendam a se perguntar sobre a realidade econômica de sua comunidade.

O importante é compreender que tais instrumentos dão destaque à participação, variando em grau de refinamento das técnicas utilizadas, com vista à construção de soluções e caminhos em busca dos resultados com o objetivo de auxiliar os passos seguintes da comunidade. No entanto, Demo (1997), chama atenção para a importância da consciência política e social para as decisões em oposição à utilização das técnicas:

O processo decisório pode, certamente, ser secundado por técnicas decisórias heurísticas, tanto mais úteis, quanto mais respeitarem a complexidade histórica do fenômeno, mas no fundo é uma competência humana, essencialmente política, não uma técnica (DEMO, p.269, 1997).

Opinião que casa com de Brandão (1984) ao defender que a prática política e pedagógica são anteriores a qualquer definição de como e/ou por que, por isso não pode ser descartada desses tipos de processos a educação que de fato é responsável pela transformação dessas comunidades. Pensando na comunidade e processos de aprendizagens, voltando aos instrumentos de diagnósticos, porém, torna-se imprescindível a simplificação ou adaptação desses instrumentos a linguagem do grupo, respeitando o ritmo do grupo em detrimento da rapidez e que possibilite criação coletiva de uma autopercepção e análise que favorece uma reflexão/ação do grupo, assim completa Gomes (2010):

O uso acrítico ou “interessado” das “metodologias participativas”, quando orientadas pelo paradigma racionalista-empirista, às vezes significa apenas “um pouco mais do mesmo”, como a manutenção de interesses poderosos de instituições não menos poderosas, por exemplo. Nesse caso, ainda que o discurso possa ser mudado, incorporando novos conceitos, a concepção teórica clássica, da pesquisa e do desenvolvimento de “fora para dentro” permanece, não contribuindo para o estabelecimento de relações de cooperação, de reconhecimento mútuo, enfim, para a vigência de novos valores e uma nova ética (GOMES, p.308, 2010).

O que nos leva a discussão sobre a educação nessa perspectiva, antes de retornar a exposição sobre as metodologias participativas. As pretensões de transformação e libertação social encontram apoio na crença de que a qualidade da participação pode ser elevada quando se apreende a conhecer sua própria realidade, a refletir, a entender novos significados das palavras, apreender a manejar conflitos, tolerar divergências, aprender a organizar e coordenar reuniões, a resolver problemas coletivamente. Porém, diferentemente do que se possa pensar sobre a dificuldade de tal empreitada, na verdade ela pode ser estimulada pela mistura da prática, a técnica, a invenção e a teoria, ou seja, a práxis. Dessa maneira, Argumedo (1984) esclarece a respeito da dimensão educativa dos processos participativos:

As atividades educativas são assim “integradas”, de modo que contribuem para estender certas formas de compreender e agir sobre a realidade que facilitam o alcance dos objetivos estabelecidos pelos próprios atores do processo. Além do mais, considera-se a educação como uma dimensão do desenvolvimento com capacidade “integradora”, na medida em que constitui a dimensão reflexiva do processo, o momento em que os atores pensam o processo e chegam a compreendê-lo como integral (ARGUMEDO, p. 190, 1984).

A importância do uso adequado da comunicação ganha destaque com a perspectiva da educação nas metodologias participativas, justamente, pela necessidade de transparência e mobilização que impõe o uso da comunicação como maneira de informar e de estabelecer diálogo com a comunidade. E pelos mesmos motivos – informação e diálogo – torna-se caro ao processo de conscientização via ações educativas promovidas a partir da participação comunitária, por isso, a importância de se garantir canais de comunicação acessíveis a

todos com uma linguagem simples e clara, facilitando não só a informação qualitativamente pertinente e quantitativamente abundante sobre os problemas ou planos, mas também a transposição informacional em reivindicação, protesto e mobilização em prol de objetivos da coletividade. É conhecendo que se transforma a realidade social de comunidades desfavorecidas econômica e socialmente.

Retomando as metodologias de participação, após o reconhecimento da realidade e dos problemas levantados pela comunidade, juntamente com suas escolhas, traz à construção de planos de ação e/ou elaboração de planejamentos como medida para envolver a comunidade no desenvolvimento de ações que possam solucionar ou mudar as condições negativas e problemas comuns. Essa fase, presente em muitas dessas metodologias, baseia-se na importância da ação em prol de uma gestão compartilhada e participativa para o desenvolvimento local, sendo inúmeros os tipos de planos, planejamentos e métodos utilizados com esse objetivo.

O Planejamento Estratégico Participativo figura entre os mais usuais para os grupos da sociedade civil, ONG's, governo e empresários com a indicação de onze passos para sua aplicação que facilita a definição e negociação de propósitos de curto, médio e longo prazo; o Método ZOPP também se apresenta como um instrumento com esse fim, e permite a participação efetiva de grande número de participantes, integrando todos os atores envolvidos em um processo de construção conjunta das decisões. Assim como, o Planejamento e Monitoramento Organizacional Participativo (POP), como um resultado do Diagnóstico Organizacional Participativo, que utiliza os temas prioritários de cada área organizacional, identificados e visualizados após o diagnóstico.

Existem métodos mais amplos que podem ser aplicados em âmbito municipal como Método GESPAR, considerado como uma estratégia metodológica estruturada por possuir conteúdos, técnicas e instrumentos, orientados por uma nova concepção de desenvolvimento e um conjunto de valores axiológicos humanistas que passam a interagir no espaço local, buscando provocar mudanças de comportamento; baseia-se em um processo dialético e dialógico, numa comunicação constante entre os sujeitos e o objeto. Assim como, o Método de Autodiagnóstico das Potencialidades Municipais e Planejamento de Ação (MAMPLA) que foi criado pelo Sebrae para ser aplicado em vários municípios cearenses, vale-se dos elementos do planejamento estratégico, favorece a identificação dos fatores favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento municipal, bem como indica oportunidades e as ameaças, propiciando ainda a criação de planos de ação.

Existem variados instrumentos que podem ser utilizados em diferentes momentos da metodologia participativa, desde os diagnósticos até a elaboração de planos de ação ou planejamentos mais amplos, que ajudam na organização e estruturação das ações, objetivos e metas estabelecidas por todos, visando à gestão compartilhada entre a

comunidade e as diversas instituições detentora do poder político, produtivo e cultural. Ressalta-se que são técnicas que auxiliam na execução dos projetos e alcance das propostas, mas que não deve ser estanques, ou seja, os instrumentos não podem ser imobilizadores do processo devido à dinâmica das comunidades envolvidas.

De uma maneira geral, as metodologias participativas buscam, por meio de métodos, instrumentos e técnicas – que envolvem oficinas, reuniões, pesquisas, dramatização dos problemas das comunidades, momentos de reflexão e dinâmicas de grupo – mobilizar e sensibilizar os atores sociais, diagnosticar participativamente, planejar operacionalmente e estabelecer os princípios da gestão compartilhada nos envolvidos. Esse processo pode ser estruturado em fase ou se inter-relacionarem, o importante é apreender a dinâmica da comunidade envolvida e destacar a participação comunitária em todos os momentos do processo.

Por fim, essas metodologias participativas devem ser contempladas em favor do prevailecimento dos interesses da comunidade, assim como, das possibilidades de desdobramentos da participação com vistas ao empoderamento, emancipação, engajamento cívico, e no caso específico deste trabalho, o desenvolvimento do capital social e a transposição de um fazer-saber para um saber-fazer turístico. Objetivos somente possíveis com a devida compreensão do conceito de participação e todas as suas nuances que envolve condicionamentos, graus, níveis, tipos.

Com o objetivo de desvelar os processos de participação no turismo, a seguir, serão descritas as práticas do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, no terceiro capítulo dessa dissertação, a partir de sua concepção teórica-metodológica, desvelada no decorrer do processo, visando dessa maneira, construir uma análise sobre os limites e as possibilidades da participação comunitária no âmbito do projeto em pauta.

2. O OBJETO DE ANÁLISE: OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE CAVALCANTE/GO.

2.1 Pegadas Metodológicas

O estudo do tema proposto, de natureza exploratória e de cunho qualitativo, adota como estratégia metodológica o quadro de referência dialético e a pesquisa ação como método. Em relação aos procedimentos utilizados, recorrem-se as técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e também técnicas de registro, de processamento e exposição de resultados, além do levantamento de informações em diagnósticos e pesquisas situacionais já realizados; ainda como meio de informação complementar podem ser utilizados questionários ou técnicas de entrevista individual do processo estabelecido na implantação do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante-GO.

A pesquisa qualitativa foi escolhida por ser um campo de investigação com a preocupação de entender o “outro” e pode ser definida como uma atividade situada que localiza o observador no mundo, consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo “[...] seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin e Lincoln, 2006, p. 17).

Por ser a pesquisa qualitativa aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade, esta pode compreender um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, atendendo melhor ao objetivo proposto de analisar a relação entre os processos de participação propostos pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO e a construção de um saber-fazer do turismo por parte dos atores envolvidos por meio da emancipação, empoderamento, capital social e engajamento cívico.

A relação da pesquisa qualitativa com o tema em questão se revela pela natureza processual da mesma, ou seja, pela necessidade de se compreender e apreender a participação como fenômeno dinâmico e não linear, bem como suas limitações e possibilidades de desenvolvimento da cidadania, emancipação, empoderamento e do capital social das comunidades. Dessa maneira, se encontra na pesquisa qualitativa a chance de empreender uma análise dos aspectos essenciais à compreensão da relação entre participação e desenvolvimento de aptidões cívicas e de socialização nas comunidades, indo além da simples apreensão do superficial, trivial, rotineiro e repetitivo no que tange ao Turismo, buscando a intensidade do fenômeno e não sua extensão, e reconhecendo a

essência complexa e emergente da realidade, avançando do tradicional fazer-saber para o saber-fazer.

O uso da pesquisa qualitativa no trato do tema também é reforçado pelo problema de pesquisa colocado – qual a relação entre a qualidade da participação e o desenvolvimento de habilidades cívicas e de socialização das comunidades – que por seu caráter de investigação reflexiva somente pode ser tratada em profundidade considerando a complexidade do contexto em que ocorre a participação e demais fatores influenciadores da qualidade participativa.

As comunidades de localidades turísticas, na maioria das vezes, são cerceadas da tomada de decisões, dos seus benefícios e da salvaguarda de seus interesses, valores e cultura por falta de metodologias participativas que exclui, ou, por diversos fatores influenciam e inibem o efetivo envolvimento, e, autorreconhecimento dos sujeitos como atores sociais ativos. Nem sempre as possibilidades de desdobramentos sociais, econômicos, culturais e até políticos das comunidades são alcançados, por que a perduração de seus efeitos depende do processo social daqueles sujeitos que está em permanente mudança.

Pensando nessa problemática acerca do tema, a justificativa se impõe pela necessidade de melhor entendimento sobre a ocorrência da participação comunitária no desenvolvimento do Turismo que possa dar respaldo a discussões, debates, iniciativas e práticas de mercado, calcadas na importância e colaboração de fato para o fomento do capital social, empoderamento, cidadania e emancipação social em localidades a margem do mercado globalizado. A investigação pautada nos processos participativos do turismo, conseqüentemente, favorece o desvelamento dos aspectos socioculturais do fenômeno do turismo, assim como, sua consolidação como campo do conhecimento.

Para a apropriada investigação e aludido aprofundamento do tema, então, torna-se imprescindível à verificação de questões de pesquisa norteadoras do processo e que auxiliam o alcance do objetivo proposto, sendo elas:

- 1) Quais as contradições presentes entre o discurso e a prática participativa na produção do saber-fazer do turismo?
- 2) O processo participativo proposto pelo Observatório para o Turismo Sustentável conduz ao empoderamento da comunidade envolvida?
- 3) De que maneira o capital social pode ser desenvolvido no âmbito do observatório?
- 4) A metodologia proposta pelo Observatório para o Turismo Sustentável possibilita a transposição didática dos conhecimentos científicos na ampliação da qualidade participativa dos atores envolvidos?
- 5) Como se estabelece a participação no contexto local em relação ao protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos?

O que leva ao objetivo geral de analisar a relação entre os processos de participação propostos pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO e a construção de um saber-fazer do Turismo por parte dos atores envolvidos.

E aos objetivos específicos de:

- a) verificar quais as contradições presentes entre o discurso e a prática participativa na produção do saber-fazer do turismo e sua relação com a emancipação, empoderamento e engajamento cívico dos atores;
- b) investigar como o processo participativo proposto pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO conduz a comunidade envolvida ao empoderamento, emancipação e engajamento cívico;
- c) identificar a existência ou não do capital social na comunidade envolvida no Observatório e se as práticas ali exercidas ampliam ou geram este capital;
- d) analisar se as metodologias proposta pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO possibilitam a transposição didática dos conhecimentos científicos na ampliação da qualidade participativa dos atores envolvidos e a passagem do fazer-saber para o saber-fazer.

A escolha do caminho a ser trilhado pela pesquisa-ação surge como resposta, entre outras, ao predomínio das técnicas ditas “convencionais” positivistas nas ciências sociais com preocupações excessivas em quantificar resultados empíricos. Sua adoção torna-se necessária devido ao papel desempenhado pela pesquisadora no estudo de caso – Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante-GO – como integrante da equipe técnica do projeto⁴, além da natureza metodológica do mesmo. Assim, a pesquisa ação pode ser definida como:

É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, p.14, 1992).

O Observatório para o Turismo Sustentável, por tratar-se de um projeto de cunho participativo no campo do turismo, implica no envolvimento das pessoas ou grupos representativos da cidade e requer dos pesquisadores um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas levantados no decorrer das discussões. Segundo Thiollent (1992),

⁴ A pesquisadora exerceu a função de estagiária técnica do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante de junho de 2011 a maio de 2012, participando das atividades previstas em cronograma executivo em apoio à gestão e a coordenação do projeto.

o segundo ponto apresentado diferencia a pesquisa ação da pesquisa participante, frequentemente vistas como sinônimas⁵.

Demo (1984), ao fazer uma revisão acerca desse tipo de pesquisa, resume suas principais características em torno da filiação educativa, da ideia de superação dos procedimentos tradicionais de conhecimento, opção crítica e política, envolvimento comunitário e união entre teoria e prática (mesmo com ressalvas ao abandono teórico). Dessa maneira, levando em consideração as colocações acerca do uso da pesquisa ação, sua adoção no presente estudo se justifica devido à adequação ao recorte utilizado pela investigação, ou simplesmente, pela constatação que se torna inevitável o seu uso diante do estudo de caso apresentado.

O recorte espacial da investigação se caracteriza pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO, sendo este um projeto proposto pelo Centro de Excelência do Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB) e financiado pela Fundação Banco do Brasil com a intenção de implementar uma metodologia participativa, envolvendo o monitoramento e o empoderamento social por meio da transferência da tecnologias de pesquisa e fomento a gestão compartilhada do Turismo pela comunidade, no período de execução do projeto de junho de 2011 a julho de 2012.

Em sua segunda edição o projeto tem como objetivo transmitir⁶ a comunidade os princípios da participação voltada para gestão do turismo como mola propulsora de desenvolvimento econômico e busca por soluções a problemas comuns a todos, respeitando o modo de vida, o meio ambiente e a cultura local. Na primeira edição, no ano de 2009, o projeto foi considerado exitoso pela equipe do CET/UnB que conseguiu executar todas as atividades propostas, porém a comunidade não deu prosseguimento às atividades de discussão, ações compartilhadas, monitoramento, pesquisas, ou seja, as atividades “incubadas” durante o período do projeto, ocasionando a necessidade de retomada do projeto.

Tal proposta se coloca como recorte da pesquisa, em forma de um estudo de caso, que dentro da pesquisa qualitativa funciona como modo de investigação, responsável pelo caráter empírico da investigação, possibilitando a apreensão de um fenômeno dentro do seu contexto real. Dessa maneira, através do nível explicativo, espera-se encontrar respostas

⁵ De acordo com Thiollent (1992, p. 15), a pesquisa participante é um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. E a pesquisa ação só pode ser assim qualificada quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

⁶ Conforme proposta apresentada a Fundação Banco do Brasil para o financiamento da segunda edição do projeto e demais relatórios de prestação de contas, assim como informações disponibilizadas no site do Observatório.

para os problemas e questões de pesquisa, ampliando o conhecimento e a informação para a sociedade atual e encontrando respostas para inquietações pessoais do pesquisador.

No caso em questão foi o caráter empírico que alimentou as inquietações que moveram o presente trabalho, convertidas em questões de pesquisa elas foram sendo construídas no decorrer do processo de execução do projeto pela pesquisadora, como integrante da equipe técnica, a partir da constatação da baixa qualidade participativa no âmbito do Observatório de Cavalcante/Go, bem como, pela percepção de que a falta de instrumentos metodológicos capazes e condizentes com o objeto comprometeria o alcance dos objetivos pretendidos.

Além de servir de fonte de questionamentos quanto ao Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO, o empírico aqui se revela útil ao passo que permite testes teóricos e metodológicos na prática como medida avaliativa da efetividade do processo participativo construído pelo projeto, que até o momento tem demonstrado dificuldades em possibilitar o alcance do empoderamento por parte da comunidade.

O projeto Observatório, assim, como recorte de pesquisa, serve a intenção de reflexão teórica e prática do estudo em pauta e casam com a proposta de um estudo de caso na pesquisa qualitativa, assim, conforme Triviños (1987), a proposição de um estudo de caso favorece o alcance dos objetivos e permite um conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, encaminhando seus resultados para novas hipóteses e influenciando outras pesquisas; deve-se, no entanto, atentar para os riscos de generalizações transpostas a outras realidades, mesmo que similares.

Em um estudo de caso deve-se explicar ligações causais em intervenções ou situações da vida real que são complexas; descrever um contexto de vida real no qual uma intervenção ocorreu; ou também avaliar uma intervenção em curso e modificá-la com base em um estudo de caso ilustrativo; e explorar aquelas situações nas quais a intervenção não tem clareza no conjunto de resultados.

No sentido de desvelar o estudo de caso, o processo ordenado de abstração das evidências recolhidas teve o tratamento interpretativo pela análise de conteúdo. A análise de conteúdo:

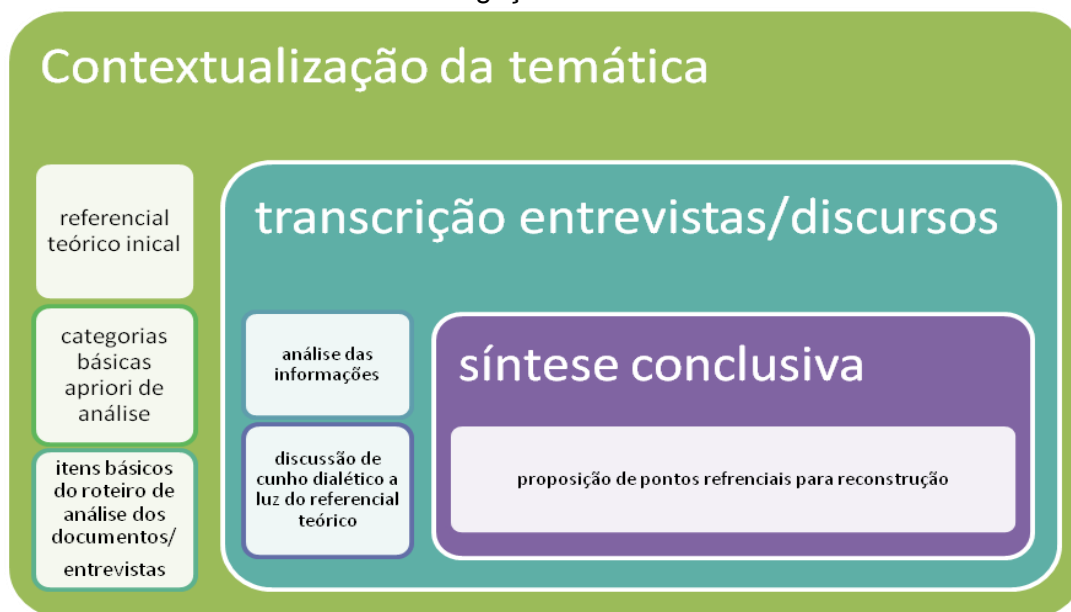
[...] é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências, que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre e explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram em dito processo, como se relacionaram entre si, e porque foram feitos deste modo (Jara, 1994, p. 70.)

A investigação compreende-se em um movimento reflexivo, sistemático e crítico, conforme quadro síntese abaixo, objetivando estudar aspectos da realidade como fonte de conhecimento, numa atitude de busca de constante superação das próprias impressões, incluindo elementos discursivos implícitos e explícitos dos atores da prática social.

A contextualização do tema apresentado no segundo capítulo dessa dissertação possibilita a construção do referencial teórico inicial indicando a construção das categorias básicas 'a

posteriori' que dão sustentação à pesquisadora para a evidenciação empírica (itens básicos de análise dos documentos/entrevistas) a ser apreendida ao longo deste capítulo. Após este momento de arquitetura das evidências as mesmas são transcritas para a possível análise e discussão a luz do referencial teórico da dialética histórico estrutural, e suas categorias “a priori”, possibilitando a proposição dos pontos referenciais a uma reconstrução da trama social vivida. A reconstrução das experiências ali vividas em suas diferentes tessituras poderá trazer, a luz das categorias da dialética, uma síntese conclusiva, um caminho de tentativa de objetivação, segundo Moesch (2013).

Quadro 1: Quadro síntese da investigação



Fonte: Moesch (2010)

O desenvolvimento da trajetória compreendeu os movimentos previstos para sistematização de práticas sociais, por Jara (1994), adaptados para esta investigação:

- inventário provisório das próprias ideias, indicando a direção da pesquisa e incluindo as origens do interesse pela temática; (encontra-se na introdução desta dissertação).
- resgate crítico da produção teórica, buscando identificar perspectivas de análise (inicial); (nesta dissertação denominada como fundamentação teórica).
- recorte da totalidade mais ampla explicitada a partir das condições já existentes e de uma prática anterior; (demarcação espacial e temporal do objeto empírico).
- coleta das evidências empíricas; (materiais documentais e entrevistas).
- inventário do ideário dos entrevistados sobre a participação no Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante; dificuldades, avanços, contradições e mediações

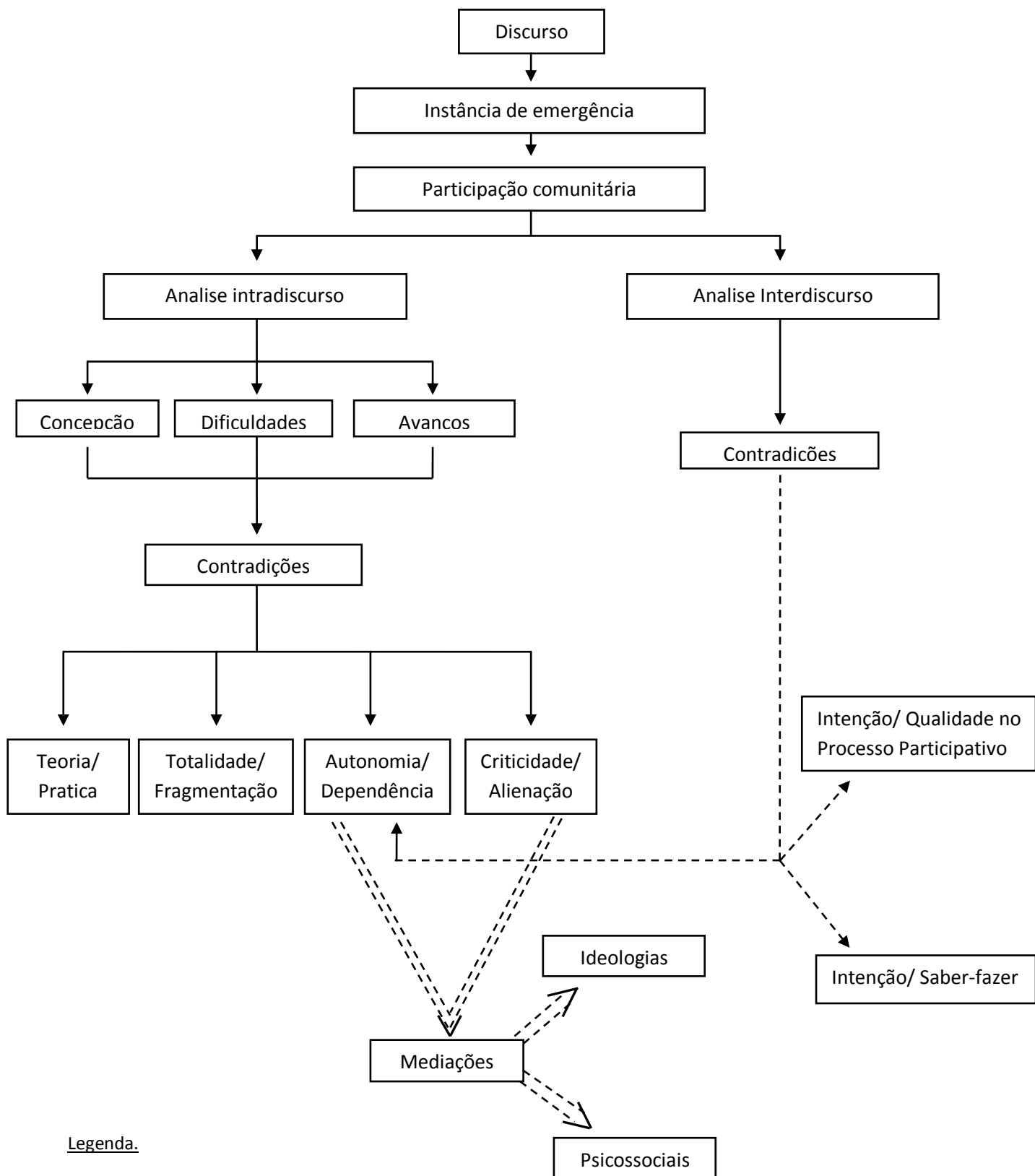
relativas à proposta de participação, empoderamento, engajamento cívico e transposição para um saber-fazer no Turismo.

- interpretação e discussão do ideário por meio da análise de conteúdo dialético que compreendeu os seguintes movimentos:

- a) leitura global e exploratória com o objetivo de apreensão de todo veiculado nas entrevistas e nos documentos;
- b) leituras sucessivas para apreensão de todo em cada entrevista e documento;
- c) identificação dos temas, classificando-os em rubricas impregnadas de aspectos estruturais na busca de compreensão e interpretação;
- e) identificação das unidades intencionais de discurso centradas nas rubricas, classificando-as em cada sub-rubrica por meio de análise intradiscurso, compreendendo a estruturação dos discursos dos sujeitos sobre cada rubrica, expondo-se as idéias-chave de forma sintética sem omitir aspectos reveladores, utilizando-se as próprias expressões dos sujeitos (parágrafos ilustrativos das entrevistas e relatos em documentos dos atores participantes);
- f) identificação das relações implícitas, inferidas (pela pesquisadora) por meio de análise interdiscurso para evidenciar contradições e mediações implícitas. Para esta análise foi realizada nova leitura do conteúdo das entrevistas/documentos com a finalidade de não perder a visão da totalidade.
- g) síntese da investigação, incluindo explicações sobre a problemática investigada e pontos referenciais para ações concretas relativamente á reconstrução da proposta de participação, empoderamento, engajamento cívico, emancipação.

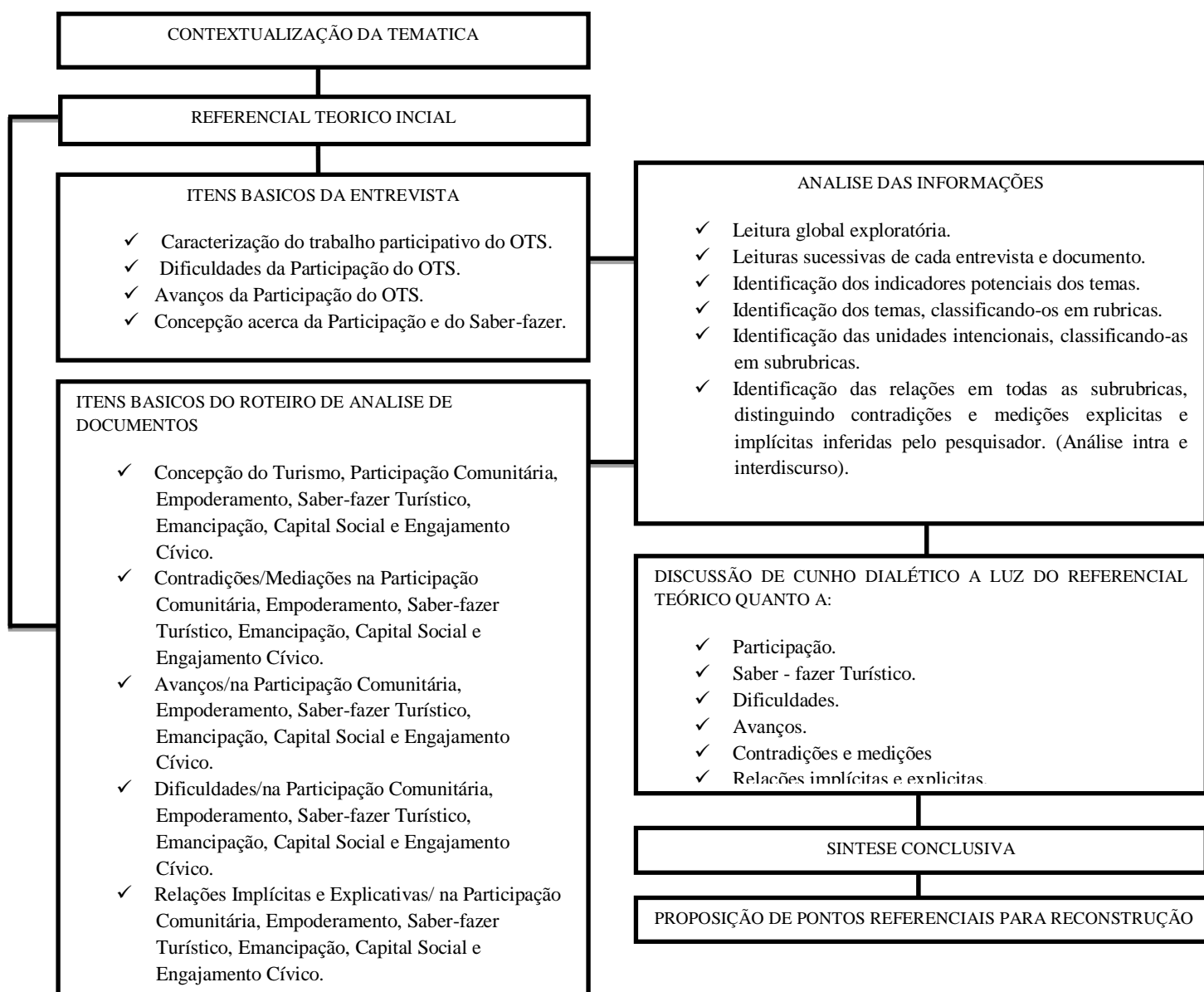
Para melhor compreensão do caminho percorrido apresenta-se o organograma abaixo:

Figura 2: Fluxo da Emergência dos Achados para a Análise Intradiscurso.



O fluxo proposto permitiu a elaboração de gráficos de interpretação representando conteúdo do pensamento dos atores para a identificação e relação dos elementos essenciais às rubricas; concepções, dificuldades e avanços em relação ao capital social, turismo, saber-fazer turístico, empoderamento, engajamento cívico, emancipação, bem como das contradições e mediações entre os objetivos do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante e as práticas realizadas, conforme figura 3 abaixo:

Figura 3: Movimentos Básicos da Investigação



É importante ressaltar que no desenvolvimento desta estratégia se buscou contribuir para um novo saber com a consciência de que “pode haver outros achados, conforme outras lógicas de acercamento da realidade que mostram sua eficácia e rigor próprios” (Freire, 1984, p.22). Tal estratégia conduziu a uma sistematização e ordenação de ideias, colocações e envolvimentos individual e/ou coletivo no decorrer do processo possibilitaram a construção de um inventário do ideário dos entrevistados e envolvidos sobre a participação no projeto, dificuldades, avanços, contradições e mediações relativas à proposta de participação, empoderamento, engajamento cívico e a transposição para um saber-fazer no Turismo.

As falas dos atores sociais e institucional, retiradas dos discursos e das entrevistas, foram inscritas em temas, identificados e classificados em rubricas, baseados em concepções teóricas adotadas pela autora em busca de favorecer uma melhor compreensão e interpretação, sendo eles:

- a) Turismo – fenômeno sociocultural complexo que tem como categorias formadoras o caráter social, cultural, ambiental, além do econômico e da simples concepção deste como objeto de consumo no sistema capitalista, o que lhe permite o desvelamento e a compreensão acerca da complexidade inerente ao mesmo e suas contradições;
- b) Participação Comunitária – envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural;
- c) Saber-fazer turístico – superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural que exige a assimilação de conceitos e análises teóricas de campos variados, tendo como interface o exercício interdisciplinar;
- d) Emancipação – processo que visa à libertação humana via conscientização frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados;
- e) Empoderamento – resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos;

- f) Capital Social – bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza;
- g) Engajamento Cívico – condição meio para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.

Em sequência, para o devido prosseguimento da trajetória metodológica e análise da presente pesquisa, foi formado um conjunto de evidências empíricas retiradas de documentos, relatórios, memórias de reuniões e entrevistas, servindo de fonte de conteúdos e informações que foram coletadas, ordenadas e estudadas. Assim, constituíram-se como fonte os seis relatórios de prestação de contas da equipe executora que abrangeu todo o período de execução do projeto de julho de 2011 a setembro de 2012, o plano de trabalho do Centro de Excelência em Turismo do projeto aprovado pela entidade financiadora (Fundação Banco do Brasil), às doze memórias das reuniões do Comitê Gestor de Cavalcante, o relatório final de execução do projeto, as entrevistas veiculadas no encarte de divulgação do Observatório e as realizadas pela pesquisadora.

Nesses documentos e entrevistas foi verificado o discurso construído ao longo do processo do OTS por parte dos cinco atores sociais selecionados e CET como ator institucional, bem como as contradições explícitas e implícitas e mediações indissociáveis nos mesmos para compor a análise a partir das categorias da dialética histórica estrutural. Foram escolhidos como atores sociais fonte: Maria Alice Ferreira (ator social 1), João Carlos Ribas Ramos (ator social 2), Alessandra Rosa dos Santos (ator social 3), Elena Watson (ator social 4) e Richard Avolio (ator social 5).

2.1.1 A Dialética Histórica Estrutural na Construção das Categorias Analíticas

A dialética entre teoria e prática conduz a inovação essencial das ciências, fundamental para analisar as condições existentes nos processos sociais construídos participativamente para que o pesquisador conheça o caráter específico de uma situação concreta. Nas relações intergrupais, por ser uma prática social, não bastam simples diagnósticos para conhecer a realidade processada é preciso uma investigação norteada pela teoria do seu objeto.

Desta visão surge uma compreensão articulada entre prática e teoria: em cada processo social se encontram “conectados” de forma particular todos os laços de relação com a prática social e histórica. Mas, estas relações não são visíveis à percepção imediata: há necessidade de encontrá-las e transpor cada prática em uma visão de totalidade. É a teoria que permite realizar esta dita interpretação. Mas a finalidade desta construção não termina na conclusão teórica. É necessário voltar novamente à prática, agora sim com uma compreensão integral e mais profunda dos processos e suas contradições, com o fim de dar-lhe sentido consciente da prática e orientá-la numa perspectiva transformadora de fato (Jara,1994).

O uso de tais procedimentos metodológicos, entretanto, nos remete ao desafio da saturação empírica presente nos estudos do Turismo e na pesquisa ação, por se tratar de uma metodologia de base empírica; pode ocorrer o abandono de ideias de ciência e de racionalidade. Nesse contexto, a escolha de uma metodologia com o papel de “bússola” para orientação acerca da estrutura, assim como, para o controle das metodologias e técnicas utilizadas pelo pesquisador torna-se condição fundamental e essencial para pesquisa. Para Jara (1994) o pesquisador ao assumir a concepção metodológica dialética, significa situar-se ante a história desde uma posição profundamente crítica, questionadora e criadora, para enfrentar de forma ativa e consciente os problemas como problemas reais.

A natureza do objeto a ser analisado justifica o uso do método da dialética histórico-estrutural que segundo Demo (1984, p. 12) “é a que cabe à pesquisa ação porque assume o contexto histórico, privilegia a apreensão e o tratamento dos conflitos sociais, propugna a transição histórica e acredita no fator humano como capaz de interferir em condições objetivas dadas”.

E pensando no caso do Turismo, a dialética torna-se ainda mais adequada para a proposta apresentada ao permitir revelar além do que vem sendo colocado pelos estudos da área, o objetivo sobrepondo-se ao subjetivo. Conforme Demo (1995, p.88), é a metodologia mais conveniente para compreender a realidade social, e para além das condições objetivas, a realidade social é movida igualmente por condições subjetivas; e por isso, dá condições necessárias para promover a religação entre os aspectos objetivos e os subjetivos da realidade.

Além de a dialética histórico estrutural equilibrar a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas da realidade, tem no elemento histórico como um de seus fundamentos, onde o ponto próprio da dialética é o horizonte da historicidade, por isso Demo (1995) diz que só é tratável dialeticamente, o fenômeno tipicamente

histórico, pois busca em suas raízes históricas o entendimento para os processos da realidade.

Na dialética histórico estrutural combinam-se história e estrutura, mas, segundo Demo (2000, p.105) aposta mais nas transformações históricas do que nas estruturais, ainda que os termos possam ser ambíguos. Por vezes, são chamadas de mudanças estruturais aquelas que são profundas, que vão até as raízes do fenômeno, mas, mesmo assim, trata-se do âmbito histórico, sendo impossibilitado de ser concebido sem sujeito.

[...] não podemos imaginar sujeito totalmente consciente, racional, clarividente, porque em grande parte faz história de modo inconsciente, levado por razões que a razão desconhece, realizando o contrário do que planejara fazer, acertando sem querer e, por vezes, conquistando também o que bem queria que ocorresse. Sendo aberta, não concebe fim da história. Nisso, ao mesmo tempo em que preserva sua dinâmica, também a formaliza relativamente, porque tudo passa, mas a dialética como método, não. Para ser consentânea com realidade extremamente dinâmica, precisa dinamizar-se, flexibilizar-se, mas, no fundo, é rede formal para captar a realidade. (DEMO, 2000, p.106).

A dialética histórico estrutural se propõe precisamente esta visão: considera a história movida por formas – necessárias, independentes da vontade humana –, mas formas que fundam as transformações, o que permite dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção imorredoura de conteúdos novos, dentro de formas invariantes, compreendendo a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

E como modo de pensar as contradições da realidade, a dialética histórico estrutural pautando-se por categorias à priori que permitem apreender o conflito, o dinâmico e a complexidade da realidade que possa conduzir a superação dialética necessária a uma transformação social profunda: totalidade/fragmentação, teoria/prática, autonomia/dependência, criticidade/alienação, subjetividade/objetividade e contradições/mediações.

As categorias a priori da DHE foram utilizadas como questão conceitual - metodológica sendo elas: totalidade/fragmentação, teoria/prática, autonomia/dependência, criticidade/alienação. Um processo ordenado de abstração que permite realizar essas percepções, desagregar seus elementos e estudá-los por separado, como também, relacionar os fatos, situações e idéias que podemos conhecer indiretamente através de leituras, imagens ou informações de outras pessoas. Desta forma, teoricamente, podemos progressivamente ir e selecionando o importante do secundário, e, através

da síntese de suas características, encontrar e construir conceitos e juízos cuja validade pode ser comum para vários fatos ou situações (Jara, 1994).

Ressalta-se quanto às ferramentas de auxílio à pesquisa ou técnicas de pesquisa, como procedimentos empregados para levantamento de dados e informações necessárias para o esclarecimento do problema, a utilização de variadas técnicas particulares a cada fase da pesquisa-ação e adequadas à interpretação de dados, condução de debates, organização de ações comunitárias. Dessa maneira, recorreram-se as técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação, e também, técnicas de registro, de processamento e exposição de resultados – referentes à fase de debates e discussões junto à comunidade – em reuniões mensais locais com os participantes do Observatório e acompanhadas pela equipe técnica e pela pesquisadora no decorrer do processo na localidade, sendo estas práticas sociais materialidade para análise crítica sob a luz da dialética histórico estrutural.

Valeu-se também do levantamento de informações em diagnósticos e pesquisas situacionais realizados pela equipe técnica do projeto e previstos em contrato firmado com a entidade financiadora, servido de base para a contextualização quanto à localidade, sendo estes: a Pesquisa do Perfil e Satisfação do Turista, Inventário Turístico e Diagnóstico Sociocultural do município. Assim como, da interpretação e sistematização das informações contidas nos relatórios de prestação de contas bimestrais a Fundação Banco do Brasil, memórias de reuniões mensais de Cavalcante e reuniões do comitê técnico formado por pesquisadores e professores convidados, e demais relatórios apresentados pela equipe técnica em momentos específicos. Sendo fundamental para a interpretação destes materiais a articulação entre as categorias a priori da dialética, indicadas anteriormente e as categorias *a posteriori* como: saber-fazer, turismo, empoderamento, emancipação, participação, engajamento civil, capital social, cidadania, pois assim:

No decorrer do conhecimento do objeto, o sujeito o concebe pelo prisma das categorias, que se criou em sua consciência e, realizando uma síntese categorial, coloca em evidência as propriedades e as ligações próprias a esse objeto e, em seguida, as formas específicas de sua manifestação em um domínio concreto da realidade. Ao mesmo tempo, o sujeito também coloca em evidência as características qualitativas e quantitativas do objeto estudado, das ligações de causa e efeito que lhe são próprias e as leis de seu funcionamento e de seu desenvolvimento (CHEPTULIN, p.140, 1982).

As categorias foram escolhidas com a intenção de revelar o objeto em sua essência, ou seja, a sua estrutura e dinâmica como um processo que se dá em um movimento de abstração do universal ao particular; elas pertencem à ordem do ser e são objetivas, interdependentes e correlacionadas que encontram eco na realidade estudada, por isso, segundo Netto (2011) também são históricas e transitórias, e foram aqui utilizadas como maneira de desvelar a realidade em sua complexidade.

O processo de abstração proposto incorpora desta forma, distintas operações lógicas; análises e sínteses, caminhando da indução a dedução, que inter-relacionam mutuamente.

Baseado nesse contexto teórico as falas dos atores sociais e institucional fazem parte das evidências empíricas, inscrevendo-as também nas rubricas – concepção, dificuldade e avanço – e sub-rubricas – totalidade/fragmentação, teoria/prática, autonomia/dependência, criticidade/alienação – que conduziram a interpretação e discussão do ideário por meio da análise de conteúdo dialético das contradições e mediações entre os objetivos do projeto e as práticas realizadas, pois;

O conhecimento das propriedades e das conexões universais da realidade, que se exprimem nas categorias filosóficas, é absolutamente indispensável ao homem para sua orientação, para que possa determinar as vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade (CHEPTULIN, p. 1, 1982).

Assim, entende-se por totalidade a compreensão da realidade como incompleta, aproximada, imprecisa, pois ela é feita de dinâmicas contrárias, convergências e divergências que forma e estabiliza o todo, evidenciando que as mudanças provêm de dentro das coisas; por fragmentação a maneira de formalizar a dinâmica a preço sempre de alguma deturpação da complexidade como algo apenas aparente, de ordem simples e tanto mais explicativa, ou, como se fosse a simples soma das partes; como teoria a crítica permanente às histórias concretas que nunca esgotam a riqueza visualizada na teoria com pretensões universalizantes e interdependente da prática; e como prática o meio de realização teórica localizada, onde ao mesmo tempo em que diminui a teoria, necessita dela para renovar-se, pois prática que jamais volta à teoria desanda em ativismo cego.

E ainda, compreende-se por autonomia a condição emancipada de interferência do sujeito na história, mesmo que seja impossível fazer a história toda, ela não é um fenômeno que acontece a total revelia humana, pois o sujeito tem capacidade criativa, sensível e alternativa de conduzir a história, deixando de ser massa de manobra ao organizar sua proposta própria de vida. Ao contrário, por dependência tem-se uma

concepção de que a história é determinante e suas estruturas se impõem, independente da vontade do sujeito, não colocando em xeque a realidade, acarretando na manutenção recorrente da ordem dominadora.

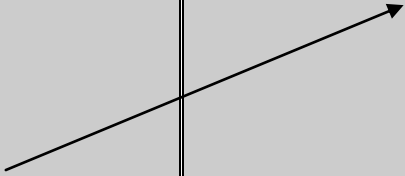
A criticidade significa a tomada de consciência por parte do sujeito acerca de sua força transformadora que passa a reivindicar com maior firmeza as coisas que lhe convém, ou seja, passam a reconhecer a existência de uma alternativa e que a organização da produção pode ser diferente. Por alienação, compreende-se a dificuldade humana em pensar os seus próprios problemas e para encará-los de um ângulo mais amplamente universal, deixando-se influenciar pelo ponto de vista dos exploradores do trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence à outra pessoa que não o trabalhador, por isso, ao invés de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas criações, o ser humano se sente ameaçados por elas; e, em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões.

Esse movimento analítico dialético encontra-se exemplificado na reprodução do quadro 2 abaixo que representa análise da concepção de turismo que os atores traziam de sua relação com o fazer-saber do turismo e passaram a construir pela participação a um saber-fazer ou não do turismo.

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural complexo que tem como categorias formadoras o caráter humano, social, cultural, ambiental, além do econômico e da simples concepção deste como objeto de consumo no sistema capitalista, o que lhe permite o desvelamento e a compreensão acerca da complexidade inerente ao mesmo e suas contradições.	Foram feitos vídeos sobre a cidade com a história e a cultura local, mas somente foram distribuídos em escolas, não houve uma preocupação turística.	O grupo deve incluir no roteiro da visita técnica o artesanato no espaço Canto do Brasil e a Cervejaria Artesanal Aracê.				
Participação Comunitária	Envolvimento dos membros		É necessária a participação do		Entende a importância de		

Saber-fazer Turístico	da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.		Comitê Gestor no planejamento anual das escolas para o próximo ano, convido todos a participarem na segunda quinzena de janeiro.		outras dimensões do turismo e da necessidade de um maior envolvimento do grupo com questões que extrapolam a simples compreensão de turismo como atividade econômica.		
	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural que exige a assimilação de conceitos e análises teóricas de campos						

	variados, tendo como interface o exercício interdisciplinar.						
Emancipação	Processo que visa à libertação humana via conscientização frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.						
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e						

	reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.						
Empoderamento	Resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos		Existe uma dificuldade em acionar o transporte junto à prefeitura durante a semana por conta das escolas. É melhor ser viabilizado pelo grupo e por empresários, do mesmo jeito a alimentação para as visitas.			Revela um avanço de autonomia do ator 1 em busca de alternativas desvinculadas do poder público.	

Engajamento Cívico	Condição meio para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.						
--------------------	---	--	--	--	--	--	--

Fonte: MOESCH, 2002.

Ainda como meio de busca por informações complementares necessárias ao pleno esclarecimento das questões colocadas pela pesquisa foram realizadas entrevistas estruturadas individuais com os atores social e institucional, selecionados entre os envolvidos no projeto, com o intuito de aprofundar o conhecimento acerca do processo desencadeado a partir da implantação do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO. Tal instrumento foi utilizado para evidenciar os achados em torno da participação comunitária desenvolvida em âmbito do projeto com a intenção de ouvir os entrevistados com suas avaliações e/ou percepções sobre o Observatório de uma maneira geral, visando apreender quais foram os legados para os envolvidos, e ainda, verificar se a participação proposta pelo Observatório conduziu a comunidade ao empoderamento, emancipação e engajamento cívico.

Assim, no sentido de ampliar os achados acerca dos atores sociais e institucionais foram realizadas entrevistas abertas e estruturadas⁷, no período de 15 de dezembro de 2012 a 20 de fevereiro de 2013 através de e-mail, seguido de confirmação e mobilização via telefone, com os atores sociais e institucionais já identificados na primeira parte desta análise, assim como, outros participantes representativos que se envolveram ativamente em reuniões e/ou ações, mais que, por diversas razões, abandonaram o processo ou participaram apenas de parte do mesmo, como: Ana Cláudia Abreu (Sócia da Araí Turismo, ator social 7), Liliane Mascarenhas (Presidente do Comtur, ator social 6), Pablo Betancor (Agente local do projeto/ator institucional), João Ribas (corresponde ao ator social 2) e Richard Avolio (corresponde ao ator social 5).

Ressalta-se que todos os cinco atores sociais, membros do comitê gestor local, identificados anteriormente, receberam o questionário, no entanto, apenas dois deles responderam; da mesma maneira, outros quatro participantes foram selecionados pelo critério de colaboração em ações do OTS e representatividade perante a comunidade, porém, somente dois contribuíram. Quanto ao agente local, Pablo Betancor, que também colaborou com o questionário, foi escolhido pela natureza dupla de seu papel desempenhado no processo, ou seja, ao mesmo tempo de interlocutor do grupo envolvido e ator institucional na localidade. Contudo, apesar da baixa adesão a entrevista considera-se alcançado o propósito de ampliação dos atores analisados no presente trabalho, tendo representantes do comitê gestor, instituição tuteladora e da comunidade em geral.

As entrevistas foram analisadas a partir do modelo representado no gráfico de interpretação da fala e entrevista do ator (Quadro 2) também utilizado no desvelamento dos discursos dos

⁷ Modelo do questionário em anexo.

atores sociais e institucionais, sendo suas respostas inscritas nas mesmas rubricas e subrubricas e, nos demais elementos.

No contexto semântico dessa iniciativa, atores sociais encontram-se definidos como “indivíduos ou conjuntos sociais que apresentam pelo menos três qualidades: têm identidade própria, são reconhecidos pelos outros atores e são capazes de modificar o ambiente em que estão inseridos” (NASCIMENTO, 2008, p. 58). Ao corroborar com essas idéias Lunas (2009) reconhece o espaço da arena do embate dos atores como propício a seleção dos elementos de controle. Isso concorre, portanto, para a obtenção do poder de decisão, de preferência em favor de seus objetivos específicos, inserindo-se também a questão das perspectivas de sustentabilidade. Nessa perspectiva cita Carlos Matus (1993) que define atores sociais como sendo forças sociais e personalidades que controlam os centros de poder e, assim são produtores de eventos que alteram o situacional “mas não só produzem eventos; alteram-se a si mesmos como fenoestruturas⁸, produzem outras fenoestruturas e competem pela posse dessa e da natureza” (LUNAS, 2009, p. 102).

Para Carvalho (2007) a inclusão dos atores sociais na análise de sistema de turismo é fundamental, pois é por meio eles se consegue entender os processos de interpretação da realidade local do turismo. Os entendimentos, percepções e ideias externadas pelos diversos atores são a matéria-prima para a construção de um saber-fazer no turismo.

Na concepção de Brito (2006) constam os perfis detalhados das condições propícias à emergência de atores sociais, levando em consideração as oportunidades propiciadas pela dinâmica dos diversos papéis assumidos na sociedade, pois:

Consistem na existência de uma situação favorável ao surgimento de sujeitos (lideranças comunitárias; diretores de serviços ou de agências de desenvolvimento; representantes institucionais; encarregados de funções; gerentes de projetos; empresários; operadores e representantes eleitos que sejam incentivadores ou não das políticas de desenvolvimento) cujo perfil de competência, em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, os predestinam a representar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento (BRITO p.9, 2006).

Rosa (2002) ao reconhecer a diversidade de modelos de participação social no planejamento e na gestão pública do desenvolvimento local justifica ser relevante distinguir, os conceitos de atores sociais e Estado. Assim, pode-se chegar a um melhor entendimento da lógica e funcionamento de cada instância. Na tentativa de esclarecer essa questão Buarque (1999) define atores sociais como:

⁸ Lunas (2009 apud Matus 1993, p.228) entendem por fenoestrutura um plano da situação em que as acumulações sociais (humanas, físicas, valores fenomênicos, etc) condicionam a quantidade e qualidade dos fluxos de produção social. A fenoestrutura é uma instância de represamento ou acumulação de diferentes tipos de capacidade.

[...] os grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo sua posição na vida econômica e na vida sociocultural e que, por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo. Nesse sentido organizam-se e manifestam-se por intermédio de entidades, organizações, associações, lobbies e grupos de pressão política, expressando sempre interesses e visões de mundo diferenciado segundo o corte temático ou espacial, compreendido em três conjuntos: cooperativos, comunitários e temáticos (BUARQUE, 1999, p. 27).

2.2 Contextualizando o Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO

A proposta do Observatório para o Turismo Sustentável tem como contexto local o município de Cavalcante/GO que faz parte do nordeste goiano e vem se destacando pela importância ambiental e turística da região por localizar-se no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, fazendo parte também da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Pouso Alto e da Reserva da Biosfera Mundial. O parque tem aproximadamente 70% do seu território localizado em Cavalcante, cuja composição inclui também os municípios de Teresina de Goiás, São João d'Aliança, Colinas do Sul, Alto Paraíso, juntamente com o Distrito de São Jorge⁹.

Essas tentativas de preservação do meio ambiente através de mecanismos legais de proteção refletem o reconhecimento da importância da região em plano estadual, nacional e internacional, mas ao mesmo tempo, garantem grandes assédios por parte de pesquisadores, ONGs, projetos e programas ambientais com diversos interesses: científicos, de visitação e de exploração dos recursos da fauna e flora do cerrado. Segundo Oliveira Júnior (2010), o investimento em áreas de proteção ambiental da região da Chapada serve para garantir a preservação do bioma, funcionando também como instrumento de pressão sobre o Estado, porém, para os atores públicos e empresários, os títulos constituem-se em forte instrumento de marketing para a atração de visitantes ou para a captação de recursos para projetos que expõem a natureza em risco.

Cavalcante está localizado na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, tendo uma rede de drenagem constituída pelos rios: Almas, Rio Claro, São Felix, Paranã, Maranhão, Correntina, Montes Claros, São Bartolomeu, Caldeirão, Rio de Pedra e Rio Prata. Existem várias nascentes de água mineral e águas termais. A vegetação predominante é o cerrado, intercalada de matas residuais com ocorrência de cerradão em todas as suas fisionomias, com árvores de galhos retorcidos e algumas espécies são decíduas. Dentre elas

⁹ OLIVEIRA JUNIOR, A. B. Ecoturismo: conflito entre teoria e prática. Edufba: Salvador, 2010.

destacamos a aroeira, o ipê, a copaíba, a sucupira, o buriti, o baru, o indaiá, vários tipos de cocos. Sua flora apresenta uma inexplorada biodiversidade em plantas medicinais, frutos e flores do cerrado endêmicas da região.

Sua fauna é rica, notadamente na classe dos invertebrados, e dentre os vertebrados, destacamos: a arara-azul, o veado-campeiro, o lobo-guará, a onça pintada, a suçuarana, o tucano, o pica-pau de cabeça vermelha, o martim-pescador, beija-flores diversos, o teiú, o camaleão, a lontra, a ariranha, a capivara, anta, tatu, sagui, tamanduá, gavião-rei, a sucuri, cascavel e uma infinidade de formigas e cupins, chamados de insetos sociais, dentre muitos outros.

O potencial dos recursos naturais com dezenas de rios, cachoeiras, águas termais, mirante, paredões de pedra; e de riqueza cultural da região despertam interesses de visitação aos atrativos e garantem a presença de um fluxo de visitantes na localidade. Soma-se ainda, a possibilidade de abertura de outra entrada ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros por Cavalcante¹⁰ e o aumento significativo no recebimento de turistas. Porém, a preocupação maior é com o desenvolvimento do turismo que deve ocorrer de forma sustentável tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, social e econômico.

Além da importância e fragilidade ambiental da região da Chapada dos Veadeiros, aliado a visibilidade promovida pelas tentativas de preservação do bioma cerrado, o Observatório para o Turismo Sustentável é desafiado, também pelo contexto social e cultural de Cavalcante que ao mesmo tempo influencia e é influenciado. Para a devida efetividade do projeto não pode ser ignorado ou pouco dimensionado, devido a sua relevância em propostas de cunho transformador da sociedade, principalmente, para localidades onde se impera o abandono e o descaso do Estado por um longo período.

Cavalcante possui o 2º IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo do Estado de Goiás e faz parte da região conhecida como o corredor da miséria goiano, que pode ser explicada e compreendida, em parte, por seu processo histórico de formação e ocupação territorial. Sua condição de subdesenvolvimento apresenta poucas perspectivas de desenvolvimento em meio à economia globalizada, apesar de ser uma das cidades mais antigas do estado, se desfavorece com a distância da capital e do próspero centro-sul, mas encontra esperanças no Turismo que vem sendo explorado desde meados dos anos 70/80¹¹.

¹⁰ Atualmente, a entrada do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros encontra-se no distrito de São Jorge que faz parte da região administrativa do município de Alto Paraíso. As duas localidades apresentam o maior fluxo de turistas da região da Chapada, e vem sofrendo profundas transformações socioeconômicas ao longo do tempo.

¹¹ Segundo Oliveira Júnior (2010), fez parte do processo de ocupação territorial da região da Chapada dos Veadeiros os movimentos esotéricos e espiritualistas das décadas de 50 e 60, mas os

Cavalcante foi fundada por Diogo Teles Cavalcante, em 1740, decretada Distrito, em 11 de novembro de 1831, e emancipado politicamente pela Lei Presidencial nº 14 de 23 de julho de 1835. Percebe-se pelas datas que surgiu na esteira da produção de ouro na então província dos Goyazes, desempenhando um importante papel de interligação com as minas da região norte e o centro administrativo da província.

De maneira geral, as minas do norte da província dos Goyazes eram distantes da sede em Vila Boa, atual Cidade de Goiás, que dificultavam a cobrança do quinto¹² nas casas de fundição e elevam o preço do ouro, gerando contrabandos e sonegação de impostos da coroa e demais incômodos àqueles que viviam nessa região. Cavalcante que era considerada como norte da província sofreu com todas as privações e intempéries do isolamento e fez parte da luta pela separação entre o norte e sul durante o momento embrionário¹³ do movimento que resultou na criação do estado do Tocantins.

Durante o auge da produção do ouro chegou a abrigar uma casa de fundição da Coroa para arrecadar o imposto e receber o que era gerado na comarca norte dos Goyazes, até 1807. No entanto, com a escassez do ouro, Cavalcante e as demais cidades do norte foram relegadas a um longo período de abandono do final do século XVIII até o século XIX em que vigorou a economia de subsistência com fraco desempenho da agricultura e da indústria que acabou resultando em processo lento de desenvolvimento.

Atualmente, a pecuária é a sua principal atividade econômica, e foi introduzida ainda no final do século XVIII por via das estradas que ligavam o centro ao litoral da província brasileira, tem característica extensiva, voltada para corte e recria, possui o maior rebanho bovino da região, apesar das dificuldades: falta de mecanização, estação de seca prolongada, ausência de estradas vicinais para escoamento de produção e relevo altamente acidentado. Inversamente, a agricultura foi pouco desenvolvida e ocorre em pequena escala, sendo uma atividade realizada predominantemente em pequenas e médias propriedades, caracterizadamente de subsistência, sem uso de tecnologias e insumos, resultando em baixa produção e produtividade.

primeiros turistas eram técnicos e cientistas que passaram a frequentar a região com regularidade nos anos de 1970, bem como jovens de Brasília que descobriram a Chapada como local de lazer ao longo dos últimos quinze anos.

¹² O Quinto era o imposto cobrado pela Coroa que representava 20% sobre todo ouro extraído por um minerador e as casas de fundição desempenhavam a função de fundir o ouro em pó em barras de ouro, levado pelos mineiros de sua jurisdição, subtraindo a parte do rei e marcando-os com o selo real. Na época, quem era encontrado com ouro sem o selo era severamente punido.

¹³ Cavalcante foi incluída na Comarca do Norte ou Comarca de São João das Duas Barras na primeira divisão da capitania em 1809 e também foi fundamental para o movimento de reivindicação da criação da província de Palma, então norte, durante os anos de 1821 a 1823, considerado o primeiro momento na luta do atual estado do Tocantins.

A indústria responde por uma considerável parte do PIB de Cavalcante que é atribuída a Usina Hidrelétrica da Cana Brava e uma empresa de exploração de minério que voltou a ser produzido na década de 70, por insistência dos irmãos Silva¹⁴, que ainda acreditavam na existência de ouro na região, hoje, explora-se a cassiterita, tantalita, manganês, cristal da rocha e a mica. Apesar da importância de ambas as empresas para o PIB, elas pouco colaboram com a geração de emprego local, e conseqüentemente, com a distribuição de renda e benefícios para a maioria da população.

A população residente local é de 9392 pessoas, segundo o censo do IBGE 2010, divididas entre zona urbana com 4742 pessoas e a zona rural com 4650, ao longo de um território de 6.953,646 Km², um dos maiores municípios em extensão territorial do Goiás. O equilíbrio entre o rural e o urbano revela um lento processo de mudança de perfil socioeconômico da localidade e a permanência de uma dinâmica social baseada em um modo de vida tipicamente rural, com um baixo nível de escolaridade e de renda *per capita*.

Ainda no contexto de Cavalcante, também, se encontra a maior comunidade quilombola do país, descendentes de escravos fugitivos, denominados os Kalungas. O território dessa comunidade foi reconhecido como em 22 de novembro de 2009 e se estende aos municípios de Teresina e Monte Alegre, no entanto, mas 60% deles estão em terras Cavalcantenses, espalhada em uma grande área de difícil acesso, onde o deslocamento é feito no lombo de burro ou com carros específicos para terrenos íngremes.

Estima-se que existem centenas de agrupamentos ou comunidades quilombolas dentro do território Kalunga, pois falta um acompanhamento da evolução dessas populações que garantam informações precisas quanto à taxa de nascimento, mortalidade e migração. Entretanto, tais comunidades sofrem com o intenso assédio de pesquisadores, programas sociais, projeto do terceiro setor com estudos, análises e pesquisas que tentam compreender o seu modo de vida tradicional ou implantações de propostas e iniciativas de cunho social que tentam modificar a situação de pobreza e miséria dos Kalungas¹⁵.

O grande interesse despertado pelos Kalungas se explica pelo isolamento em que viviam até o início da década de 80, quando foi pesquisado pela antropóloga Mari Baiocchi da Universidade Federal de Goiás (UFG), que fez o relato e a divulgação no meio acadêmico de suas condições de vida, características culturais, extensão territorial e história, culminando na criação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga pelo estado em 1991.

¹⁴ Os irmãos Lázaro Roberto da Silva, Ciro Baptista da Silva e Adalberto Baptista da Silva descobriram ouro nas antigas minas de Cavalcante em 1974, dando início a garimpagem na região que vigorou até o estabelecimento por decreto do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a proibição de tal prática.

¹⁵ Ver anexo o quadro estimado de projetos em desenvolvimento no território Kalunga.

A preservação do caráter tradicional de sua cultura e modo de vida coletivo, relacionados à memória dos tempos da escravidão, responder por parte do assédio por possibilitar condições específica para análises sociais e culturais, assim como, a localização em um contexto natural rico em cachoeiras, riachos e praias que tem despertado o interesse de visitação e a conseqüente abertura para o Turismo¹⁶ e iniciativas de preservação e ações denominadas sustentáveis.

2.3. Dinâmica de Construção do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO

O estudo de caso apresentado trata-se de um projeto desenvolvido pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UNB) que tem como objetivo consolidar a implantação de um Observatório para o Turismo Sustentável, no período de junho de 2011 a setembro de 2012, voltado para o planejamento, o monitoramento e a gestão participativa do desenvolvimento do turismo de forma sustentável no município de Cavalcante, GO¹⁷.

A motivação era a de desenvolver o turismo a fim de gerar emprego e aumentar a renda na comunidade de Cavalcante, aliado a prática de uma gestão participativa como forma de garantir ganhos mais amplos e distribuídos equilibradamente em uma comunidade localizada no nordeste goiano num contexto histórico de limitadas condições de desenvolvimento econômico. O projeto surge como uma forma de organização comunitária voltada para o planejamento e o monitoramento do turismo local, onde a gestão participativa se destaca como garantia de sustentabilidade.

A inspiração para tal projeto foi à experiência do Observatório para o Turismo Sustentável de Grosseto, na Itália, desenvolvido por um grupo de pesquisadores envolvido com o curso de economia do ambiente e turismo sustentável da Universidade de Siena com o intuito *de difundir informações e promover conhecimentos úteis para o desenvolvimento sustentável do turismo* (grifo meu). *Focada no acompanhamento dos dados e números da atividade turística a experiência italiana motivou a proposta brasileira, porém, diferenciam-se pela inclusão da participação comunitária no planejamento, monitoramento e na gestão do turismo local* (grifo meu).

¹⁶ Segundo a Pesquisa do Perfil e Satisfação do Turista 2011, o atrativo mais visitado pelos turistas de Cavalcante localiza-se no território Kalunga Engenho II – Cachoeira da Santa Barbara.

¹⁷ As informações aqui utilizadas foram baseadas na proposta apresentada ao financiador do projeto, Fundação Banco do Brasil, e em relatórios de execução, avaliação e prestação de contas da equipe executora, e ainda de observações individuais da pesquisadora *in loco*.

O Observatório de *Cavalcante* *elege a ação conjunta com a comunidade como condição para o desenvolvimento do Turismo que perdure e de fato colabore para a solução dos problemas, em contraponto a uma atitude passiva de contemplação via análises acadêmicas, e a inclusão das necessidades e interesses daqueles, direta e indiretamente envolvidos* (grifo meu). Nesse sentido, *o projeto alia a gestão participativa à realização de pesquisas que permitam monitorar e conhecer o Turismo com o intuito de dar condições para a intervenção compartilhada dos atores sociais no desenvolvimento do mesmo* (grifo meu) ¹⁸.

A participação comunitária contemplada pelo projeto prevê o seu funcionamento por meio do estabelecimento de um grupo denominado de Comitê Gestor Local, composto por representantes e empresários da cadeia produtiva do Turismo, do poder público, e de pessoas ligadas ou não ao setor como moradores, professores e comerciantes. A configuração de um grupo gestor tem a intenção de envolver os indivíduos em torno de um objetivo comum e formar um grupo representativo capaz de continuar com as atividades e ações trazidas pelo projeto, mesmo após a sua conclusão e sem a tutela da Universidade de Brasília.

O comitê caracteriza-se como um dos pilares fundamentais do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, e é por meio deste que se tenta garantir a representatividade do todo, legitimidade perante a comunidade e a efetividade das ações debatidas e sugeridas em seu âmbito. O destaque do grupo gestor, nesse contexto metodológico, depende permanentemente de mobilização comunitária que requer uma ampla divulgação e canais de comunicação eficazes, buscando reforçar a importância de uma contínua ação agregadora dos membros do comitê e demais pessoas da comunidade, convidando-os a participação, tanto na fase inicial da execução, quanto no decorrer do processo.

Dentre suas funções, o grupo formado pelo Comitê Gestor tem como missão reunir-se mensalmente, ou quando houver necessidade, para construir conjuntamente estratégias de ações coletivas em benefício da comunidade, tais encontros são acompanhados e conduzidos pela equipe executora do CET/UnB com o papel de auxiliar e assessorar o processo de participação comunitário. Conforme consta no planejamento executivo do projeto espera-se que as reuniões conduzam o grupo, de forma organizada, a discutir, propor, regulamentar e acompanhar a evolução do turismo em Cavalcante, planejando seu desenvolvimento.

¹⁸ Informações grifadas foram retiradas da proposta de financiamento aprovada pela Fundação Banco do Brasil.

Além do papel deliberativo, o Comitê Gestor tem a tarefa de construir e operacionalizar um plano de ação a partir da escolha de uma ação prioritária, eleita consensualmente pelo grupo e considerada como fundamental para o pleno desenvolvimento do turismo na localidade – promover uma campanha para a conscientização da população sobre o turismo a partir do desenvolvimento de visitas técnicas, da inclusão do turismo como tema nas escolas e da elaboração de cartilhas educativas para a comunidade. Ressalta-se que tal exercício é adotado como meio de capacitação dos envolvidos em rotinas de gestão e realização de metas coletivas em benefício da comunidade e faz parte da metodologia concebida pelo projeto. Essas ações buscam aliar o exercício participativo com a possibilidade de intervenção na realidade local, alimentando o desejo e a vontade de participar ativamente no desenvolvimento de sua comunidade.

No decorrer do processo de trabalho, os cinco primeiros encontros foram conduzidos pela equipe CET/UnB com o intuito de se identificar qual a principal necessidade ou dificuldade para se desenvolver o Turismo na localidade, ou seja, eleger a ação prioritária e consolidar o consenso do grupo quanto à escolha feita – os encontros realizaram-se em Cavalcante no período de julho a novembro de 2011. Em sequência, as reuniões levaram a elaboração de um plano de ações, onde constam o passo a passo necessário com o estabelecimento de prazos, os responsáveis, os materiais requeridos e as parcerias fundamentais – foram realizadas nessa etapa duas reuniões nos meses de janeiro e fevereiro de 2012. Após a escolha de ação prioritária e a construção do plano de ação, os encontros tomaram o caráter de acompanhamento das atividades referentes à preparação e execução do planejamento concebido pelo grupo, finalizando o plano de ação e a fase de participação do grupo – nessa etapa foram realizadas duas reuniões de acompanhamento e execução da ação prioritária, no período de março a junho de 2012, e mais três outros encontros para a avaliação e possibilidades de continuação da ação coletiva da comunidade, ou seja, de desincubação nos meses de julho, agosto e setembro de 2012.

O projeto na etapa de sua elaboração ou em seu planejamento adotou o termo incubação, no sentido de fomentar a vontade e a autonomia participativa dos envolvidos, para designar às fases que compreendem a reflexão sobre o Turismo na localidade, e conseqüente elaboração e execução do plano de ação e das pesquisas. Quando são considerados cumpridos os propósitos do exercício coletivo e relativos à implantação do Observatório na localidade, dando início a retirada da tutela da equipe executora no processo e a preparação para que seja garantida sua continuidade pela comunidade. Essas terminologias refletem o objetivo de mobilizar e envolver os participantes no desenvolvimento do turismo, durante o projeto e indicava o caminho para autonomia da comunidade depois do término, então *desincubava-se*.

Nesse sentido, as reuniões do Comitê Gestor são planejadas a partir dessa concepção pela equipe técnica, responsável por sua preparação logística e programação por meio da elaboração do chamado *fio lógico* que contém todas as informações operacionais e relativas à condução do encontro, garantido o cumprimento dos objetivos demandados por cada reunião de forma participativa. O fio lógico é apresentado à equipe que discute seu conteúdo e duração, bem como, as técnicas, instrumentos e dinâmicas a serem utilizados, sendo livre a escolha das mesmas àquele responsável por sua elaboração, desde que contemple a participação dos presentes.

Concomitante ao processo participativo, o Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante se apoia na realização de pesquisas acerca da atividade turística na localidade como uma ferramenta auxiliadora, mas fundamental para sua consolidação na localidade – não descarta o papel clássico de um observatório que coleta dados e informações quantitativas referentes ao objeto observado. E no caso em pauta, compõe-se de pesquisas e estudos que buscam informações e números ligados a oferta e demanda do turismo local, permitindo conhecer o perfil do turista, do empreendedor e as características dos equipamentos e atrativos que compõem o quadro da atividade.

A intenção é acompanhar o desenvolvimento do Turismo através da realização da Pesquisa do Perfil e Satisfação do Turista, do Inventário Turístico e do Monitoramento da Demanda de Cavalcante que servem de subsídio para a tomada de decisões do Comitê Gestor, do poder público, de empreendedores e da comunidade em geral para a elaboração de planos e projetos adequados as necessidades mercadológicas da localidade. As pesquisas são de responsabilidade da equipe executora que contrata e treina pesquisadores, pelo período de aplicação dos questionários, e mais um agente local, durante todo o projeto, para representar o Observatório e com o papel de auxiliar e facilitar a troca de informações entre a comunidade e a equipe do CET/UnB.

Segundo o planejamento inicial, o andamento do projeto como um todo, esfera participativa e de pesquisas, e a consecução das ações planejadas são acompanhadas por um Comitê Técnico constituído internamente pela equipe executora, coordenação e gestão do projeto, diretor e professores do CET/UnB, ou convidados, e demais participantes especialistas, ocasionalmente convocados em auxílio a problemas pontuais. O grupo possui um caráter consultivo e deliberativo com a função de nortear a equipe responsável pela execução quanto ao andamento técnico e a superação de questões desafiadoras; a equipe técnica se reporta ao comitê interno através de memoriais das reuniões realizadas em Cavalcante, de relatórios e encontros a cada etapa.

Com isso, a conjunção de pesquisas e estudos com a participação comunitária no Observatório em questão constitui a metodologia desenhada pelo projeto que tem a

intenção de envolver a comunidade nas ações coletivas de participação e de condução das atividades no que tange ao turismo em sua localidade.

A primeira edição do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, em 2008, permitiu o início dos estudos e pesquisas adotadas pelo projeto, bem como do exercício participativo junto à comunidade com ações voltadas para o desenvolvimento local. Na época, o grupo formado pelo Comitê Gestor, além de discutir acerca do Turismo, conseguiu planejar e realizar um evento com resultado do exercício participativo – 1ª Mostra de Cinema Etnográfico da cidade – que foi colocado como ação prioritária pela equipe executora a criação de um evento que refletisse a identidade local e com poder atrativo.

Durante o projeto, houve o envolvimento e a participação ativa dos membros do Comitê Gestor e demais parceiros para a realização do evento, a iniciativa foi repetida no ano seguinte, mas abandonada posteriormente. E segundo o relatório final da edição 2008/2009, ocorreram outras ações durante o processo de implantação do Observatório, porém, se percebe que foram de iniciativa da equipe executora ou da proposta do projeto: Programa Turismo nas Escolas, a Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista e o Inventário Turístico. Conforme o referido documento, o projeto conseguiu alcançar as metas e objetivos definidos inicialmente, sendo então encerrado com sucesso.

Embora tenha se atingido os propósitos do primeiro Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, segundo a solicitação enviada a Fundação Banco do Brasil para um novo financiamento da proposta, foram identificados desafios para superação e necessidades de aperfeiçoamento da ferramenta, principalmente relacionados à promoção de maior participação da comunidade local e continuidade da mobilização em âmbito local. E em 2011, o CET/UnB, então, volta a Cavalcante com objetivo de consolidar a implantação do projeto Observatório e retomar o planejamento, o monitoramento e a gestão participativa do desenvolvimento do turismo na localidade.

O objetivo da continuação do projeto era priorizar ações que consolidassem a capacitação do Comitê Gestor e da comunidade para a gestão participativa com foco na sustentabilidade, e garantissem a continuidade da coleta de dados da oferta e da demanda para subsidiar o planejamento do turismo e a formulação de políticas públicas voltadas ao setor. No entanto, a configuração de um novo cenário, somada a desmobilização do Comitê Gestor e descontinuidades de algumas ações – monitoramento, encontros, eventos e falta de retorno à comunidade envolvida acerca do andamento da proposta Turismo na Escola¹⁹

¹⁹ O projeto Turismo na Escola foi concebido na primeira edição do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante em 2008/2009 que na época foi estruturado com a colaboração dos professores locais com o objetivo de oferecer um curso de pós-graduação ou de extensão aos

– dificultam a efetividade dos objetivos colocados no início do planejamento executivo e desafia a equipe a reflexão acerca do processo de participação comunitária.

Soma-se a isso a fragilidade metodológica do Observatório diante os desafios do trabalho comunitário verticalizado, que parte de uma proposta externa a localidade e tenta convencê-los da importância de atitudes cooperativas, coletivas e participantes, geralmente, desconsideradas na formação sociocultural e econômica da sociedade brasileira como fundamentais para o alcance de um modo de vida digno com distribuição dos benefícios e respeito social, cultural e ambiental. Com esse conjunto de fatores e condições limitantes, a metodologia do Observatório não conseguia alcançar os desafios e objetivos do projeto, principalmente, frente ao destaque dado a efetividade e autonomia da participação comunitária.

Assim, a equipe técnica inicia um processo de revisão do OTS, partindo da necessidade de alterações metodológicas e adequações conceituais para o caso de novas iniciativas ou de continuidade do projeto, mas, principalmente, em função dos desafios percebidos pela equipe técnica no decorrer do processo. Em um primeiro momento, diante os problemas de mobilização e participação ativa da comunidade elabora-se um Plano de Comunicação – de olho no potencial turístico de Cavalcante – desenvolvido como estratégia de transmissão de informações sobre as ações do projeto para seu público-alvo, a fim de estimular o diálogo e, sobretudo, gerar sinergia e cooperação mútua ao longo das diversas etapas de seu desenvolvimento. O plano tem a intenção de idealizar, criar e produzir campanhas de esclarecimento que conscientizem, estimulem e condicionem o cultivo do espírito de cidadania e o empreendimento de esforços em parceria para o progresso turístico, ambiental, socioeconômico, cultural e da sustentabilidade.

Em outra frente, a revisão busca se valer dos preceitos do planejamento organizacional para reestruturar todo o projeto, por meio de uma reflexão acerca de seus princípios e conceitos chave, enquadrando-o em três dimensões – estratégica tática e operacional – relacionando-as a perspectivas temporais de longo, médio e curto prazo, bastante usuais em propostas e planos empresariais. Conforme a revisão apresentada, os princípios e conceitos chave representam o nível estratégico do projeto, ou seja, o mais geral e abrangente, responsáveis pela orientação e delimitação do processo foram eleitos para traçar a trajetória orientadora da metodologia de modo a consolidá-la.

Apresenta-se como princípios básicos o desenvolvimento e a sustentabilidade – a partir de uma reflexão crítica e aprofundada dos conceitos e sua relação com o OTS à luz de teorias

professores da rede pública de ensino sobre o tema turismo, porém, até agora tal iniciativa ainda não conseguiu se realizar.

consagradas – por defender um crescimento que envolve os aspectos sociais, ambiental, culturais e políticos e que contribui para a melhoria das condições de vida de determinada localidade. Adota o entendimento conceitual de desenvolvimento condicionado ao acompanhamento de soberania, distribuição minimamente equitativa de riqueza e renda, de equilíbrio regional, de sociedade civil forte e de Estado democrático, conforme Celso Furtado. E como conceito de sustentabilidade baseia-se nos elementos de convicção na harmonia entre a humanidade e a natureza, contra o consumismo e o crescimento econômico, adoção de tecnologias alternativas, as tentativas de reduzir os impactos humanos sobre o ambiente e a inserção no processo político de grupos minoritários, oprimidos e marginalizados.

A ideia é fundamentar a construção de um processo que toma diferentes formas ao longo da execução do projeto, mas que precisa ter uma base de referência sob a qual será desenvolvido, escolhendo assim como conceitos chave estratégico, o turismo, o protagonismo social e as redes sócio-espaciais que caracterizam a materialidade do objeto a ser trabalhado. Nesse caso, o turismo é entendido como objeto trifacetado frente à economia, sendo ao mesmo tempo elemento passivo (sujeito às forças e variáveis econômicas micro e macroeconômicas), elemento ativo (influenciando decisões econômicas e alterando o sistema econômico) e como setor de atividade. O protagonismo social como a capacidade de atuação dos grupos sociais para superar seus problemas de pobreza que envolve conflitos, organização coletiva, ação e transformação. E o conceito de redes sociais leva em consideração as relações que se dão a partir e por meio de diferentes escalas espaciais, sendo formas efetivas de organização espacial, e ainda, uma estratégia de ação coletiva.

Em sua dimensão tática, a metodologia do OTS apoia na concepção de planejamento tático que orienta a implementação de atividades especificadas no nível estratégico, e em geral, envolvem ações de curto prazo voltadas para atividades atuais e/ou do futuro próximo que uma empresa deve concluir para implementar estratégias maiores. Dessa maneira, correspondem a uma metodologia voltada para a execução do OTS composta por ações ou eventos que ao serem realizados, marcam e delineiam o processo de execução do projeto, sempre orientados pelos princípios e conceitos-chave; no que se refere a dimensão tática, apresenta-se a gestão participativa, a gestão do turismo e as metodologias de pesquisa.

A gestão participativa é compreendida como ação ou efeito de administrar em associação entre a sociedade civil, Estado e população, que se baseia nos conceitos de participação do Mtur (Ministério do Turismo) e de gestão em separado; conforme a revisão, a gestão participativa é pertinente quando o protagonismo social a precede, por isso, se justifica sua colocação como nível tático. Da mesma maneira, entende-se a ação composta pela gestão do turismo que é conceituada como o ato ou o efeito de administrar o turismo, sendo

interdependente da definição de turismo adotada; e apoia a ideia de que o OTS pode se tornar ferramenta do Conselho Municipal de Turismo ou outras instâncias locais de gestão. As ações relacionadas às metodologias de pesquisa são baseadas na concepção de os estudos a serem desenvolvidos pelo OTS suscitarão a necessidade de conhecimento para seu planejamento e adequações as diferentes situações, tornando-se fundamental essa compreensão para uma escolha de metodologia de pesquisa adequada a cada necessidade.

A dimensão operacional do OTS, diz respeito aos detalhamentos das estratégias e ações a serem executadas como um percurso do nível estratégico ao operacional, causando multiplicações dos números de ações ou planos voltados para a implementação das táticas, tratando de forma ainda mais específica o objeto a ser trabalhado. A operacionalização viabiliza-se a partir da composição da equipe técnica em dois núcleos distintos – um direcionado aos métodos de execução de projetos, e outro direcionado aos aspectos da temática do projeto; da formação de Comitê Gestor como unidade de atuação principal do projeto, fundamentalmente, diverso em indivíduos, representativo de toda a comunidade e ativo em suas proposições; e por fim, da elaboração e execução do Plano de Ação, construído participativamente em torno da prioridade eleita pelo grupo local para o desenvolvimento turístico.

Ainda como dimensão operacional têm-se os estudos, pesquisas e o monitoramento, direcionados a obtenção de dados e informações necessárias para o desenvolvimento do turismo, que possam servir também como ferramenta de avaliação de implementação do projeto, constroem a fonte de informação primária a ser utilizada pelo Comitê Gestor e pela equipe técnica. Faz parte dessa ação o desenvolvimento das pesquisas, de Perfil e Satisfação do Turista que caracteriza a demanda e avalia o nível de satisfação com os serviços, o Inventário da Oferta Turística que caracteriza a oferta e o Monitoramento da Atividade Turística que possibilita análises mais complexas e específicas da oferta, bem como, a avaliação contínua do alcance de metas para o desenvolvimento do turismo.

Por fim, a última ação da dimensão operacional refere-se à avaliação caracterizada como o momento de análise do próprio comitê gestor quanto ao processo, sendo um exercício de reflexão sobre o plano de ação que verifica se de fato manteve o alinhamento com princípios, conceitos e objetivos concebidos pelo grupo. Apesar de se entender avaliação como uma ferramenta de controle da administração, a proposta metodológica do OTS a insere como uma etapa operacional fundamental a consolidação do processo.

A descrição da revisão metodológica apresentada acima como forma de consolidação do OTS ao longo de sua implantação nos anos 2008 a 2012, a partir da revisão dos componentes metodológicos e conceituais, será analisada no próximo capítulo em sua efetividade participativa pelo empoderamento, engajamento cívico, emancipação, assim

como, o desenvolvimento do capital social da comunidade e transposição de um fazer-saber para o saber-fazer turístico possível nas práticas metodológicas participativas oportunizadas pelo projeto em pauta.

2.4. Os desdobramentos socioculturais da participação comunitária no turismo: categorias analíticas

A participação comunitária com o papel de colaborador na construção de uma nova realidade social, econômica e cultural local via o Turismo traz consigo desdobramentos inerentes e fundamentais a sua essência revolucionária. Inegavelmente, na produção do fazer turístico, a participação encontra-se desfavorecida frente às demandas do mercado que ditam o ritmo de trabalho e os parâmetros de verificação dos resultados, ou seja – os conceitos de produtividade e qualidade são incorporados cada vez mais também no meio acadêmico e muito tem influenciado os seus projetos de extensão e pesquisa.

A polêmica levantada por essa discussão encontra no Turismo combustível que revela os efeitos da ideologia capitalista nos estudos de um fenômeno desenvolvido sob as asas do mercado que talvez, por isso, tenha relegado a participação comunitária a um papel pouco destacado em suas análises. Mas, como separar o joio sem comprometer a compreensão do Turismo em seus aspectos socioculturais? Pergunta propensa a sua negativa no primeiro momento, contudo, há algum tempo, autores como Krippendorf (2002), Moesch (2002), Gastal (2002) defendem novos horizontes e caminhos a serem trilhados por pesquisadores da área.

A esperança em uma nova produção do saber turístico sem distorções de conceitos, teorias, com uma epistemologia sólida, usando métodos diversos ou próprios que conduz a busca de uma renovação nas análises e encare a dinâmica e a complexidade do Turismo. Pensando nisso, o presente estudo objetiva ampliar o debate sobre as possibilidades dos desdobramentos da participação comunitária nos aspectos sociais, culturais e econômicos de uma dada sociedade como reflexo do exercício cidadão a partir do empoderamento e da emancipação comunitária em prol do aproveitamento do capital social existente, e subsequentes benefícios coletivos.

A necessidade de aprofundar teoricamente o assunto, assim como, de solucionar os questionamentos advindos da discussão acerca dos processos participativos casam com o objetivo de analisar as possibilidades de desdobramentos da temática em âmbito do Turismo e seus aspectos socioculturais, por meio das categorias da emancipação, empoderamento, cidadania e capital social. O interesse de empreender o diálogo teórico a partir das categorias propostas se justifica pela necessidade de buscar outras fontes que

colaborem para a compreensão do fenômeno e suas interfaces dentro do contexto participativo.

Ressalta-se ainda que ao colocar a participação comunitária como perspectiva de análise do fenômeno do Turismo, dotado de possibilidades voltadas para o desenvolvimento social, cultural, equilibrado, justo e humano não se tem a pretensão de demonstrar resultados de finalidade prática da participação, mas sim apresentar subsídios para a discussão acerca dos desdobramentos da mesma, conscientes dos limitados efeitos transformadores desse tipo de ação quando permanece no atendimento de demandas pontuais, mas se articula como mais um conteúdo do capital social quando expressão de um conjunto de desejos coletivos construídos de forma processual.

2.4.1 O Capital Social no contexto participativo.

O entendimento acerca do conceito de capital social se faz necessário devido sua importância para a perspectiva participativa do Turismo, seus desdobramentos socioculturais, possibilidades de promoção do desenvolvimento de comunidades e o favorecimento de um novo cenário político. O capital social, assim, se vê duplamente beneficiado pelo exercício participativo comunitário ao proporcionar condições de empoderamento e ao criar mecanismos de aproveitamento produtivo do capital social em benefício da coletividade:

o conceito de capital social revela um potencial inestimável para desencadear práticas de participação e interpelações democráticas capazes de reverter o quadro de incertezas e de exclusão social que caracteriza o cenário brasileiro do novo século (CREMONESE e BAQUERO, p. 16, 2006).

O capital social surge como um bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios coletivos quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.

O seu conceito foi primeiro elaborado pelo sociólogo James Coleman, referindo-se aos aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura, Dallabrida (2006). No entanto, somente ganha destaque com os estudos empíricos de Robert Putnam, que segundo Monasterio (2006), buscou a relação causal entre a comunidade cívica e o desempenho institucional da Itália moderna, comparando a região norte com o sul do país por meio do exame de vários quesitos necessários a comunidade cívica com efetivos ganhos econômicos, como: a participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança, tolerância e práticas associativas.

Além de Coleman e Putnam, outros autores definem o conceito de capital social, conforme Borba e Silva (2006), como Bourdieu, analisando a questão do poder e suas desigualdades em diferentes campos, e Fukuyama que desenvolve o conceito numa perspectiva social, caracterizando-o pela confiança e cooperação da sociedade. E ainda, segundo Dallabrida (2006), Durston que faz referências às normas, instituições e organizações que promovam a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação, assim como, o Banco Mundial que também tem definido capital social reportando-se às instituições, relações, atitudes e valores que governam a interação de pessoas e facilitam o desenvolvimento econômico e a democracia. Das diferentes perspectivas desses autores, destaca-se a de Bourdieu que segundo Portes (2000) o define como um “agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”²⁰. Bourdieu em sua conceituação enfatiza o capital social como propriedade dos agentes individuais, e não das sociedades, que pode se expandir ou institucionalizar-se a grupos ou classes sociais em virtude da participação e da construção de sociabilidades. Para o autor, as finalidades de utilização do capital social variam em função da posição que ocupam os agentes no espaço social – assim como, a quantidade e qualidade de capital cultural e econômico – sendo os três tipos de capital “instrumentos” de composição do poder desses agentes para levar a cabo suas lutas no interior da sociedade e impor sua visão de mundo para reproduzir a ordem social. Nesse sentido, o conflito social ganha relevância e se converte no eixo da sua análise; em complementação, Muls (2008) avalia que:

Bourdieu (1980) preocupou-se mostrar como a construção de uma rede durável de relações permitiria ao indivíduo (ou grupos de indivíduos) arregimentar um capital que estivesse fora do circuito estritamente econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para fins econômicos, como a acumulação e a reprodução social (MULS, p. 7, 2008).

Apesar de reconhecer que o capital cultural (diplomas, nível de conhecimento, boas maneiras) e social tem sempre seus resultados redutíveis ao capital econômico, Bourdieu procurou enfatizar que os mesmos possuem dinâmicas próprias de produção que podem conduzir os atores a alcançar, por meio do capital social, acesso a recursos econômicos, mas também podem aumentar o seu capital cultural através dos contatos com diferentes pessoas, especialistas, ou ainda, instituições valorizadas.

²⁰ Conforme Portes (2000) essa definição aparece pela primeira vez nas “notas provisórias” publicada nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 1980, e obteve sua primeira tradução em inglês escondida nas páginas de um compêndio sobre a sociologia da educação, em 1985.

Assim, junto com o conceito de empoderamento, o capital social torna-se uma das categorias de análise de novos movimentos sociais, antes focados em categorias marxistas como justiça social e igualdade, agora envolvido em programas e projetos sociais do terceiro setor, de fundações e de políticas públicas preocupadas com as novas mobilizações, o capital social ganha o significado de “força potencial de agregação para a realização de ações coletivas, ações que possam alterar hábitos e comportamentos ou criar novas relações entre os indivíduos que os levem a resolver seus problemas econômicos por conta própria” (GOHN, p. 45, 2010).

O resultado é que o conceito de capital social torna-se possível a partir do consenso entre as teorias econômicas e sociológicas que se reverte em um caráter fluido e amplo do quadro analítico a ele associado, o que dificulta a escolha de uma definição precisa. No entanto, pode-se dizer que “existe um consenso no âmbito acadêmico em visualizar o capital social como recurso ou poder que está à disposição dos agentes e que serve para alcançar determinados objetivos” (ROS, p. 16, 2003).

Apesar da popularidade do tema o seu conceito desperta polêmicas e controvérsias sobre seu uso e não pode ser considerado homogêneo por que envolve um conjunto de valores que promovem tanto a ação individual quanto a ação coletiva tem as designações mais usuais de: “energia social, espírito comunitário, laços sociais, virtude cívica, confiança, redes associativas, relações horizontais, vida comunitária, normas sociais, redes informais e formais, reciprocidade, bem comum, pró-atividade, entre outras” (CREMONESE, p. 89, 2006).

O interesse que a temática desperta vem da sua amplitude e possibilidade de aplicações que vão desde a sua dimensão sociocultural, ideológica até a sua dimensão instrumental que se reverte de utilidade prática contribuindo para os benefícios econômicos, melhorias no bem-estar da população e aumento da coesão entre os cidadãos e os governos. Essa amplitude gera divergências e dúvidas quanto ao conteúdo teórico do conceito de capital social²¹ que necessita avançar e ser aprofundado multiplicando sua compreensão nos diversos ambientes em que é usada, principalmente, conforme Dallabrida (2006), no que diz respeito à atenção da importância do sentido expresso os conceitos correlatos como o capital sinérgico e densidade institucional. Porém, segundo Portes (2000):

²¹ Alguns pesquisadores, como Ros (2003), criticam “a preocupação em quantificar a dotação do capital social e suas relações com os diferentes aspectos da sociedade ao invés de analisar por meio de que processos os agentes estabelecem e ampliam as relações sociais que contêm capital social e quais são os interesses que estes almejam no seu desenvolvimento neste tipo de relações” (ROS, p.4, 2003).

No entanto, apesar da sua vulgarização, o termo não incorpora qualquer idéia verdadeiramente nova para os sociólogos: que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade é uma noção corrente, remontando a Durkheim e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para anomia e a autodestruição, e à distinção efetuada por Marx entre uma “classe em si” atomizada e uma “classe para si” mobilizada e eficaz (Portes, p. 133, 2000).

O fato percebido nos estudos do capital social, dessa maneira, é que a participação comunitária toma o centro das discussões acerca do capital social, ou seja, destaca-se como um dos elementos fomentadores do mesmo. A participação é o elemento indutor e mobilizador do capital social permeado pela confiança, cooperação, solidariedade e reciprocidade das relações sociais de um dado grupo, sendo um bem público capaz de colaborar com a consolidação de uma nova ordem democrática, e ainda, promover um desenvolvimento local qualificado.

Na perspectiva democrática, Baquero (2003) diz que a existência de uma crise de desmobilização e descrença política por que passam as instituições democráticas dá ao capital social o crédito de ser capaz de gerar um novo contrato social, baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva. O autor culpa a pouca possibilidade de participação dos cidadãos na agenda pública associada a situações de prevalência do individualismo e interesse privado sobre o coletivo pelo cenário de deslegitimação democrático brasileiro e coloca o capital social como uma ferramenta útil para a promoção da participação popular e da conseqüente, consolidação política. De acordo com isso, Cremonese (2006) complementa que:

se os brasileiros viveram uma desilusão com os rumos da democracia, inclusive com o descrédito e a desconfiança no desempenho das instituições, nada melhor que, por meio do capital social, se possa pensar em estratégias que recuperem a credibilidade das instituições ante as demandas e exigências da cidadania (CREMONESE, p. 96, 2006).

O capital social como um bem público capaz de ajudar na reinvenção da política brasileira, também pode favorecer o desenvolvimento de regiões a margem do mercado globalizado. Porém, a presença de capital social não garante a inclusão no mercado ou as benesses econômicas necessárias ao local, antes se deve considerar a estrutura econômica preexistente, a capacidade de inovação, os recursos naturais e a localização em relação aos mercados, conforme resume Souza (2006):

É necessário um complexo sistema de variáveis para que uma região constitua como patrimônio o capital social. E embora este ativo seja, em geral, condição necessária para o desenvolvimento econômico, não representa isoladamente uma condição suficiente (SOUZA, p. 151, 2006).

Isso denuncia que é possível à existência de regiões dotadas de capital social, mas ainda, periféricas e marginais que refletem o caráter de dependência ou interdependência apesar

das concentrações populacionais e econômicas. Ressalta-se que essas condições são provocadas pela ausência ou insuficiência de infraestruturas e políticas públicas de promoção do desenvolvimento que requerem um nível de ações, organizações e densidade necessária de capital social superiores aos que normalmente são encontradas nas regiões. Independe da ausência de condições favoráveis e políticas de fomento, é importante reconhecer que essas limitações encontram nas relações socializantes da participação a possibilidade de integração social, via entendimento mútuo, o caminho para o surgimento e a ampliação do capital social através da formação de redes de discussão e de sociabilidades fundamentais à troca de perspectivas e ideias que os atores usam para trabalhar em conjunto, de forma cooperativa, visando chegar a um acordo (Matos, 2009). Porém, da mesma maneira torna-se fundamental reconhecer que “se a solidariedade confinada e a confiança fornecem as fontes para a ascensão socioeconômica e para o desenvolvimento empresarial entre certos grupos, entre outros produzem o efeito exatamente oposto” (PORTES, p.149, 2000).

O que chama atenção para as colocações excessivamente favoráveis ao conceito de capital como solução para problemas sociais antigos, opostas a discussão em torno das possibilidades de aproveitamento do capital social em favor do desenvolvimento local, largamente discutidas nas publicações do tema, remete também a dimensão não econômica do desenvolvimento que Dallabrida (2006) chama de dimensão intangível do desenvolvimento. Essa dimensão subjetiva refere-se à capacidade coletiva para realizar ações de interesse coletivo com vista à melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral, chama atenção para os elementos da cooperação, confiança e reciprocidade. Dessa maneira, Souza (2006) diz:

embora existam necessidades que não possam ser satisfeitas por bens e serviços e isso por si só já indique que a vida não se resume à Economia, a própria existência física – e o conseqüente desenvolvimento físico, psíquico, mental, emocional, intelectual, espiritual, ético, moral, social, etc. – está vinculada à satisfação das necessidades econômicas (SOUZA, p. 133, 2006).

Tal perspectiva impõe a necessidade de se pensar nos aspectos subjetivos e objetivos presente no conceito de desenvolvimento, principalmente, quando o capital social surge como elemento capaz de promover - ló. Além dos aspectos econômicos, como dimensão tangível, o desenvolvimento por meio do capital social, que possui inerentemente dimensões intangíveis, amplia a discussão acerca das possibilidades e restrições do conceito como patrimônio público.

Assim, o capital social se liga com o empoderamento ao concordar que a existência do capital social em um contexto não garante que todos sejam contemplados em suas reivindicações do futuro. O empoderamento social se mostra como condição essencial a

inclusão de atores e grupos excluídos do processo de desenvolvimento, auxiliados pelo acúmulo de capital social que leva a uma maior participação comunitária e gera um maior desenvolvimento.

A interligação dessas condições – capital social, participação e desenvolvimento – no termo empoderamento se revelam de maneira condizente com os fatores essenciais ao processo de fortalecimento da autoconfiança de grupos desfavorecidos, visando capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum. Assim, entende-se que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e intercâmbios sociais para que gerem mais redes de cooperação e solidariedade, Nazzari (2006).

A existência de capital social como condição essencial para o empoderamento, assim, leva a discussão acerca de como garantir o alcance dos objetivos do empoderar, principalmente, em situações de pobreza onde persistam quadros de imposição das demandas externas a comunidade. A faceta instrumental do capital social, ou seja, suas possibilidades de intervenção na realidade social, favorecimento do desenvolvimento e a configuração de um novo quadro democrático, enxerga na participação comunitária o farol condutor bem comum.

Pensando nas possibilidades do capital social debatidas, torna o parecer favorável uma conclusão lógica impossível de ser rebatido, porém, o caráter processual, dificultoso e contínuo que envolve a participação, a confiança, a reciprocidade e a cooperação dão a tônica ao desenvolvimento almejado – em sua dimensão tangível e intangível. No caso do Turismo, essas especificidades devem ser consideradas quando se fala sobre o potencial do capital social na prática e nos estudos do fenômeno do Turismo, mesmo diante das possibilidades e oportunidades do capital social em comunidades as voltas com o Turismo.

Assim, a participação é destacada pelo seu poder transformador da comunidade e pela possibilidade de aproveitamento ou fomento ao capital social existente em localidades onde se incluam os interesses comunitários por via da participação na tomada de decisões e debates acerca do Turismo, e ainda, se mostra como um campo fértil para a discussão e aprofundamento teórico necessário ao capital social.

2.4.2 A produção do Saber-fazer nos processos participativos

O saber-fazer destaque-se aqui como uma categoria de análise por sua importância no contexto discutido em favor da construção e consolidação do turismo como um campo do conhecimento, assim como, por sua colaboração no desenvolvimento de ações participativas vinculadas a uma compreensão mais ampla sobre o fenômeno do turismo, em que pese os benefícios coletivos, a emancipação, o empoderamento e o engajamento cívico

dos envolvidos nestes processos. Com vistas o maior aporte teórico e epistemológico da área, a presente análise enxerga na participação comunitária um aliado indispensável para alavancar a concepção comunitária acerca do turismo, refletindo-se em uma produção do saber-fazer turístico coerente com os princípios participativos e em prol das comunidades.

A participação comunitária no turismo, dentro suas variadas possibilidades de desdobramento, pode contribuir com o processo de reflexão-ação dos envolvidos, conduzindo-os a discussões acerca dos diferentes aspectos do turismo como fenômeno sociocultural, muito além de sua concepção como atividade econômica, e ainda, a levantar questionamentos sobre a realidade social local, as relações de trabalho alienantes, a sustentabilidade socioambiental local, a qualidade de vida e baixa qualidade do ensino. Assim, as iniciativas e/ou projetos de cunho participativo, que visam à transformação das comunidades configura-se como espaços possíveis de ações educativas com reais chances de contribuição para o conhecimento e conscientização dos envolvidos acerca de suas condições de vida e suas possibilidades de mudança dessa realidade.

Não se trata simplesmente de transferir conteúdos, metodologias e instrumentos de pesquisas a comunidade, parafraseando Freire (2011), mas de criar as possibilidades de reflexão/ação dos atores sociais para que se modifiquem e ampliem suas concepções de realidade, incluindo-se nisso o turismo. Para isso, os processos participativos, imbuídos dessas possibilidades que extrapolam o ganho material dos indivíduos, buscam despertar, e não cercear, a curiosidade dos participantes diante os variados questionamentos em torno de suas problemáticas, justamente, pelo seu potencial de transformação crítica:

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência (FREIRE, p.33, 2011).

Pensar nessa possibilidade de mudança de qualidade na compreensão daquilo que os cercam, inevitavelmente, acentua a importância de se trabalhar uma concepção de saber-fazer para que possa ser refletida em ações, proposições e discursos defendidos pela comunidade em prol de um turismo que extrapola a simples preocupação em melhorar a qualidade dos números, serviços e equipamentos da atividade turística. E que ajude a superar o fazer-saber do turismo, abandonando as análises cartesianas do pensamento científico, esquematicamente revistas, conforme defende Moesch (2008).

O objetivo da empreitada de produção do saber-fazer turístico passa pela comunidade, que ao internalizar conceitos mais amplos de sua realidade e basear sua concepção de turismo aliada a crítica aos excessos do mercado, torna-se sujeito ativo do planejamento das ações sugeridas pela comunidade, em detrimento de uma reprodução de discursos produzidos por

outros atores externos, voltadas ao coletivo que denotam um entendimento mais coerente da proposta de desenvolvimento local e de turismo, que assim entendem:

Que a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isso significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento de sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, p. 63, 2010).

A transposição de fazer-saber para o saber-fazer turístico na esfera comunitária, no sentido de construção via participação, se reverte de prática pedagógica com a intenção de conscientizar os atores quanto à limitação dos ideais mercadológicos, amplamente difundidos nos discursos reproduzidos em defesa do poderio econômico do turismo. O saber-fazer encontra campo fértil em localidades onde a comunidade participa ativamente do seu desenvolvimento, com plenas condições de se relativizar o que vem sendo produzido como saber pela academia e demais instituições, focados em informações e sistematizações como setor produtivo.

Nesse sentido, a comunidade alia-se a construção de uma nova agenda para os estudos turísticos, necessária para o devido aprofundamento teórico e conceitual da área, pela à possibilidade de refletir entorno de suas vivências com os outros aspectos do turismo – social, cultural, ambiental, antropológica, econômico. A comunidade contribui ao participar e colocar suas opiniões criticizadas, induzindo a academia a pensar o turismo além das categorias espaço, tempo e consumo, buscando ultrapassar a dimensão objetiva do fenômeno sempre destacada nos estudos na área, onde “a reconstrução de novos conceitos incitam a busca de novas categorias historicizadas, portanto, requerentes de uma abrangência de análise social, movida por condições objetivas e subjetivas” (MOESCH, p. 15, 2002).

A constatação de que o saber produzido na área se constitui por um fazer-saber turístico calcado nas necessidades de empresas e do setor produtivo, não causa estranheza num cenário onde o saber é mercantilizado, sendo esse o resultado natural de modelo científico que privilegia o “como funciona” das coisas em detrimento de “qual o agente” ou “qual o fim” das coisas; de acordo com Santos (2009):

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar (SANTOS, p.76, 2009).

A ciência moderna transformou-se com a industrialização e o advento do capitalismo, que era baseada em uma ideologia da autonomia e do desinteresse do conhecimento, passando

a comprometer-se com os centros de poder detentores do papel decisivo para a definição da importância das pautas científicas, dessa maneira, “esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor” (LYOTARD, p.5, 1988). Essa mudança de orientação afetou tanto as aplicabilidades da ciência, voltadas ao desenvolvimento tecnológico, como as organizações acadêmicas, que no caso do turismo se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado e menos da academia.

A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente e, por assim dizer, “rasa”, de investigações cujas respectivas fronteiras não cessam de se deslocar. As antigas “faculdades” desmembram-se em institutos e fundações de todo tipo, as universidades perdem sua função de legitimação especulativa. Privadas da responsabilidade da pesquisa que o relato especulativo abafa, elas se limitam a transmitir os saberes julgados estabelecidos e asseguram, pela didática, mais a reprodução dos professores que a dos cientistas (LYOTARD, p.71, 1988).

A busca da ciência deixa ser a busca da verdade, mas sim a busca do poder e sua legitimidade, que de acordo com Moesch (2002) se expressa em um jogo de linguagem no qual o que está em evidência é o desempenho e a melhor performance, contudo, essa perspectiva científica apresenta sinais de incoerência causados pela persistência de problemas e sua incompetência em solucioná-los. Nesse contexto, a configuração de fazer-saber em oposição ao saber-fazer no turismo que encontra na crise paradigmática o espaço necessário para sua transposição para um saber-fazer, por que segundo Santos (2009):

Ao contrário do que sucede no paradigma actual, o conhecimento avança à medida que o seu objeto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas e mais variadas interfaces (Santos, p.76, 2009).

O sujeito, a sociedade e a natureza ganham destaque no contexto de crise do estatuto científico moderno, que apesar da indefinição quanto à existência de um paradigma emergente, os incômodos e contradições nos dão condições para pensar em uma produção do saber-fazer turístico associado a reflexões gestadas a partir das comunidades e suas experiências, relativizando a barbárie do conhecimento tecnocrático que cerceia o processo de conscientização e transformação social dessas comunidades. Assim, o avanço do saber-fazer turístico associado aos processos participativos que acredita no conhecimento como condição para libertação dos indivíduos, justifica-se na fala de Freire, que diz:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, p.53, 2011).

A intenção no decorrer dos processos deve ser de mostrar aos envolvidos que é possível e preciso mudar as situações e condições negativas imputadas às essas comunidades excluídas da tomada de decisões, inclusive das relacionadas à atividade turística, deflagrando conhecimento em ação e abrindo caminho à constituição, na prática, de outros saberes indispensáveis ao desenvolvimento do turismo e do seu saber-fazer.

O ideal dessa construção de conhecimento em âmbito participativo, no entanto, não se constitui em uma iniciativa tão simples, demanda constante reflexão crítica sobre a prática desenvolvida junto às comunidades pela complexidade envolvida que desencoraja propostas de projetos de cunho participativo em curto prazo e leva ao abandono as atividades de caráter processual como a conscientização. Com isso, geralmente, as ações educativas são pouco trabalhada, mesmo sendo essa a garantia de efetividade dos resultados esperados, pois, os obstáculos à emancipação, conscientização e empoderamento não se eternizam; dessa maneira, não se pode aceitar passivamente o alijamento do potencial humano de transformação e apenas promover medidas assistencialistas e mascaradas da realidade que apenas anestesiam a consciência dos participantes, delongando sua condição de exploração.

Dessa maneira, a produção do saber-fazer no turismo deve ser pautada por um contexto social, cultural, econômico e ambiental desvelado pela comunidade, que ao invés de impor interpretações e conceitos acadêmicos como verdadeira busca potencializar sua colaboração a favor da comunidade e não de grupos de investidores e empresários, alheios aos muitos problemas enfrentados pelas comunidades. Inevitavelmente, o percurso da transposição do fazer-saber para um saber-fazer turístico passa pelo diálogo com a comunidade, sempre direcionado pela reflexão crítica, assim:

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua “incompetência” para explicar os fatos (FREIRE, p.79, 2011).

Constata-se que os atores sociais não só podem ser capazes de intervir na realidade de sua comunidade, mas que a partir de suas ações executadas coletivamente – construídas e decididas em espaços de participação – geram-se novos saberes e conhecimentos que implicam em melhores decisões e escolhas a respeito do direcionamento dado ao desenvolvimento local. Portanto, a aliança entre a produção do saber e a participação comunitária favorece ambos os casos que ganham com os avanços de suas concepções.

Em recomendação a prática da participação comunitária evidencia-se que a esperança da transformação social não pode abdicar de seu poder de tomada de decisão, pois, “a sociedade cujo centro de decisão não se encontra em seu ser, mas no ser de outra, se

comporta em relação a esta como um “ser para outro” (FREIRE, p. 73, 1997). Ao descartar a subserviência às imposições do mercado, do governo ou de grupos de interesses, a comunidade torna-se protagonista de sua libertação que favorece a participação, assim como, o avanço teórico e metodológico do turismo como campo do conhecimento. Contudo, é preciso romper resistências à participação das comunidades como meio para se alcançar primeira a transformação do ator social em nível de conhecimento, depois sua presença no mundo como maneira de intervir na realidade, favorecendo através do autoconhecimento comunitário e de uma prática formadora a explicação de operações totalmente alheias à maioria, como suas condições sociais e de exploração da atividade turística local.

No contexto participativo, outro ponto a ser considerado nesse desafio posto pelo saber-fazer refere-se à importância de uma coerência entre os projetos participativos e as atividades levadas à comunidade, pois se perde possibilidade de transformação ao abandonar essa coerência, principalmente, a ideológica; como defender a participação e a gestão compartilhada com a comunidade se o processo desencadeado somente favoreceu o envolvimento de apenas um grupo com claros interesses na exploração econômica do potencial turístico da localidade?

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um dos participantes, nesse tipo de proposta, torna-se um imperativo ético acima de tudo e não um favor a ser concedido apenas a alguns, considerando-se que a autonomia vai se constituindo na experiência das várias decisões que vão sendo tomadas no decorrer do tempo. Assim, a vigilância deve ser constante em torno das concepções defendidas, dos princípios adotados, da postura humilde no trato do conhecimento dos atores para que de fato se resvale em uma transformação na comunidade, e ao mesmo tempo, favorecendo o movimento dialético de reflexão/ação/reflexão sobre o saber-fazer revelado no processo.

2.4.3 A Cidadania nos processos participativos.

A definição de cidadania utilizada nesse tópico tem o intuito de destacar a ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo. Pensada em seus termos coletivos de exercício cidadão como algo a ser construído e fomentado, a decisão individual de interferir ativamente no seu contexto tem relevância dentro das perspectivas participativas, pois, investindo-se de seus direitos e deveres o homem tem condições de buscar uma sociedade melhor. Assim, a cidadania é vista como condição meio para os processos participativos do Turismo, perpassando o capital social, o empoderamento e a emancipação.

O conceito de cidadania vem sendo discutido há algum tempo, porém, possui diversos sentidos e utilizações que refletem as suas variadas compreensões. E apesar de não ter

uma definição uniforme, é consenso que a participação lhe convalida, quando se afirma que só existe cidadania associada ao seu exercício, sendo a ação participativa sua condicionante. Se a cidadania é inerente à condição humana, então, ser humano é ser cidadão, contudo, ele prescinde da ação para que lhe possa ser atribuído como um, dessa maneira, “o que faz do sujeito um cidadão é o fato de ele ser capaz de criar ou modificar, em cooperação com outros, a ordem social na qual quer viver, cujas leis vai cumprir e proteger para a dignidade de todos” (TORO, p.52, 2005).

Já que a cidadania não é algo dado, mas algo a ser construído, então, deve ser uma condição a ser alcançada pelos indivíduos que vivem comunitariamente, assim “somos cidadãos de fato apenas quando a conquistamos e construímos coletivamente” (GALLO, p. 141, 2001). E é a participação ativa e consciente na comunidade da qual se faz parte que faz com que o indivíduo seja um cidadão de fato.

Diante as considerações do imprescindível papel da participação no exercício cidadão, torna-se importante contextualizar qual é o sentido do conceito de cidadania? Quais os meios e condições pelos quais se constrói? Enfatizando-a como um valor caro a sociedade e como uma prática que deve ser institucionalizada nos espaços dedicados a seu fomento.

A idéia de cidadania nasce na ágora da Grécia Clássica, onde os atenienses se reuniam para discutir o futuro da cidade. As praças ou ágoras serviam ao propósito da tomada de decisão política por seus cidadãos, inaugurando o princípio da democracia. Entretanto, o conceito próximo do que hoje é utilizado vem das revoluções liberais do século XVIII – que vão desde a independência dos Estados Unidos até a Revolução Francesa – em torno das idéias de fraternidade, liberdade e igualdade.

Segundo, Moesch e Gastal (2007) desde sua origem grega o conceito de cidadania carrega o distanciamento entre a teoria e a prática, pois se na teoria todos eram iguais, na prática apenas os homens participavam com interesses econômicos a defender junto ao Estado. Em tempos modernos, essa mesma contradição se mantém, as demandas das minorias pela garantia de seus direitos só recentemente foram atendidas pelo poder público, depois de movimentos reivindicatórios a seu favor.

A distinção entre teoria e prática perdura ainda quando se volta para a compreensão de cidadania correspondente à garantia de condições de vida digna a todos, e se percebe que uma larga parcela da sociedade brasileira não tem acesso a elas, apesar de salvaguardada pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU e a constituição brasileira de 1988. Ou mesmo, quando se entende cidadania como condição política ou como atributo de todo ser humano, evidencia-se a falta de condições que favoreça a expressão democrática dos cidadãos além do voto durante as eleições e ausência participativa em questões que reflitam os seus interesses.

O fraco desempenho da cidadania brasileira encontra algumas explicações em seu contexto histórico que apresenta uma recente política democrática à sombra de prolongados períodos de ditaduras e exclusão das minorias. Para Barquero (2006), a democracia brasileira está longe ser considerada consolidada, particularmente quando se percebe a ausência de uma base material que garanta uma qualidade de vida mínima para seus cidadãos; a coexistência de democracia e situação de pobreza não permite o envolvimento político ativo de seus indivíduos.

Em oposição à esperança no estabelecimento da democracia, que o tempo se encarregou de contradizer, o cenário formado foi de descrença no ideal político de representação, assim, Barqueiro (2006) explica que:

[...] contrariamente a essas expectativas, todavia, o que se configurou, em termos de cultura política, nos últimos anos, foi à ausência de uma revitalização da sociedade no que se refere ao desenvolvimento de predisposições positivas em relação às instituições políticas e aos políticos em geral. Em seu lugar, assistimos ao que se poderia denominar de um processo de deslegitimidade do regime democrático (BARQUEIRO, p. 50, 2006).

Justamente num momento em que se exige a valorização da sociedade e do cidadão frente à globalização, o país complica-se por que apresenta diferenças sociais que se aprofundam, contrariamente do que vem acontecendo na economia com índices de produtividade e crescimento consideráveis. Ao excluir as minorias, suas reivindicações e necessidades, se desfavorece a constituição de uma sociedade onde a cidadania tenha plenas condições para o seu exercício e sejam atendidos seus direitos e deveres.

Os direitos e os deveres constituem dimensões da cidadania com diferentes significados que extrapolam o sentido jurídico dos termos. Em relação aos direitos, o conceito de cidadania associa-se ao sentido de garantia de direitos, políticos, civis e sociais voltados para o arcabouço geral desses direitos, individuais ou universais. Quanto aos deveres, sua concepção está diretamente direcionada à participação na vida pública e a pressão por formulação de leis inclusivas que considere a pluralidade cultural e as exigências da minoria por reconhecimento e preservação de sua identidade cultural.

As duas dimensões convergem-se e complementam-se e acabam por incluir categorias novas nas concepções de cidadania, comunidade e cultura, fundamentais para a atualização conceitual, pois é possível pensar e organizar novos exercícios de cidadania e novas formas de cidadania diferentes das formas político-jurídicas que, “ao contrário dos direitos gerais e abstractos, incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e colectivas em vez de sujeitá-las a padrões abstractos” (SANTOS, p.263, 2010). Todavia, ao pontuar essas dimensões, se levanta o questionamento acerca do papel do Estado para com a cidadania, Demo (1994)

esclarece que o papel do Estado não é produzir cidadania, e nem tentar capturá-la, mas sim garantir outros serviços públicos, dirigidos a instrumentar o processo de formação da cidadania: educação básica, promoção cultural e acesso a comunicação.

A sedimentação dos canais de participação cidadã tem a importância central de evitar a precariedade da cidadania e baixa qualidade política da população e do Estado – pobreza política, porque, “onde falta sociedade civil organizada, temos tipicamente massa de manobra, seja sob a forma de letargia cultivada e mantida seja sob a forma de ditadura opressora” (DEMO, p. 38, 1994).

O controle democrático do governo, então, se configura como uma das bases dos engajamentos participativos da sociedade, porém, o Estado nesse aspecto se coloca em um processo contraditório de fomento a construção de seu próprio controle que inviabiliza seu plano de condução das massas. Entretanto, tenta capturar os movimentos do campo participativo, tutelando a ação comunitária e reduzindo-os a objeto de condução, o Estado vende a imagem de “amigo do povo” capaz de solucionar toda a demanda social, contudo, se valem de propostas compensatórias e assistencialistas. Assim, Gohn (2010) coloca que:

O que era tido nos anos 1990 como eixo de construção de uma nova sociedade, nova economia etc. passa a ser assediado por políticos e pelas políticas públicas, tornando-se elos de uma cadeia de economia alternativa de sobrevivência ao padrão geral imposto (GOHN, p. 60, 2010).

Transformam-se em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, onde a sociedade se torna, no imaginário popular, o centro de referência do bem. Isso ocorre, por que segundo Demo (1994) acredita-se que cidadania é dada ou outorgada e não um conquista, creditando ao Estado às condições de combate às mazelas sociais e econômicas da sociedade aliado a farsa de cooperação popular com subterfúgios participativos.

A existência de diferentes qualidades de espaços participativos pelo qual os grupos sociais adquirem recursos suficientes para tornar a ação coletiva possível – como os institucionalizados conselhos diretores e gestores, e os de iniciativa social, como associações culturais, sindicatos, grupos de interesses – interfere nas possibilidades de emancipação social por processos participativos qualificados pela cidadania e acabam por comprometer a prática do exercício cidadão. E no caso de grupos participativos sem institucionalização são mais livres para privilegiar a cidadania, conforme corrobora Matos (2009):

Desse modo, outro tipo de participação é privilegiado: a participação cívica, que dá mais atenção às ações da comunidade e menos às ações de intervenção direta na política institucional. A base dessa forma de participação está nas oportunidades de expressão pública e no desenvolvimento das habilidades críticas e cognitivas dos cidadãos (MATOS, p.99, 2009).

As formas institucionais de fazer emergir o sujeito social, como garantiam a educação, acesso a comunicação e promoção cultural, podem ser somadas aos esforços pontuais das propostas participativas qualificadas que vise reivindicar os direitos e deveres cidadão em prol de uma nova realidade. Com esse pensamento, os processos participativos estabelecidos no contexto de desenvolvimento do Turismo, também colaboram para o exercício de cidadão de seus envolvidos, Fennel (2002) defende que:

Em essência, o processo de fortalecimento da cidadania – mantendo-se o arbítrio, os recursos e a oportunidade de tomar decisões – permite às pessoas, de dentro e de fora das comunidades, participar e fornecer assistência de um modo respeitoso; permite, entretanto, que a população local determine e controle o ritmo do desenvolvimento do turismo em suas comunidades (FENNEL, p. 210, 2002).

A ideia de um Turismo que incluía a comunidade, tanto na tomada de decisões quanto no controle das atividades turísticas, indiretamente traz a perspectiva de fortalecimento do capital social, cidadania na intenção de promover o empoderamento e emancipação social de seus envolvidos, ainda que não sejam discutidos parte-se da premissa que serão alcançados com a participação. É fundamental a discussão detida de cada um desses pontos nas propostas participativas do Turismo.

Mas o ponto em questão é que mesmo com a suposição de que os problemas sociais graves podem ser modificados por voluntarismo da ação coletiva que “envolve aprendizagens diárias, frutos de uma convivência social em que se aprende a não agredir o semelhante, a comunicar-se, a interagir, a decidir em grupo, a cuidar de si, a cuidar do entorno e a valorizar o saber social” (COHN, p. 86, 2010), eclipsando os conflitos, as lutas pelo poder e demais dificuldades nuances da prática social e substituindo-as por uma configuração idealizada do mundo, são possíveis os projetos e propostas participativas do Turismo.

Faz-se necessário a essas iniciativas de metodologia de intervenção social, no entanto, a reflexão em torno do contexto de formação histórico e social das causas da opressão e a dimensão política e cultural das práticas sociais em foco, aliado a objetivos emancipatórios e de empoderamento, inerentes a qualquer projeto ou política pública que se autodenomine inclusivo, integrador e sustentável. Não tem como separar a miséria, pobreza política, ausência de envolvimento da sociedade em que está inserida, servindo como recurso de manobra do Estado para convalidar suas ações unilaterais e assistências, urge o despertar social para a importância de seu exercício cidadão e a sua conseqüente transformação que garanta uma melhor qualidade de vida.

2.4.4 O Empoderamento e a Participação Comunitária no Turismo

O conceito de empoderamento que vem do inglês *empowerment* foi introduzido na literatura internacional por Friedman (1996) e trata-se de um processo que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades, segundo Dallabrida (2006). Associa-se ao princípio de protagonismo comunitário, largamente utilizado em estudos sociais, da administração e do marketing, tem com freqüência seu conceito relacionado ao de capital social como elemento fundamental para fomentar o desenvolvimento, aproveitando o estoque de capital social.

É consenso que a participação comunitária pode conduzir localidades, antes a margem social, econômica e cultural, a um desenvolvimento afinado com os interesses da comunidade como reflexo do seu empoderamento, resultando em inúmeros benefícios tangíveis e intangíveis para sua sociedade. Dessa maneira, os autores do Turismo enfatizam o conceito de empoderar como resultante de ações participativas da comunidade destacando-o como meta possivelmente alcançável.

Autores como Fennel (2002) e Coriolano (2006), aludem ao conceito de empoderamento ao destacar a importância da participação comunitária como elemento fundamental para a consolidação de um desenvolvimento sustentável. Sem uma menção direta a definição de empoderamento, acaba por associar-se a ela ao caracterizar a participação como forma de controle comunitário do Turismo que, indiretamente, lhe confere o sentido de resultado deste, conforme exemplifica a citação de Fennel (2002):

A questão do controle é crítica ao se analisar qualquer relacionamento entre a indústria do turismo e a população nativa. Para que o desenvolvimento do turismo seja bem-sucedido, a população nativa precisa ter permissão de controlá-lo, apesar das forças sociais e políticas que muitas vezes trabalham contra elas (FENNEL, 2002, p. 213).

O empoderar, assim entendido como dar poder a comunidade envolvida, fruto da participação no desenvolvimento do Turismo, obtém resultados bem mais duradouros em comparação aos resultados do modelo centralizador consultivo. A gestão dos recursos e serviços ofertados pela comunidade converte-se em benefícios que vão além do econômico, conferem autoestima e conhecimento aos participantes, bem como, o envolvimento ativo na tomada de decisões e debates acerca do Turismo que pode garantir a inclusão de todos.

As formas de controle comunitário e seus aspectos vêm sendo discutidas por estudos de temática sustentável ou de base comunitária e local, no entanto, o ponto que aqui chama atenção é que o controle como resultado do empoderamento da comunidade, nesse sentido, não supera o entendimento do empoderamento como resultado da participação, ou seja, o controle é uma ferramenta forjada pelas benesses do empoderamento, fomentado pela participação.

Isso não significa que a comunidade deve abandonar o ideal de controle produtivo do Turismo, ao contrário, deve alimentá-lo com mecanismos participativos democráticos nas discussões e gestão como solução aos problemas de exclusão do processo "turistificador". O empoderamento torna-se consequência de um processo longo de participação, que em alguns casos busca-se a "permissão" para controlá-lo, mesmo que sua concessão fique a cargo de poderes superiores representativos da "indústria do turismo", conforme Fennel (2002), e estranhos à comunidade.

O conceito de empoderamento não consegue resumir todas as intercorrências do processo participativo, e nem o conceito de participação equivale à igualdade deliberativa e homogênea em prol do bem comum, desprezando os conflitos de ordens pessoais, políticas e econômicas. É necessário ampliar a compreensão do empoderamento a partir da participação comunitária, dando condições a uma apreensão teórico-prática da participação no fenômeno do Turismo.

O controle, então, não é um fim em si mesmo, nem o cerne da questão participativa, mas sim o empoderamento com chances de prevalece no contexto democrático, sendo o controle apenas um das suas consequências. Centralizando o empoderamento surgem questões como: se a participação, supostamente homogênea e democrática, é um dos resultados do empoderamento local, então, como conseguir o envolvimento de todos, direta ou indiretamente afetados pelo Turismo? Como se chega ao empoderamento via participação?

Em resposta a primeira pergunta, Baquero (2006) lista em suas análises as estratégias de empoderamento mais apontadas por estudiosos do assunto, que têm sido: a) privilegiar a dimensão coletiva e não individual; b) estabelecer a reciprocidade mútua na busca de objetivos comuns; c) incentivar a formação de associações; d) promover o desenvolvimento de valores e normas de natureza coletiva para gerar um convívio harmônico e cooperativo; e) promover a participação cidadã.

Essas estratégias comunicam que os elementos fundamentais – cooperação, coletividade, reciprocidade, exercício cidadão e também participação – devem ser impulsionados como forma de empoderar a comunidade, significando que tais elementos precisam de estímulo para atingir seus potenciais em um longo processo de conscientização e mobilização. A identificação dos elementos fundamentais, no entanto, não leva a constituição de um passo a passo a caminho do empoderamento comunitário, devido as diferentes formações histórico-sociais das localidades, apenas registram- nas como condições essenciais que precisam ser construídas.

Voltando a segunda pergunta à participação comunitária, nesse contexto, depende de uma série de outros fatores que escapam aos desconhecedores das minúcias socioculturais e acabam por comprometer ou retardar o processo de empoderamento. Por exemplo, ao

tentar equacionar as vontades e objetivos tão distintos como os dos empresários do setor, do poder público de diferentes esferas e da comunidade heterogênea, a obtenção do consenso pode ter seu resultado influenciado por conflitos, antipatias ou preferências individuais. Assim, os conflitos sociais, o imobilismo por parte dos envolvidos, o desconhecimento das lideranças sociais configuram-se como elementos a serem transformados no decorrer do processo participativo.

Esses fatores influenciadores revelam a dinâmica que envolve a vida social dos grupos e refletem o cotidiano das comunidades, nem sempre facilmente revelado e compreendido por todos. Comunidades são formadas por grupos heterogêneos, às vezes com valores e códigos distintos entre si, mesmo em locais com um pequeno número de indivíduos e com pouco acesso a diversidade informacional e comunicacional presentes no contexto urbano.

Em alguns estudos da perspectiva ambiental do Turismo é comum o equívoco de considerar as comunidades como grupos homogêneos de interesses e valores, salvo alguns casos como Fennel (2002) que aponta aos empreendedores do ecoturismo a necessidade de ser pensar em tal possibilidade:

As iniciativas de desenvolvimento comunitário têm melhor chance de ser aceitas pela população local quando os empreendedores começam a reconhecer que diferentes grupos querem coisas diferentes, dependendo de seus papéis e suas afinidades dentro da comunidade e na utilização dela (FENNEL, p. 209. 2002).

A importância de se considerar o conceito de comunidade heterogênea serve a todos os pesquisadores das ciências sociais que trabalham com comunidades, etnograficamente ou não, inclusive o Turismo, conforme relato de (Fine *et al*, 2006) que assegura que “ um sentido pleno de comunidade é fictício e frágil, sempre vulnerável a ameaças externas e a fissuras internas” (FINE *et al*, 2006). Claro que isso, leva a necessidade de se conhecer os aspectos socioculturais mais detidamente, principalmente, quando o que tem em jogo são as nuances da participação no desenvolvimento do Turismo.

Ignorar os fatores influenciadores da participação, ou seja, seus aspectos socioculturais decorrem em desvios perigosos, a exemplo da ignorância quanto aos conflitos entre os grupos da comunidade que comprometem os resultados e a devida apreensão dos processos participativos no Turismo, causada por uma compreensão homogênea e equivocada da sociedade ou pelo erro de não identificá-los em sua ocorrência.

O potencial do conflito não pode ser desconsiderado ou subestimado, ao contrário do que o senso comum prega sobre os seus efeitos negativos de ruptura social, ele deve ser fomentado pelo seu poder de transformação dos indivíduos envolvidos em situações conflituosas, unificando-os. Segundo Matos (2009), a exposição das pessoas ao conflito e ao embate de pontos de vista permite fazer com que a conversação destas se politize e que

o capital social se amplie, da mesma maneira Gohn (2010, p. 67), ao analisar os movimentos sociais defende que, “quando se analisa movimentos sociais os conflitos são vistos como naturais inerentes ao ser humano e ao processo democrático”.

Com isso, mesmo com a presença de situações de voluntarismo social em algumas comunidades, o pesquisador deve estar atento aos grupos de interesses, conflitos e lutas de poder para não eliminar as dimensões políticas e culturais de suas análises. Se o grupo consegue se fortalecer através dos conflitos, internamente, mas principalmente, quando existem elementos externos motivadores de conflitos, então, acarreta na presença de identifica-los, trabalho árduo quando se tem um conhecimento superficial da realidade social local.

Considerar os aspectos socioculturais da comunidade, impressos em situações diárias, também salvaguarda de desvios quanto à compreensão completa dos processos participativos no que tange a inclusão das lideranças sociais que condiciona o alcance do envolvimento, aprovação e ação dos participantes dos processos em questão. As características necessárias a um líder local nem sempre são claras, porém, é impossível a inexistência de lideranças em qualquer localidade, seja um residente antigo ou um indivíduo engajado na preservação local.

O papel dos líderes nas comunidades, dessa maneira, é de fundamental relevância quando se trabalha com a questão da participação para envolver todos na colaboração e parcerias entre os indivíduos em prol de um objetivo único, dando a comunidade o poder de direcionamento e condução do desenvolvimento do Turismo. Porém, encontra destaque também quando se busca combater a desconfiança da comunidade diante o estabelecimento de processos participativos que envolvem recursos materiais, como por exemplo, o caso do Santuário Comunitário dos Babuínos em Belize que ao desenvolver o turismo na região teve sua iniciativa atrelada ao engajamento dos fazendeiros, essa dependência foi enfrentada por longo trabalho de envolvimento e identificação das lideranças locais com o intuito de melhor gerir e garantir a preservação da área e dos interesses da comunidade, de acordo com Horwich, *et al* (2001).

Outro elemento influenciador, ou mesmo impeditivo da participação comunitária no Turismo associado ao reconhecimento da dinâmica sociocultural diz respeito à imobilização social dos indivíduos frente à perspectiva de ganho coletivo e de combate a problemas que afetam toda a sociedade. A falta de envolvimento dos indivíduos que compromete os resultados e desdobramentos de impactos sociais, econômicos e culturais nessas comunidades possui diferentes níveis de participação que evidenciam a sua qualidade e causas.

Essa imobilidade como produto da passividade do indivíduo que não se reconhecer como ator social e agente de mudanças afeta a noção de participação e a capacidade de interferir no curso do cotidiano local. De acordo com Gohn (2010), a questão não fica limitada ao

comparecimento ou envolvimento da sociedade em conselhos e colegiados públicos, o problema é como participar. Assim, mesmo presente em reuniões e discussões locais, os indivíduos, às vezes, não estão comprometidos com a proposta, nem tem a mesma condição de igualdade ao opinar, ocasiona uma desigualdade participativa que camufla o entendimento de uma participação democrática e homogênea, sobre isso Demo (1994) coloca:

Participação, por conseguinte, não é ausência, superação, eliminação do poder, mas outra forma de poder. Tomando o caso do planejamento, quando o concebemos e realizamos participativos, não se trata de comparecer somente quando é chamado, solicitado, requerido pela comunidade ou pelos interessados, por que isto facilmente recairia no imobilismo, até mesmo porque o fenômeno da participação na comunidade também não acontece de graça (DEMO, 1994, p. 21).

A causa do imobilismo pode ser explicada pelo processo de formação histórica somada as circunstâncias econômicas, sociais e culturais do local que repercutem as condições comuns à sociedade brasileira, marcada pela colonização e formação cultural por traços de individualismo, faltam de espírito público, particularismo e incapacidade de formar associações, conforme Cremonese (2006) com argumentos retirados de Sergio Buarque de Holanda e Oliveira Viana.

Contudo, o imobilismo social em sua antítese mobilização descobre na cooperação, como um dos fundamentos da mobilização, a solução a falta de envolvimento e ações de base coletiva, assemelhando-se ao empoderamento que também encontra na cooperação voluntária entre os membros de uma sociedade condições para os seus desdobramentos.

Em ambos os casos, a cooperação surge como elemento dinamizador basilar para as desejadas transformações, mas a cooperação, no entanto, somente se consolida quando existe vontade por parte das pessoas em agirem coletivamente e conscientemente pelo desejo de melhoria da qualidade de vida de sua comunidade. Dessa maneira, Baquero (2006), diz que ela viabiliza-se pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre os cidadãos, pelas redes de envolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas.

Fatores que não são encontrados facilmente nas comunidades em geral, porém, passíveis de solução através da conscientização quanto a sua importância, já que nem todos estão imbuídos da importância de se trabalhar em conjunto. Em favor do empoderamento comunitário, a cooperação precisa pode ser inspirada, pois o caminho do empoderamento passa pela conscientização da sociedade acerca do pensar coletivo, Baquero (2006).

A ausência de uma consciência que impulse uma prática cooperativa é aliada da falta de uma conscientização política, inexistente diante a descrença e despolitização dos indivíduos que acreditam que “somente as soluções impostas de cima para baixo podem resolver os

problemas” (BAQUERO, p.61, 2006). Segundo esse autor, isso leva a paralisação dos processos participativos, e conseqüentemente, desfavorece o alcance dos benefícios coletivos da ação cooperativa e do empoderamento e torna o desafio ainda maior, mas não impossível de acordo com os resultados de uma educação voltada para a conscientização participativa.

São vários os fatores que perpassam os processos participativos e seus desdobramentos, que acabam influenciando nas condições de empoderamento comunitário, sendo que o simples desejo e retórica não dão condições a seu favor. O Turismo deve contemplar as considerações e obstáculos acerca do acordo participativo para induzir o empoderamento local que torna viável os projetos e ações afinadas com a comunidade e ainda, colabora com uma produção do saber do Turismo onde a participação comunitária obtenha uma discussão satisfatória.

2.4.5 As possibilidades de Emancipação Social por meio dos processos participativos.

A questão da emancipação como resultado desencadeado por processos participativos em comunidades invariavelmente traz o seu poder revolucionador à esteira das discussões levantadas pelo tema. A possibilidade de desdobramento da ação participante, em âmbito sociocultural, se alia ao poder transformador da emancipação social, mostrando-se como resultado de uma ação efetiva de conscientização e como resultante positiva dos processos participativos de fins multiplicadores e permanentes nas comunidades.

Ao idealizar a revolução é preciso considerar que nem sempre a perspectiva emancipatória da participação pode ocasionar efeitos transformadores na realidade social, conforme Demo (1994), a ação participante pode produzir resultados conservadores, reformistas e até reacionários. Segundo ele, de tempos em tempos a sociedade se vê diante de processos que restabelece a oportunidade dos dominados de se submeter ao juízo social, legitimando-os ou não e apresentando mudanças que podem ser pequenas ou significativas, isso por que existem duas modalidades de movimento em torno da participação, o radical que leva à transição histórica e o não antagônico que produz a permanência histórica da situação.

A lição tirada dessa ressalva permite concluir que não há transformação efetiva e permanente longe da emancipação social gerada por uma estratégia contínua de conscientização, que como ação educativa dá condições de empoderamento e constituição do capital social a uma comunidade. E a revolução, em casos de comunidades pobres e marginais ao mercado, deve se apoiar em ações conscientizadoras contínuas com a finalidade inculcar uma atitude crítica da realidade em constante mutação, permeada por uma participação emancipatória.

Muito já se falou sobre a falta de conscientização em torno da cooperação, relações de confiança e envolvimento nas questões políticas que acabam por comprometer o desenrolar das ações participativas. No entanto, essas dificuldades podem ser combatidas por meio da promoção de uma conscientização que envolva a consolidação dos benefícios em prol da comunidade, tendo como pano de fundo o exercício da participação comunitária, assim:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, p. 26, 1980).

Consciência crítica que nem sempre é contemplada em programas e projetos sociais participativos de mobilização social de ONG's e entidades do terceiro setor, seguidas de perto por alguns projetos voltados para vertente sustentável do Turismo, que segundo Gohn (2010):

Não há uma preocupação nas elaborações sobre a mobilização social quanto ao entendimento da história social e política de um povo para além de seu local imediato. As causas e a gênese dos processos de exclusão e pobreza não são analisadas. Parte-se de dada situação e busca-se mobilizar pessoas para a sua resolução, substituindo a “cultura da espera” pela “cultura da resolução, do fazer” (GOHN, p. 67, 2010).

Longe de criticar a necessária atitude comunitária em busca de solução as mazelas ou problemas que lhes aflige a intenção aqui é mostrar às evidências que cercam a necessidade de construção de um pensamento conscientizador acerca dos problemas comunitários, a sua raiz, compreensão e causas, que vem antes da conclamação à ação social usufruindo da criatividade, inovação e instrumentalização dos saberes locais com fins de mudança.

Por isso, a conscientização como ferramenta de emancipação social não pode ser abandonada nas propostas participativas, mesmo que isso implique em utopia ou idealização por parte dos envolvidos. Segundo Freire (1980), a utopia deve ser buscada como fator alcançável e condicionante da transformação do mundo, que vai ao encontro do que Demo (1984), fala quando sentencia que não há revolução sem ideologia, dando mais peso ainda ao papel da conscientização.

A emancipação é assim entendida como processo que visa à libertação humana frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados. A devida superação da relação opressor/oprimido deposita no novo homem a esperança na transformação de seu contexto, na qual a conscientização tem o papel de denunciador da opressão que rodeia a todos, e “por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os

mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, p.29,1980).

A conscientização que dá ao homem condições de reflexão sobre a sua existência, encontra na participação um convite à ação ou atuação com finalidades de transformação da realidade social. Movimento que nasce com os questionamentos acerca de sua passividade frente ao mundo conduz o homem, aos poucos, à atuação na realidade que o rodeia; é alimentada por essa dimensão ação-reflexão da conscientização que tem na luta por sua liberdade o antídoto a perpetuação das relações subjugadoras entre opressor e oprimido.

A luta pela revolução transformadora do indivíduo e de seu contexto baseada no combate a relação desfavorável de opressor/oprimido desafia as mudanças superficiais promovidas por essa situação dicotômica. O indivíduo de posse da compreensão acerca de seu subjugado, muitas vezes, enxerga na troca de posição com o sujeito opressor, o caminho para mudanças em sua condição de vida, tem contribuído para manter a ordem injusta da realidade, assim segundo Freire (1980):

Sucede que, no entanto, como deixam de ser exploradores, espectador indiferente ou simplesmente herdeiro da exploração, para passar ao lado dos exploradores, trazem sempre consigo as marcas de sua origem: preconceitos e deformações como, entre outros, a falta de confiança no povo como capaz de pensar, de querer e de saber (FREIRE, p. 60, 1980).

Ao reproduzir as condições de opressão, o indivíduo não consegue apreender que a finalidade dos oprimidos é chegar a ser mais humano por via de sua emancipação do contexto explorador em que estava inserido. O homem encontra na ação a maneira de se esquivar dessa tendência, e a participação, como a materialização dessa ação, serve ao propósito de desenvolver a ação-reflexão necessária ao salto à conscientização que se diferencia da simples tomada de consciência acerca da sua realidade, opondo-se a posição ingênua desta com o desenvolvimento crítico daquela.

A participação, então, como ação educativa em favor da ação-reflexão humana e como ferramenta de luta em busca da emancipação social, tem possibilidades de promover a aproximação entre os indivíduos e criar oportunidades de troca de experiências, de construir a confiança mútua e de descobrir recíprocas de pontos em comum ou de discordâncias com efeitos que podem ser classificados em: socializantes, integrativos e de troca de perspectivas e idéias. Assim, apresenta características de aprendizagens no decorrer dos processos participativos que vem da internalização de hábitos e a transmissão de valores aos/e pelos envolvidos.

Partindo da concepção freiriana de que os homens se educam mutuamente e do reconhecimento de que os espaços participativos dão condições para a construção da consciência crítica dos envolvidos em seus processos, tanto em relação com o outro como

com o mundo que o rodeia, então, a conscientização só faz sentido quando socializada ou realizada por um grupo, logo, não faz sentido desperdiçar o potencial emancipatório das propostas participativas que visem desenvolver o Turismo em localidades a margem do mercado, ou de qualquer outra natureza.

Infelizmente, o não aproveitamento do poder emancipatório, despertada pela conscientização, acontece em algumas propostas participativas tuteladas por projetos, programas e ONGS sendo totalmente despreocupadas com a formação consciente dos indivíduos. Algumas dessas iniciativas, nem sempre consegue casar o interesse da protagonização comunitária com a perduração do envolvimento ou da mobilização do grupo em torno de seus objetivos, por que não prevêm a fundamental libertação do indivíduo antes de se atribuir como sujeito social, e nem se atentam ao caráter contínuo da conscientização frente à dinâmica sociocultural de qualquer grupo.

Esses projetos ou programas identificam-se com a intenção de formar e persuadir os envolvidos das benesses da participação, mais do que educar visando à libertação via o despertar conscientizador, utilizando métodos da comunicação manipuladoras de opinião. O descaso com o caráter pedagógico da participação e a ênfase nos objetivos da comunicação choca-se com a idéia de considerar a contribuição dos indivíduos no processo, se aliando a uma concepção alienante de ensino que ceifa as possibilidades geradoras de conhecimento e fluxo de informações, valores e percepções, mesmo com a presença favorecedora de diferentes níveis de consciência crítica no grupo.

Na verdade, o contrário é que poderia favorecer a transformação almejada pela proposta participante – a inclusão de um projeto conscientizador – no intuito de enfrentar as limitações impostas por processos de formação sociocultural, excludentes e alienantes, onde o homem não participa por desacreditar que os resultados podem ser modificadores do seu meio social, e por não se enxergar como ator da tomada de decisão acerca do seu futuro como comunidade, ou ainda pela intimidação frente os diferentes graus de percepção e posicionamento quanto à realidade.

Da mesma maneira, ao mirar na emancipação como um dos possíveis desdobramentos positivos da participação em comunidades, concentrando-se nos aspectos de uma formação conscientizadora, nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de suas condições culturais. Significa que não tem como ignorar esses aspectos socioculturais limitadores e influenciadores do processo conscientizador e participativo – ou seja, a reprodução da lógica opressora pelo oprimido, descon siderações do potencial transformador da conscientização como ação educativa e demais especificidades associada aos processos participativos – que dificultam a consolidação da emancipação social, mesmo com esforços da formação conscientizadora.

São dificuldades decorrentes da falta de consciência do grupo a propósito de sua condição social, de suas possibilidades efetivas, da importância de sua atuação, expressados através da baixa autoestima, das diferenças na maneira de se expressar e eventual limitação do entendimento do que é dito, falta de comprometimento, não adesão aos objetivos comuns, entre outros, devidamente reconhecidos e combatidos com estratégias favoráveis a contemplação de um projeto pedagógico no âmbito da participação.

Para que a participação consiga resultados que perdure e de fato cumpra efetivamente com os requisitos de emancipação não tem como fugir do movimento conscientizador em busca da liberdade da opressão. É necessário, além da ação educativa atrelada ao processo de conscientização, considerar o contexto histórico social e as condições específicas que envolvem os processos participativos para subsidiar a adequada interpretação do contexto social e a identificação das relações de opressão, fundamental para o alcance dos objetivos coletivos de maneira efetiva e inclusiva.

Nesse sentido serão analisados os achados pertinentes que permitem a luz das categorias da dialética histórico estrutural, desvelar os limites e possibilidades das metodologias utilizadas pelo OTS de Cavalcante na transformação do fazer-saber para o saber-fazer nas práticas do turismo local.

3. ANÁLISE SOBRE OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DO OBSERVATÓRIO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL E A TRANSFORMAÇÃO DE FAZER-SABER PARA UM SABER-FAZER NO TURISMO.

3.1 Delineamentos dos Atores Sociais e Institucional do OTS

A investigação acerca dos limites e possibilidades da participação comunitária do OTS encontra na análise de conteúdo o tratamento interpretativo adequado ao contemplar um movimento reflexivo, sistemático e crítico da realidade de Cavalcante apresentada no contexto do Observatório associado a constante necessidade de superação das próprias impressões da pesquisadora como parte da equipe executora.

Partindo do conjunto de evidências foi realizada a identificação dos atores sociais e institucionais envolvidos no processo do OTS como representantes da comunidade envolvida e como entidade proponente, Centro de Excelência em Turismo. No caso, as chamadas evidências permitiram o elencamento dos atores, fundamentais a essa análise, por meio de suas falas e presenças nas reuniões, do envolvimento individual em ações colocadas pelo grupo – baseadas nas informações contidas nos doze relatos das reuniões em Cavalcante, entrevistas e demais materiais produzidos pela equipe técnica – no caso institucional, a escolha pelo trato de apenas um ator ocorreu em função do papel da instituição tuteladora no processo, sendo a responsável pela concepção teórica e metodológica do projeto.

Nesse contexto, os demais atores sociais selecionados foram identificados a partir do trabalho desenvolvido enquanto Comitê Gestor, como representante da comunidade envolvida no OTS e dos diversos setores da sociedade de Cavalcante que são, direta e indiretamente, relacionados ao turismo, como donos de pousadas, restaurante, secretários de governo municipal, comerciantes, autônomos e comunidade em geral. Dessa maneira, o perfil do Comitê Gestor configurou-se por empresários e trabalhadores ligados ao turismo de Cavalcante com maior grau de escolaridade, esclarecimentos e, teoricamente, predisposição para o envolvimento em discussões e construções coletivas pelo óbvio interesse próprio no desenvolvimento do turismo.

Os demais membros do Comitê Gestor eram representantes do governo municipal, comércio em geral e meios de comunicação com laços de origem em Cavalcante e com uma clara diferenciação entre os demais em termos de fala, escolaridade e posicionamento em relação aos interesses da comunidade no turismo. Apesar de tal configuração, a formação de um grupo com ampla representatividade comunitária era o mote do projeto que buscou focar no caráter contínuo do convite à participação com um esforço de divulgação

das reuniões através do mailing de contatos, sites, blog's, além de convocações em rádios parceiras com o anúncio da data, horário e pauta dos encontros.

Observa-se a presença de dois grupos no comitê, os “de fora” e os “de dentro” da cidade. Esta contradição é devida ao processo de migração reflexo das mudanças pelo qual vem passando Cavalcante, e a região da Chapada, desde a década de 1970, quando passou a receber moradores advindos de grandes centros urbanos em busca de uma vida mais próxima a natureza, os quais acabam encontrando no turismo uma possibilidade de ganhos e sustentação econômica.

Estas diferenças na construção da teia social foram favoráveis ao processo de instalação do OTS – como deve ser em qualquer espaço participativo e aberto, onde a diferença de *background* dos envolvidos é encarada como um elemento favorável à construção coletiva – pois, pautaram os conteúdos de ações permeadas por preocupações com a inclusão da comunidade no desenvolvimento do turismo, os resultados foram o “turismo na escola” e o “turista por um dia” definidas como prioritárias pelo grupo gestor. Num primeiro momento, pode-se dizer que isso foi o resultado da associação das opiniões e interesses dos “de dentro” – ou seja, a comunidade como beneficiária do turismo – com o desejo e a motivação de explorar turisticamente a beleza ambiental e cênica da paisagem local para os “de fora”, muito próprio de um grupo que reúne os empreendedores e investidores do setor.

Nesse sentido o convite se manteve aberto e amplo à comunidade durante o processo, sendo permanentemente receptivo a inclusões de novos participantes por livre solicitação destes e pelo interesse de participação nas ações desenvolvidas pelo OTS. Assim, inicialmente houve uma adesão inicial de 13 inscritos na primeira reunião interessados em formar o comitê, totalizando 20 inscritos ao final como membros formais do Comitê Gestor, conforme quadro demonstrativo abaixo com o perfil do grupo:

Quadro 3: Perfil do Comitê Gestor

TRADE TURISTICO				
Participantes	Nascimento	Instituição	Escolaridade	Cargo
Ana Claudia Rodrigues	1981	Arai Turismo	Superior	Diretoria
Elena Watson	1963	Pousada Aruana	Superior	Proprietária
Francisca Mota	1963	Hotel FM	Básico	Proprietário
Liliane Mascarenhas	1982	Operadora Toca da Trilha	Superior	Proprietária
Luiz Roberto	xxxx	Operadora Araí	Médio	Sócio-proprietário

Santos		Turismo		
Maira Perdigão	1982	Pousada Manacá	Médio	Sócio-proprietário
Renato Prata	1960	Pousada Aruana	Médio	Administrador
Richard Avolio	1973	Pousada Vale das Araras	Superior	Proprietário
ORGANIZAÇÃO PÚBLICA				
Antônio Alencar	1982	Secretária de Meio Ambiente	Superior	Secretário
Hernandes Pereira	xxxx	Secretária de Turismo	Superior Incompleto	Secretário
Maria Alice Silva	1958	Diretoria de Cultura	Superior	Diretora
SOCIEDADE CIVIL				
Alessandra dos Santos	1980	Estação Digital Kalunga	Superior Incompleto	Coordenadora
Elias Pereira dos Santos	1943	Bicicletário	Básico	Proprietário
Juraildes Montijo	1951	Jú Imóveis	Médio	Sócio-proprietário
Manoela Paranhos	xxxx	Autônoma	xxxx	Gerente
Michel Oliveira	1982	Rádio Comunitário	Superior	Sub-Gerente/Diretor
Wesley Sandro Bonfim	1976	Rádio Cante Mania	Médio	Locutor
ASSOCIAÇÕES EM GERAL				
João Carlos Ribas	1965	Associação de Condutores	Superior Incompleto	Presidente
Vilmar Costa	1980	Representante Kalunga	Superior	Agente

Fonte: Sampaio (2012)

Essa possibilidade de participação sem restrições à entrada ou saída no Comitê Gestor ocasionou inconvenientes em relação às constantes mudanças no grupo que acabaram por

influenciar na dinâmica de discussão e debate, sendo necessária a retomada de pontos e conclusões acordadas anteriormente em prol do fundamental envolvimento de todos em torno de um objetivo comum. Com o tempo poucos de fato continuaram indo as reuniões e participando das ações do OTS, somente 4 pessoas ficaram ativas até o final do projeto em setembro de 2012, também houve a colaboração de outros atores da comunidade que foram fundamentais para o processo, tratados como convidados, que totalizaram 28 nas doze reuniões.

A existência de espaço aberto e participativo na comunidade e a simples inclusão de um ator como membro do Comitê Gestor não garantiram uma efetiva participação do grupo, como revelou as memórias de reuniões e demais evidências. A flexibilidade participativa baseou-se em uma concepção de participação voluntária institucionalizada, ou tutelada, por um agente externo a comunidade que age provocando, e auxiliando na realização de seus objetivos coletivos. Nesse sentido, a proposta tinha a intenção de garantir uma arena de discussão favorável à construção de sujeitos em agentes transformadores de sua própria realidade, porém, não previu a descontinuidade da participação dos seus atores sociais, nem o baixo envolvimento desses no desenvolvimento das ações proposta pelo OTS e acordadas coletivamente.

Para que seja alcançada uma participação comunitária de qualidade, favorável ao empoderamento, engajamento cívico, emancipação, ou seja, ao capital social, obviamente se faz necessária à presença e assiduidade em reuniões, mas também prescindem do fortalecimento das relações de confiança, cooperação, coletividade e cidadania, gerando condições de transformação positivas para as comunidades. O comprometimento individual no desenvolvimento de ações coletivas permeia a participação e requer um grau de conscientização e sensibilização pouco comuns na sociedade brasileira em geral, por isso, e justamente por sua natureza processual, torna-se indispensável à internalização da importância participativa nesses contextos, voltando-se para o fomento e a construção de condições e relações mais favoráveis, gerando a conscientização.

Mesmo sendo relativizada diante do conceito de qualidade participativa, a presença ou frequência nas reuniões do comitê tornou-se um relevante indicador para a seleção dos atores sociais desta análise, pois revela o problema de descontinuidade por parte da comunidade e do próprio Comitê Gestor no OTS. Porém, foi somada a assiduidade a outros modos de participação da comunidade que refletem os diferentes *backgrounds* e limitações dos indivíduos envolvidos – a saber: falas e intervenções nas reuniões e tarefas assumidas no âmbito do comitê.

Baseado nos critérios de presença, envolvimento nas ações prioritárias do grupo e colocações em reuniões do Comitê Gestor, conforme exemplificado no quadro 4 abaixo, foi feita a escolha dos atores sociais para as análises: Maria Alice Ferreira (ator 1), João Carlos

Ribas Ramos (ator 2), Alessandra Rosa dos Santos (ator 3), Elena Watson (ator 4) e Richard Avolio (ator 5).

Quadro 4: Quadro de Participação dos Atores Sociais

TRADE TURISTICO				SOCIEDADE CIVIL			
Participante	Presença nas Reuniões	Participação em Atividades	Nº de Falas	Participante	Presença nas Reuniões	Participação em Atividades	Nº de Falas
Ana Claudia Rodrigues	07	03	02	Alessandra dos Santos	08	03	01
Elena Watson	05	03	02	Elias P. dos Santos	01	—	—
Francisca Mota	04	—	02	Juraildes Montijo	04	—	—
Liliane Mascarenhas	03	01	03	Manoela Paranhos	01	—	—
Luiz Roberto N. Santos	02	—	05	Michel Oliveira	04	—	09
Maira Perdigão	05	—	03	Wesley Sandro Bonfim	01	—	—
Renato Prata	02	—	01	_____	—	—	—
Richard Avolio	03	02	07	_____	—	—	—
TOTAL	31	09	25	TOTAL	19	03	10
ORGANIZAÇÃO PÚBLICA				ASSOCIAÇÃO EM GERAL			
Antônio Alencar	04	—	07	João Carlos Ribas	10	10	14
Hernandes Pereira	04	02	13	Vilmar Costa	01	—	—
Maria Alice Silva	12	04	04	_____	—	—	—
TOTAL	20	06	24	TOTAL	11	10	14

Fonte: Sampaio (2012)

Ressalta-se que a quantidade de intervenções ou falas durante as reuniões não tiveram tanto peso quanto o envolvimento nas execuções das ações prioritárias, das atividades propostas no decorrer dos encontros e oficinas, no empenho individual de divulgação e convite a participação para outras pessoas da comunidade, assim como a frequência até as últimas reuniões do projeto. A tentativa foi de eleger atores representativos que de fato participaram do processo e se envolveram nas ações, atividades e oficinas trazidas sejam

pela equipe técnica ou propostas pelo grupo, mesmo com evidentes dificuldades para se colocar em público e com limitações econômico-sociais frente à maioria dos inscritos no comitê.

Essa forma de análise tentou capturar o movimento dialético entre a teoria e prática nos processos participativos que nem sempre é considerado pelas metodologias adotadas nesse tipo de iniciativa, mesmo sendo evidente a existência de diferentes modos de participação em grupos comunitários. No caso, a concepção do projeto baseou-se em uma ideia equivocada sobre a participação, compreendendo-a como algo homogêneo e harmônico, entretanto, no decorrer do trabalho revelou-se sua força conflituosa e heterogênea que, contraditoriamente, tanto pode ser benéfica como maléfica a participação, disso dependendo a maneira como é encarada e/ou pautada na condução dos grupos sociais diversos.

No que tange a escolha do ator institucional, o Centro de Excelência em Turismo (CET), devido ao seu papel de liderança e de idealizador da iniciativa, desvelou-se como o referido ator nesta análise, e por se responsável pelo discurso teórico-metodológico apresentado pelo projeto. O CET foi representado por uma equipe executiva ou técnica composta por geógrafos, turismólogos e economistas com a seguinte configuração: coordenação geral do Observatório para o Turismo Sustentável (Prof.^a Dr.^a. Maria de Lourdes Mollo), coordenação núcleo de desenvolvimento sustentável (Prof.^a Dr.^a. Iara Brasileiro), coordenação executiva (Elisângela Machado), gestora de projetos (Luciana Cavalcante), analistas técnicos (Karen Basso, Ananda Martins e Vinícius Quintão), técnica em turismo (Ana Claudia Sampaio), apoio técnico (Dazia Bezerra), agente local (Pablo Betancor).

Por motivos de diversas ordens, no decorrer do processo a equipe sofreu algumas alterações em sua estrutura como mudanças de cargo, novas contratações de analistas, ausência de gestor de projeto. Mas apesar de tais mudanças terem comprometido o andamento do projeto, principalmente quanto à agilidade no desenvolvimento das ações previstas em cronograma, pois tinha o encerramento previsto para julho de 2012 e se estendeu até setembro de 2012, não ocorreram mudanças significativas no direcionamento das atividades que foram executadas em conformidade com o planejamento inicial do projeto.

Como parte da equipe técnica houve a colaboração de um agente local, contratado no início do projeto para desempenhar o papel de mediador entre o CET e a comunidade como medida de facilitação comunicativa, e de intervenção do OTS no contexto que voltava a Cavalcante, após um período de ausência devido à descontinuidade imediata da primeira edição do projeto. A escolha do agente local mostrou-se acertada pelo empenho pessoal demonstrado durante todo o processo, mas também por ter se tornado referência para a comunidade, mesmo não sendo natural de Cavalcante este conseguiu a confiança dos

grupos envolvidos no processo, que foi de fundamental importância para a mobilização dos participantes.

A equipe responsável pela execução contou ainda com o apoio de um grupo consultivo e deliberativo interno do CET, denominado Comitê Técnico que auxiliava na tomada de decisão e direcionava as ações conforme os princípios do OTS. O Comitê Técnico era formado pela coordenação geral, coordenação do núcleo de desenvolvimento sustentável, direção do CET, equipe executiva e os demais convidados que variava de acordo com a necessidade da pauta a ser discutida. Inicialmente, as reuniões entre os dois grupos aconteciam após os encontros mensais de Cavalcante para o devido repasse das informações acerca do andamento do projeto, contudo, no mês de dezembro de 2011, com a intenção de dar celeridade ao processo ficou acordado que seus membros somente seriam convocados para momentos específicos com contribuições direcionadas a partir da expertise de cada um.

A convocação de todo o Comitê Técnico não voltou a acontecer, apesar de ter sido acordado no último encontro que ocorreria uma convocação geral de seus membros para validação da revisão teórico e metodológica, em curso naquele momento, elaborada pela equipe técnica/executiva do projeto. Conforme a coordenação executiva da proposta as reuniões do Comitê Técnico não foram produtivas na busca de soluções adequadas às comunidades por demandarem soluções em longo prazo, ou, que envolviam recursos não disponíveis, além da dificuldade de compatibilizar as agendas dos seus membros dentro de uma margem de tempo favorável ao cronograma executivo. Isso denota uma verticalização por parte da equipe técnica no sentido de não contemplar as opiniões e contribuições do comitê na consecução do projeto em nome do prazo de finalização estabelecido junto à entidade financiadora, Fundação Banco do Brasil.

A possibilidade do aporte interdisciplinar trazido pelo Comitê Técnico não deve ser descartada aleatoriamente frente à imposição de prazos estabelecidos comum acordo com os financiadores, justamente, por serem tão caro as metodologias participativas que demandam contribuições de diversas áreas para a solução de problemas, em geral de cunho social e econômico, em localidades distantes e fora da lógica globalizada de mercado. Nesse sentido, o que está em jogo não são apenas as demanda que se referem às metodologias participativas, mas um conjunto de variáveis que condicionam o sucesso desse tipo de trabalho e que envolvem: tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa-ação de maneira coerente com ação/problema e as próprias necessidades do projeto como a disponibilidade de recursos e o compromisso do CET diante a consecução de tal desafio.

A distância entre a teoria que recomenda e enfatiza os aspectos específicos dessas metodologias e prática que descarta as contribuições teóricas fundamentais ao exercício reflexivo teoria-prática-teoria, revela mais uma contradição na concepção do projeto que

acabou por comprometer não somente a efetividade do projeto, mas também a credibilidade da instituição que ao assumir o compromisso do OTS junto à comunidade não conseguindo dar repostas adequadas aos problemas levantados por sua iniciativa.

3.1.1 Análise dos achados a partir do contexto dos atores sociais

As concepções mais presentes nas falas dos atores sociais analisados faziam referência ao conceito de *turismo e participação* a partir de suas compreensões quanto as dificuldades e avanços do OTS que conseqüentemente evidenciavam as contradições e mediações de todo o processo, totalizando 8 citações acerca do turismo e 7 sobre a participação.

A concepção de turismo como fenômeno sociocultural, bem além da simples apreensão deste como objeto de consumo no sistema econômico, balizou o trabalho de análise e interpretação das falas dos atores selecionados. A intenção é tornar clara a importância da apropriação dos conceitos repassados durante o processo de participação no observatório ou elaborados pelos atores sociais no decorrer do projeto, no sentido de orientar e auxiliar na transposição para concepções mais amplas e coerentes com a proposta participativa. Assim percorrer-se o caminho de um fazer-saber para o saber-fazer destes atores sociais.

Segundo o ator social 1 (Maria Alice), a dificuldade para o turismo se exprime na baixa divulgação da cultura local como elemento de atratividade, onde *“não houve um cuidado em se pensar no turismo como parte interessada quando foram produzidos vídeos sobre a história e identidade de Cavalcante, sendo distribuídos somente em âmbito escolar”*. Posteriormente, como avanço e em respaldo a percepção quanto à importância da cultura, mostrou-se em sua fala uma preocupação com a inclusão do artesanato e seu modo de fazer, assim como de produtos produzidos localmente como a Cerveja Aracê no roteiro de visitação promovido como ação prioritária à conscientização local acerca da importância do turismo para a comunidade.

Isso revelou a mediação existente entre a cultura e o desenvolvimento local que se diferencia de outras localidades da Chapada justamente pela manutenção de suas manifestações culturais tradicionais e características próprias, favorecendo a apreensão por parte dos envolvidos da complexidade do turismo que envolve o caráter social, cultural, ambiental e econômico. A fala do ator social 1, ainda evidência uma compreensão de saber-fazer que reflete nas suas sugestões de participação e de ações a serem desenvolvidas pelo grupo.

Para o ator social 2 (João Ribas), a sua fala revelou uma concepção fragmentada de turismo ao destacar a importância de seu poder econômico ao colocar que *“deve ser despertada nos participantes da visita técnica o entendimento dos benefícios econômicos da atividade turística, ou seja, que grande parte da população pode obter vantagem com o turismo”*. O

que revela uma concepção de turismo calcada no econômico, buscando convencer a comunidade das possibilidades de ganho, e tornando-as mais amigáveis aos turistas e ao desenvolvimento turístico de Cavalcante.

O mesmo ator, porém, avançou teoricamente em sua concepção ao dizer que “*os exemplos das outras cidades da Chapada serão norteadores das ações de Cavalcante, no entanto, a responsabilidade para o desenvolvimento sustentável do turismo é compartilhado com os donos dos atrativos, guias, pousadeiros, respeitando a história e a cultura da cidade, e o poder público, fiscalizando e regulando a atividade*”. O Ator social 1 chamou atenção para uma nova perspectiva do fazer-saber turístico ao defender o respeito à cultura, a história local e a preservação ambiental e social no turismo, contrapondo-se aos impactos negativos da atividade de outras localidades da Chapada.

Apesar do destaque dado as questões sociais, ambientais e culturais para o desenvolvimento do turismo não ficou clara a motivação ao incluí-las, se em favor da comunidade ou de apenas um rótulo sustentável a prática turística; entretanto, não pode deixar de ser considerado seu avanço teórico – mesmo sendo contraditório por defender uma interação idealizada entre o setor público e privada em prol do turismo, que se encontra desvirtuada na maioria das localidades turísticas, ao mesmo tempo em que relega a comunidade a um papel secundário – que se reflete em suas ações no decorrer do processo, envolvendo-se ativamente nas iniciativas a favor da inclusão, conscientização e participação comunitária no turismo.

O ator social 3 (Alessandra dos Santos) avançou em sua concepção ao compreender a importância do trabalho coletivo para se desenvolver o turismo local que denota uma percepção além de uma simples atividade de mercado, conforme sua fala “*trabalhei nos dois momentos do projeto e vi que, embora algumas pessoas falhem, muitas outras são unidas e têm interesse em trabalhar pelo turismo da cidade. Eu mesma corria atrás de pessoas para participarem das reuniões*”. As tentativas de angariar a presença e a participação de outros atores da comunidade nas reuniões respaldam o avanço de ordem prática em sua concepção do turismo, revelando uma apreensão do conceito de saber-fazer turístico por parte do ator em pauta.

No caso do ator social 4 (Elena Watson) notou-se em sua fala uma dificuldade de se compreender a concepção de turismo para além das questões mercadológicas, ao defender o monitoramento como a ferramenta principal do OTS, pois “*as pesquisas são importantes, principalmente para o empreendedor, pois é a única forma de conhecer a avaliação que seus clientes fazem de seus serviços e equipamentos*”. Apesar do foco do ator nas pesquisas de mercado ser desfavorável a compreensão do turismo como fenômeno sociocultural, a atitude de defesa e envolvimento para a continuidade das pesquisas é

interpretada como ideal no contexto da proposta do OTS que enxerga no monitoramento da atividade a possibilidade de realização de uma gestão compartilhada eficaz.

O discurso reproduzido pelo OTS, em relação às pesquisas, e consumido pelo ator social 4 gerou uma fragmentação em seu conceito pois reduz a complexidade do turismo a uma atividade mercadológica, limitando a amplitude do conceito de sustentabilidade, assinalado no próprio nome do projeto, para uma simples operação prática de monitoramento da oferta e demanda do município em favor dos empresários e demais investidores do setor, reduzindo o entendimento de sustentabilidade à sustentabilidade econômica.

O ator social 5 (Richard Avolio) acentuou em seu discurso que o turismo tem trazido importantes impactos positivos para Cavalcante e a comunidade como um todo, mas que não são facilmente identificados pela maioria – *“o crescimento do comércio local nos últimos anos e a valorização de terrenos foram impulsionados pelo turismo, tendo um impacto extremamente positivo para a população como um todo, porém, muitos não conseguem ter essa percepção”* – avançou ao reconhecer a importância das ações participativas do OTS e a necessidade de entendimento por parte da comunidade da relevância do turismo para Cavalcante – *“as linhas de ações propostas pelo Observatório são necessárias, a população tem de entender a importância do potencial do turismo para a cidade”* – mesmo não ficando evidente qual sua concepção, nessas falas, quanto a natureza dos benefícios para a comunidade e seu conceito de participação.

De maneira geral, todos os cinco atores sociais analisados apresentaram avanço em suas compreensões acerca do turismo, porém, contraditoriamente, ainda estão ligados a conceito do turismo como atividade econômica de forte poder de empregabilidade e geração de renda, ou seja, revalidam o discurso empírico sobre os benefícios do turismo como solução para os problemas de regiões pouco desenvolvidas que buscam através dele novas oportunidades de desenvolvimento, buscando equilibrar as concepções românticas e idealizadas com advertências em relação ao potencial impacto negativo ocasionado ao meio ambiente e a cultura local, citando sempre o exemplo do que vem acontecendo em outras localidades da região.

As aproximações ao conceito amplo de turismo ficam por conta do reconhecimento da importância da participação da comunidade, bem como da percepção quanto à cultura e o respeito ao contexto histórico do local para a “exploração” da imagem de Cavalcante como destino possuidor de uma identidade tradicional preservada. Atualmente, a localidade recebe um perfil turista diferenciado daqueles do resto da Chapada que vem motivado pela

tranquilidade, exuberância da natureza e pela existência do maior quilombo do país²², no entanto, segundo os atores analisados, a cidade não apresenta opções culturais aos turistas, pois as manifestações ficam restritas as romarias e datas comemorativas próprias das comunidades, além de não possuir museus com a história local, ou mesmo da região.

Apesar da fragmentada concepção do turismo como atividade de mercado com ênfase no seu poder econômico, foi possível constatar indícios de uma transposição de fazer-saber para um saber-fazer turístico por parte dos participantes, a partir do envolvimento em ações a favor da conscientização da comunidade, de ações de valorização histórica e cultural, além de colocações em prol da união e participação de todos no desenvolvimento do turismo, como exemplo de ação pró-ativa da comunidade cita-se o Projeto Turismo na Escola. No entanto, considera-se ainda incipiente a concepção do grupo quanto ao saber-fazer turístico que permita uma compreensão complexa e dinâmica deste fenômeno sociocultural.

No quesito participação comunitária foram analisadas as referências de todos os atores sociais selecionados a tal concepção, resultando num ideário conforme o construído no tema turismo. Dessa maneira, entendeu-se participação comunitária como um envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.

A partir das colocações do ator social 1 foi possível perceber um avanço em sua compreensão ao convidar e defender a importância do acompanhamento e envolvimento do Comitê Gestor, enquanto comunidade, no planejamento anual das escolas de Cavalcante, sendo sua fala – *“é necessária a participação do Comitê Gestor no planejamento anual das escolas para o próximo ano, convido todos a participarem na segunda quinzena de janeiro”*. Tal colocação, somada a frequência nas reuniões e natureza das atividades executadas por este ator em prol da ação prioritária escolhida pelo grupo – visita técnicas a atrativos, pousadas e restaurantes por pessoas da comunidade como mecanismo de conscientização acerca do Turismo – demonstrou adequada apreensão acerca das concepções sobre a participação comunitária e o turismo, ocasionando um envolvimento efetivo no processo do OTS.

Como resultado da evolução do ator social 1, ou como resultado de seu envolvimento e percepção quanto aos processos participativos no turismo, tem-se uma relação implícita de mediação com a autonomia revelada pela sugestão de buscar outras alternativas fora do

²² Comunidade quilombola Kalunga

governo municipal para o custeio e operacionalização das ações prioritárias do Comitê Gestor – *“existe uma dificuldade em acionar o transporte junto a prefeitura durante a semana por conta das escolas. É melhor ser viabilizado pelo grupo e por empresários, do mesmo jeito a alimentação para as visitas”* – ao contrário de criticar ou defendê-lo, apenas enfatizou como seria mais fácil se a solução e execução das ações fossem de iniciativa do grupo.

A autonomia percebida no ator social 1 desvela-se em empoderamento, indiretamente, por tentar reverter obstáculos em soluções e sugestões aos membros do comitê sem esperar por parcerias significativas. Dessa maneira, para o ator em pauta constatou-se um ganho quanto às concepções dos temas turismo, participação comunitária e empoderamento que validam a importância de iniciativas participativas no turismo, mesmo sendo esses avanços tão restritos.

Os demais temas não foram abordados pelo ator social1, mesmo indiretamente, servindo para demonstrar a ausência de abordagens aprofundadas com o grupo quanto ao desenvolvimento dos processos participativos com vistas ao engajamento cívico, emancipação, uso do capital social e transposição para um saber-fazer turístico e suas concepções. Ressalta-se que o tema saber-fazer turístico e capital social, não permitem uma apreensão adequada quanto à concepção dos atores sociais, se restritas a análise de suas falas, por isso foram analisados as alterações de suas concepções, ações e sugestões como um todo.

Para o ator social 2, o baixo índice de envolvimento por parte da comunidade compromete o resultado dos processos participativos – *“o trabalho do CET foi fundamental, Pablo teve uma atuação excelente, as reuniões atraíram muitas pessoas, a situação estava indo bem, mas poderia ter tido mais participação”* – principalmente, porque *“a população ainda não compreendeu sua função nesse contexto, nem os benefícios do turismo para Cavalcante”*. Sua fala demonstra a internalização dos princípios da participação comunitária como fator fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo e clareza quanto às responsabilidades do grupo– *“a comunidade é que deve decidir entre o turismo ou outras atividades, como a mineração, que podem ser paradoxais em relação ao futuro da cidade”* – assim, avançando em sua concepção prática e teoricamente sobre a participação comunitária.

Contraditoriamente, o avanço apresentado pelo ator quanto concepção de participação se choca com a compreensão de turismo como atividade econômica, focada no seu pleno desenvolvimento e no compartilhamento de forças entre os empreendedores e o poder público, com evidente exclusão da comunidade nesse contexto. A alusão ao respeito à história e a cultura local não consegue contemplar a comunidade, que demonstra a contradição existente entre as concepções de participação comunitária e turismo, e ainda a

alienação do ator quanto ao conceito amplo de turismo desfavorável aos reducionismos da prática mercadológica.

Essa compreensão de turismo, da mesma maneira, também não tem aderência aos princípios de emancipação social, por ele defendidos, chegando até a contradizê-la ao afirmar que *“a conscientização acerca do turismo deve começar nas escolas como base fundamental das sociedades”*. Inova ao destacar a importância da educação comunitária a favor do turismo, mas implicitamente revela essa contradição com o turismo que como atividade de mercado não requer uma ação emancipatória educativa, muito menos *“o envolvimento da prefeitura para sua multiplicação em âmbito escolar”*, conforme defendido pelo ator – denominada ação Turismo na Escola – *“que vem colaborar para um novo desvelar da comunidade sobre Cavalcante”*.

Por outro lado, o seu entendimento de participação comunitária trouxe uma aproximação do conceito de empoderamento, explicitamente presente nas atitudes e intervenções em pauta, mesmo sem uma citação direta ao termo, se enquadrou nesta concepção – *“a continuidade das pesquisas pode ser assumida pelos condutores, evitando, assim, a vinculação com o poder público”*. A iniciativa do ator diz muito sobre o empoderamento, que inegavelmente, em parte, resultou da internalização dos princípios de protagonismo social por ele absorvido que denota uma mediação de autonomia em relação ao OTS e ao poder público.

O mesmo pode ser dito em relação ao surgimento de uma iniciativa em âmbito do comitê gestor, por parte de alguns participantes, para a formação de uma associação com a função de unir o chamado *trade* turístico, angariar recursos e dar continuidade as ações do OTS, denominada Associação Comercial Chapada Sustentável. O grupo, formado pelo ator social 2, ator social 5 e empresários do setor, imbuído da necessidade de articulação e organização coletiva deu prosseguimento a idéia, reunindo-se em paralelo as três últimas reuniões do projeto conseguiu elaborar e validar o estatuto da dita associação. O Comitê local, conforme registro da 12ª reunião, bem como a equipe técnica do projeto em seu relatório final, reconhecem o valor dessa proposta como resultado do empoderamento alcançado pelos participantes do processo.

O ator social 2 apresentou avanços teóricos e práticos em sua concepção quanto aos temas de participação comunitária, empoderamento, emancipação em suas falas, ações, sugestões e envolvimento ativo em prol do desenvolvimento das escolhas do Comitê Gestor e da inclusão da comunidade no turismo. Em especial quanto ao tema empoderamento revelou indícios a seu favor ao defender apoio do comitê para construção do lixão de Cavalcante, por entender que o grupo constituía-se *“em uma importante força de pressão local”*, ampliando as pautas de discussões do grupo.

No caso do ator social 3 pode-se dizer que apresentou um avanço em sua concepção de participação comunitária ao afirmar sua posição de que *“só não participa quem não quer,*

porque, segundo ele, há mesmo os que só querem criticar. Sou sozinha, minha mãe e minhas irmãs se mudaram de Cavalcante, mas eu nunca desanimei". Essa colocação demonstra o sentimento de identificação e pertencimento de alguns ao local que não cogitam o abandono de suas iniciativas, justamente por suas relações emocionais e afetivas com a localidade, compondo as motivações para a sua mobilização que acabam por favorecer sua autonomia como ator social no desenvolvimento do turismo.

No caso do ator social 3, teve sua concepção atrelada ao empoderamento por defender a continuação do trabalho, apesar do término do projeto – *“o projeto não devia parar, principalmente com o trabalho nas escolas. Podemos nos organizar no Comitê e continuar a desenvolver o trabalho de dois em dois meses nas escolas”* – essa colocação se impõe como resultado de um processo individual de internalização da importância do trabalho conjunto em prol de um objetivo, sua relação de autonomia aos processos participativos induzidos por atores externos e instituições. Ressalta-se que o grupo gestor se organizou em torno de tal ação, mas por motivos de descontinuidades do CET o prosseguimento dessas atividades ficou comprometido.

O ator social 4 não apresentou falas e/ou elementos suficientes que possibilitasse uma adequada análise e a apreensão quanto aos demais temas, salvo sua compreensão limitada de turismo que revelou uma concepção fragmentada do mesmo. Apesar do pouco material associado às intervenções que não permitiram uma adequada compreensão de suas concepções, o ator social 4 se envolveu na consecução das ações prioritárias colocadas pelo comitê e nas demais decorrentes do processo.

Para o ator social 5 houve uma dificuldade em se desenvolver um trabalho de natureza participativa sem o devido envolvimento da comunidade – participação comunitária – sendo que com sua falta se compromete todo o processo. Com o mesmo tom, avançou em sua concepção ao reconhecer sua própria ausência, e, do *trade*, nas propostas de participação, ou, de união de todos em prol de objetivos comuns. Porém, ainda de acordo com sua fala, houve um desestímulo de sua parte as ações de cunho emancipatório colocadas pelo grupo – *“existe uma dificuldade em relação aos custos desse tipo de ação estruturante, além de ser estabelecido um prazo muito curto para isso”*. Suas colocações enfatizam uma contradição entre o reconhecimento da importância da participação comunitária, e a dificuldade em compreender a natureza processual das construções do grupo que são permeadas de avanços e recuos, de disputas de poder e diferenças intencionais.

Da mesma maneira, a posição adotada por esse ator ao se referir aos problemas do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), como ferramenta de empoderamento local, também denota uma contradição implícita por atribuir a falta de interesse e comprometimento do poder público local a inatividade deste no último ano, que teria o papel de unir o *trade* local – *“O COMTUR tem todas as condições de ser uma ferramenta de*

coesão entre o trade, mas por falta de comprometimento e de interesse do poder público local está inativo há um ano". Dessa maneira, apresentou uma limitada visão quanto às propostas participativas por entender que são dependentes do poder público, ou, de uma entidade tuteladora, sendo que tal conselho caracteriza-se por ser uma articulação do chamado *trade* turístico com a comunidade, somente a lei é estabelecida pelo poder público. As análises acerca da participação comunitária permitem concluir que houve um avanço quanto às concepções e atitudes, como o entendimento e a compreensão dos preceitos que envolvem os processos participativos, mesmo com as contradições do processo e as percepções pessimistas de muitos – decisões de futuro, descrença da maioria e o baixo envolvimento em questões de interesse coletivo – os atores ainda conseguem acreditar na validade dessas iniciativas.

No que se refere à concepção de empoderamento, considerando três dos cinco atores, a investigação revelou que essas nem chegaram a ser formuladas explicitamente pelos atores sociais analisados, contudo, foram relacionados diretamente ao conceito devido à presença de manifestações e sugestões calcadas nos princípios do protagonismo social com evidências de empoderamento, a partir do desenvolvimento de soluções pontuais, ou, gerais, e propostas autônomas em relação à entidade chanceladora do processo pelo ator institucional - CET. Sendo que dos outros dois atores analisados, um apenas apresentou baixa compreensão em relação a esse tipo de ação e uma postura desestimuladora, o outro ator não constituiu evidências para uma análise desse item.

Em relação aos temas engajamento cívico e emancipação somente o ator social 2 e ator social 5 se referenciam indiretamente a essas concepções, apenas no caso do ator 2 houve uma compreensão positiva quanto a emancipação com a defesa da importância de ações educativas e conscientizadoras da comunidade a respeito do turismo e sua cidade, começando pelas escolas e visando um novo desvelar sobre Cavalcante por parte de sua população. Apesar de não ter sido constatado nenhuma alusão à necessidade de emancipação da comunidade, os demais quatro atores se envolveram no planejamento e operacionalização das ações de conscientização em torno do turismo para a comunidade e das ações do Turismo nas Escolas que visa formar professores da rede pública a respeito das questões que envolvem o turismo em Cavalcante, incluindo-o como tema transversal no currículo escolar²³.

²³ Esse projeto denominado Turismo na Escola é uma demanda da comunidade desde a primeira edição do OTS, somente agora conseguiram elaborar uma proposta que já está em execução, prevê a realização de um curso de extensão para os professores da rede pública de ensino com o intuito de nivelá-los sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais do turismo, para que possa

Da mesma maneira, o ator social 2 também revelou indícios favoráveis ao engajamento cívico ao tentar mobilizar o comitê gestor do OTS a favor da construção de um aterro sanitário na localidade, contudo, por não encontrar correspondência em nenhum outro ator analisado pode-se concluir que sua concepção vem sendo construída ao longo de sua trajetória de vida, provavelmente, em momentos anteriores ao OTS.

Dando prosseguimento a análise, seguem os achados dos atores sociais entrevistados no sentido de ampliar a investigação e a percepção acerca dos atores sociais e suas concepções sobre os temas pautados. Ressalta-se que as diferenças manifestadas pelas variadas opiniões e respostas dos atores sociais ajudam a entender que as concepções, de um modo geral, são construídas individual e coletivamente durante processos dessa natureza, ou seja, de cunho participativo, e que em nada desfavorecem a análise aqui empreendida, ao contrário, auxiliam na composição analítica acerca do projeto como um todo.

Assim, o questionário foi aplicado para o ator social 2 (João Ribas) no intuito de consolidar a análise empreendida inicialmente quanto ao seu discurso percebido no decorrer do processo, bem como, esclarecer alguns pontos passíveis de questionamento que não foram detidamente verificados.

Em relação ao tema turismo, o ator social 2 afirmou que “sim”, houve ganho para sua compreensão ao participar do OTS, porém, confirma que *“minha compreensão real veio da participação e ação voltada o turismo de forma direta e ativa, ao longo dos anos que estou em Cavalcante, atuando como Guia e envolvido nas questões de política pública de meu município. A participação no âmbito do Observatório também contribuiu, em muito, para essa compreensão, mas, não foi a única”*. Na verdade, segundo esse ator o ganho em sua concepção se deve a soma de sua experiência profissional com as demais vivências ao longo de sua vida na localidade que lhe conduziram ao entendimento de que *“o caminho da indústria turística (ecoturismo) é a saída mais viável para a economia local. Sendo bem feito, pensado e planejado, tem como atender uma demanda por emprego e trabalho para boa parte da população que além de ter poucas opções, ainda vive em lugares de difícil acesso e deslocamento”*.

Visão fragmentada atrelada a “indústria” turística e incompatível com a sustentabilidade pretendida pelo projeto, o ator social 2 enxerga o turismo como solução para as problemáticas locais que demandam adequações conforme as exigências do mercado, *“há que se pensar no micro e no macro, na ação específica e local, mas também na*

ser trabalhado de forma transversal dentro de sala de aula e formado multiplicadores do tema na comunidade.

infraestrutura de base para atender esse mercado em expansão, envolvendo e pensando em termos de região e não somente da área do nosso município”, complementada pela sentença de que “turismo é uma prática econômica multidisciplinar e, talvez, a mais lúdica de todas”.

Apesar confusão teórica expressa na concepção teórica e conceitual quanto ao turismo, essas afirmações são importantes no contexto de atuação do ator 2 que defendeu ativamente propostas do comitê gestor voltadas para a comunidade como a Ação Turismo na Escola e Visita Técnica aos atrativos, tendo como público alvo os trabalhadores do setor que nunca tiveram condições e oportunidade para conhecê-los. O que denota avanço de ordem prática no turismo, em contraponto a sua compreensão teórica fragmentada acerca do tema ao focar no mercado e, contraditoriamente, discursar sobre a ludicidade e multidisciplinaridade que envolve o turismo.

Ao contrário do ator institucional e dos demais atores entrevistados, o ator social 2 apresentou uma visão positiva acerca da participação no contexto local, fazendo inclusive um texto em defesa da mesma – *“nos dias de hoje a informação, em qualquer nível, é cada vez mais acessível a todos, portanto, naturalmente, há um interesse crescente em todas as coisas que afetam a nossa vida e nosso dia-a-dia. Entendo que é um processo que cresce e se multiplica, embora ainda possa ser considerado pequeno”* – apesar de reconhecer que ainda é pequena, ele entende o caráter processual da participação e não deixa de acreditar em nas possibilidades de tais iniciativas, o que consolida o avanço teórico do ator em relação ao tema em pauta.

Essa positividade em relação à participação da comunidade de Cavalcante encontra eco também na resposta sobre o questionamento acerca da ocorrência de mudanças no modo de agir dos envolvidos, afirmando que *“sim, custosa, mas sim, as ações propostas tiveram um envolvimento razoável e quem participou, gostou e se motivou”,* e creditando esse envolvimento como contribuição do projeto ao desenvolvimento do turismo local ao ser inquirido se houve ou não tal auxílio – *“sim, porque houve algum envolvimento e uma motivação que tem um feito multiplicador”.* Segundo esse ator, não foi somente sua concepção de turismo que se consolidou após o OTS, também seu modo de participar, sendo que tem *“atuando com mais assertiva e positivismo, principalmente em relação à comunidade nativa”.*

Em continuidade, para o ator social 2 o OTS foi *“mais uma iniciativa, dentro do pensamento moderno, de educar através da motivação e da consciência das responsabilidades dos indivíduos participantes, em alterar seu destino e sua vida ao assumirem sua verdadeira condição de cidadãos”,* sendo ele o único que compreendeu a proposta da participação e sua importância para a ocorrência de mudanças favoráveis e permanentes no contexto local, conclui-se que esse ator se diferencia dos demais por sua compreensão individual e o

modo como se coloca no mundo, construída ao longo de sua vida. A resposta demonstra ainda o ideal de empoderamento, emancipação e engajamento cívico do ator em relação ao processo participativo analisado que se inscreve como avanço de natureza teórico do mesmo.

Em prol da iniciativa do OTS, o ator social 2 citou que o que mais lhe agradou foi “*o direcionamento para o empoderamento e não a tutela; o conhecimento do ponto de vista dos participantes, através das salutares discussões*”, que indica além do perfil diferenciado deste, também por ser o único a observar a necessidade de protagonismo social, uma certa compreensão acerca da importância do empoderamento em tal contexto, listando como maior benefício deixado pelo OTS o de “*mostrar que a comunidade é capaz de planejar e executar seus objetivos*”; respostas que indicam avanço teórico no entendimento do ator social 2 quanto ao tema empoderamento.

Como colaboração metodológica a iniciativa do OTS no quesito participação, o ator social 2 colocou que “*a pouca participação em alguns momentos e, na segunda edição, a falha dos organizadores da UnB (por motivos internos)*” foi o que menos agradou no projeto, servindo elementos para reflexão acerca do que foi transmitido para a comunidade.

No caso do ator social 5 (Richard Avolio), o questionário serviu como instrumento para melhor apreender o seu posicionamento diante os temas abordados e o projeto de maneira geral. Assim, em sua fala enfatizou que sua compreensão sobre o turismo não foi mudada pelo projeto e esclarece qual é o seu entendimento sobre, “*turismo é o ato de uma pessoa se deslocar de seu domicílio para uma outra localidade, permanecendo ao menos 1 noite. Os objetivos que levam a estes deslocamentos podem ser diversos: trabalho, saúde, lazer, esporte, história e cultura, descanso, etc*”. O que permite concluir que o ator 5 apresentou uma dificuldade em assimilar a complexidade do conceito de turismo ao focar nos aspectos objetivos e quantitativos da atividade, baseado numa definição derivada da concepção da OMT.

Em relação ao tema participação comunitária, o ator social 5 dissertou sobre o baixo envolvimento das pessoas nas decisões acerca dos problemas locais e, ainda, acrescentou que, até o momento, o OTS pouco colaborou para a ocorrência de mudanças nesse aspecto. Como avanço defendeu a importância da discussão em iniciativa desse cunho ao responder que “*toda discussão sempre traz algo positivo. O simples fato de haver pessoas tratando do assunto já é um resultado positivo*”, complementando ao dizer que o que mais lhe agradou na participação foi “*ouvir as opiniões e colocações dos participantes*”. Em ambos as colocações o ator avançou teoricamente em sua compreensão ao entender a importância da participação comunitária, na prática o ator disse que “*não houve mudança, permaneço tão atuante como antes*”.

Em suas respostas o ator social 5 revelou a sua falta de compreensão ou desinformação quanto ao potencial de empoderamento, emancipação, engajamento cívico em propostas de natureza participativa como o OTS, entendendo-o apenas como *“um fórum de discussão dos problemas relacionados com a cadeia turística. Um laboratório para a Universidade e seus alunos.”* E por fim, o ator em pauta em contribuição crítica a metodologia do projeto indicou como ponto negativo *“o foco no método e nas fórmulas acadêmicas de se conduzir as reuniões, o que torna-se cansativo e pouco produtivo”*. Que deve ser mais bem discutido no próximo ponto da presente análise.

O ator social 6 (Liliane Mascarenhas) foi selecionado para entrevista por sua representatividade no setor turístico, tratando-se de uma empresária do turismo (Operadora Toca da Trilha) e presidente do Comtur (Conselho Municipal de Turismo), apesar da pouca participação nas ações e presença não muito ativa nas reuniões, envolveu-se pontualmente na operacionalização da visita técnica aos empreendimentos e atrativos da localidade – ajudou na elaboração do roteiro – o que não lhe garantiu uma melhor compreensão acerca do que vinha sendo desenvolvido pelo comitê gestor e importância de tais iniciativas no contexto local.

Além de não entender a proposta do OTS, o afastamento do ator social 6 das reuniões lhe impossibilitou reconhecer a relevância das ações que foram escolhidas pelo grupo e a coerência de algumas atividades realizadas com a proposta defendida pelo Comitê Gestor – *“no final do projeto percebi uma certa desvirtuação em iniciativas que ao meu ver, não eram pertinentes ao mesmo, tais como, mobilizações e divulgações de eventos turísticos e repasse de informações do segmento. Acredito que esses sejam deveres da Secretária de Turismo Municipal”* – revelando uma dificuldade em compreender as possibilidades de desdobramento positivo da participação comunitária aliada ao turismo, ou ainda, a importância do papel de todos no fomento a ações que visem o empoderamento e emancipação social da comunidade.

Para esse ator a comunidade de Cavalcante *“não é muito participativa”* e sobre a possibilidade de mudança no modo de participação da população pós-projeto *“acredito que ainda seja cedo para avaliar”*. Conforme sua avaliação, a gestão participativa era o que mais agradava no OTS, sendo necessário um tempo maior para a execução do projeto – *“se a primeira fase do projeto, ou seja, nos anos de 2008 e 2009 tivesse tido continuidade sem interrupção, a realidade hoje seria outra”*. Considera-se isso um avanço em criticidade por entender e defender o caráter processual da participação ou pelo menos uma necessidade de estender-se o processo.

Ainda em favor do ator social 6 e sua concepção acerca do projeto, ele avaliou que *“a mensagem de que o turismo é uma importante ferramenta no desenvolvimento econômico, social e cultural do município foi alcançada em algum momento. Acredito que novas*

iniciativas com este mesmo objetivo, devam continuar acontecendo". Apesar de repetir um discurso de desenvolvimento do turismo sem uma devida reflexão em torno dos benefícios de fato percebidos, o ator comprou a idéia de continuidade de propostas participativas em prol de um desenvolvimento local em longo prazo.

Com essa mesma concepção, o ator social 7 (Ana Claudia Abreu) também foi ouvido no intuito de melhor compreender os atores que não participaram integralmente do processo de estabelecimento do OTS em Cavalcante, mas que são figuras representativas para a comunidade.

O ator social 7 se caracteriza como empreendedora do setor turístico (Operadora Arai) e importante liderança local por trabalhar a favor da inclusão da comunidade quilombola Kalunga em diversos projetos e iniciativas. Como membro do comitê gestor, ela auxiliou no desenvolvimento de algumas ações – articulação de transporte para visita técnica aos atrativos e mobilização do trade para a continuidade das pesquisas – porém, abandonou o processo antes da concretização da primeira visita técnica e não deu continuidade a sua participação no OTS. Por esses motivos a escolha de tal ator social justifica-se por sua postura ativa na comunidade, e papel desempenhado durante o processo, sendo inclusive uma das mais atuantes até a sua desmobilização.

Para o ator social 7, houve uma contribuição do OTS para sua compreensão sobre o turismo, porém, sua sucinta resposta, um simples *"sim"* sem maiores especificações, não deu condições para avaliar adequadamente a natureza desse avanço ou mesmo qual a sua concepção acerca do turismo. Quanto ao tema participação comunitária, trouxe sua opinião sobre o modo de participação local – *"a população e o próprio "trade" gosta muito de cobrar ações do executivo local, porém não é participativa nos fóruns de direito (Comtur, Observatório, reuniões de órgãos como Mtur e demais)"* – que se assemelham as demais respostas dos outros atores entrevistados quanto à dificuldade da comunidade em assimilar a importância do seu papel nesse sentido, realidade não exclusiva à Cavalcante.

Em prosseguimento, o ator em pauta, que entende o projeto como *"um fórum para discussões, aconselhamento e deliberações"*, avaliou que ocorreu uma mudança no modo de participação da comunidade após o projeto – *"lentamente temos algumas pessoas que antes não participavam aparecendo nas reuniões"*. O que revela um avanço de ordem prática na concepção do grupo, conforme a opinião do ator 7, mas que não influenciou em sua forma individual de atuar junto a comunidade que *"já era bastante ativa"*.

Quando inquirido sobre a contribuição do OTS para o desenvolvimento do turismo, o ator demonstrou um avanço em sua concepção, que indica a construção de um saber-fazer turístico, ao reconhecer a importância do exercício participativo e seus frutos deixados para a comunidade como fator de desenvolvimento, que condiz com uma compreensão complexa do turismo em contraponto ao alardeamento de índices quantitativos sempre utilizados

nesse intuito – “*a mostra de cinema etnográfico mesmo não estando ativada foi um grande exercício*”. Ainda como benefício trazido pelo projeto, o ator citou a consciência deixada sobre a possibilidade de ação sem dependência do poder público – “*sabermos que podemos contar com outras instâncias para o desenvolvimento do turismo local*” – sendo esse um indicativo de empoderamento do grupo, de natureza teórica, que avança em autonomia na ação do mesmo.

Por fim, como contribuição para a metodologia o ator social 7 avaliou que o que mais lhe agradou na iniciativa do OTS foram “*as conversas com os profissionais da área*”, revelando o potencial e a importância de aprofundar a discussão acerca do turismo. E indicou ainda que não fosse favorável ao processo “*a rotatividade de “facilitadores” e a interferência de cidadãos da comunidade que só apareciam pontualmente para tumultuar as reuniões*”, o que pode colaborar para a construção de uma metodologia adequada aos desafios percebidos no decorrer do projeto.

3.1.2 Análise dos achados a partir do ator institucional

O discurso construído pelo ator institucional no decorrer do processo do OTS foi analisado também a luz dos temas – turismo, participação comunitária, saber-fazer turístico, emancipação, empoderamento, capital social, engajamento cívico – das rubricas – concepção, dificuldade e avanço – e sub-rubricas – totalidade/fragmentação, teoria/prática, autonomia/dependência, criticidade/alienação. E da mesma maneira, suas falas também foram inscritas em temas, rubricas e sub-rubricas que conduziram ao inventário do ideário, e posteriormente, a análise de conteúdo pela perspectiva dialética entre o discurso e as práticas realizadas.

Os principais documentos analisados para a elaboração do inventário do ideário do ator institucional foram: a proposta apresentada a entidade financiadora, o plano de trabalho, os relatórios de prestação de contas da equipe executora e o relatório final de execução. Essa composição de um conjunto de evidências empíricas demonstra com clareza o posicionamento institucional em relação aos processos participativos desenvolvidos pelo OTS em Cavalcante, evidenciando suas dificuldades e os avanços em torno das concepções adotadas nos temas, bem como as contradições e mediações presentes entre seu discurso e sua prática.

No tema turismo a instituição apresentou a concepção de turismo como atividade economia ainda *pouco estudada e com grande apelo em reduzir a pobreza e a desigualdade econômica de regiões desfavorecidas pelo seu poder de geração de emprego com baixas exigências de qualificação da mão de obra e baixo capital*. De fato, o turismo tem uma força econômica comprovadamente significativa que ao longo dos anos vem frequentando

estudos e discursos políticos reproduzidos indiscriminadamente, porém, o mesmo tempo tem demonstrado que tal compreensão não soluciona as problemáticas que extrapolam a esfera econômica e nem alcança os demais aspectos sociais, culturais e ambientais e que o torna tão peculiar e complexo.

O OTS vem com a intenção louvável de colaborar com a redução da pobreza e da desigualdade em Cavalcante por meio do turismo, mas com uma perspectiva fragmentada e calcada na visão do mercado, busca tão somente o aproveitamento da mão de obra local nos empreendimentos e na produção de bens voltados para o consumo dos turistas, esgotando as possibilidades de um desenvolvimento de fato sustentável. A partir dessa limitada concepção de atividade turística, e da conseqüente dificuldade em compreender a complexidade do turismo como fenômeno sociocultural em sua proposta, o OTS transparece em seu discurso a ideia de que a importância do turismo está relacionada ao seu poder gerador de renda e emprego, pois assim, *contempla-se a comunidade local de maneira que não ocorra uma fuga da renda obtida no setor para outra região.*

Faz parte do trabalho voltado para o desenvolvimento de regiões a margem da economia globalizada a luta pela inclusão econômica através do fomento a atividades que lhes garantam meios de sobrevivência e de produção, por isso, torna-se tão importante garantir a geração de renda e emprego em tais localidades, assim como, maneiras para reter o dinheiro no local. Contudo, o turismo também pode colaborar para uma transformação dessas realidades a partir de ganhos que supere os aspectos econômicos, como o desenvolvimento de habilidades de socialização em prol do coletivo, da cooperação e superação de condições de pobreza imputadas às comunidades por longos anos.

Contraditoriamente, o OTS avança no discurso teórico ao incluir nele a preocupação em torno da sustentabilidade, quando diz que *o potencial de beleza natural e de riqueza cultural da região indica a existência de atrativos suficientes para o desenvolvimento do turismo, no entanto, que precisa ocorrer de forma sustentável tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, social e econômico.* Avanço relativizado perante a concepção de turismo como apenas “atividade econômica”, porém, é nesse contexto que a inclusão da proposta participativa ganha destaque e passa a incorporar o papel sustentável no projeto, por que de acordo com a fala institucional se torna fundamental trabalhar com todas as dimensões do mesmo, porém, sem abandonar a sua compreensão do turismo como fenômeno social, cultural e humano complexo.

A sustentabilidade é encarada como um princípio norteador, a participação como metodologia, e assim, o turismo surge como o meio de alcance dos objetivos – mas só sob seu prisma de uma atividade econômica a ser promovida, podendo ser instrumentalizada via planejamento participativo e monitoramento de seu desenvolvimento – *cuja observação, em tempo real, permite que haja percepção dos problemas e das necessidades locais e*

regionais logo que eles aparecem, ou seja, o enfoque epistemológica adotado pelo OTS é equivocada para os objetivos e metodologia propostos.

Nessa lógica, o que se torna passível de monitoramento e planejamento são os números, índices e gráficos de desempenho da atividade turística, que com certeza geram elementos para a estruturação da demanda e oferta local com vistas a um “crescimento” e não desenvolvimento baseado no turismo. Claro que é fundamental a estruturação do setor para geração de renda, porém, de novo não se esgotam aí os esforços para promover o desenvolvimento “sustentável”. Dessa maneira, a participação, se pautada por uma concepção equivocada de turismo, que contraditoriamente insere em sua fala a preocupação com a sustentabilidade, não encontra suporte sua prática, limita-se diante as possibilidades de desdobramento favoráveis à comunidade e responsáveis por uma mudança transformadora de fato situação de pobreza e desigualdade local, mas não a extrapola, quando trata-se na cidadania política, leia-se participação cidadã.

Fato que reflete na dificuldade do ator institucional em compreender a participação como um processo coletivo de transformação dos envolvidos, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural, principalmente, quando atribui à *falta de comprometimento da população com as propostas do OTS a culpa pelo baixo quórum das reuniões e não a falta de divulgação das mesmas por parte da equipe executora*. Apesar de este ser realmente um problema considerável para o projeto, a responsabilidade do CET diante do processo participativo não se esgota em “uma eficiência comunicacional”, pois não é sob a ótica do marketing promocional, na lógica do mercado que se constrói cidadania. Pois, educar para uma qualidade participativa resulta de uma concepção não fragmentada do conceito de participação comunitária e de turismo como fenômeno.

Essa fragmentação na concepção institucional avança em criticidade quando reconhecer no discurso, ao final do projeto, que *o caráter processual que envolve o desenvolvimento da qualidade participativa de um grupo, caracterizado por um processo longo que encontra dificuldades e limitações no estabelecimento, depende da configuração social do local, por isso o fomento à cooperação torna-se um desafio em Cavalcante*. Ideia que deve se juntar ao incentivo à cooperação, confiança, reciprocidade, autoestima e ao trabalho coletivo como ingredientes fundamentais a transformação de simples indivíduos em atores sociais capazes de promover mudanças positiva em seu contexto social.

A criticidade do ator se relativiza diante a afirmação de que o legado da participação do OTS se resume à *prática de construção da ação prioritária, em suas etapas de identificação, definição, planejamento, execução e avaliação, como sua principal herança quanto à metodologia participativa, sendo ainda um instrumento de capacitação plenamente apreendido pelo grupo*. Limitam-se, assim, claramente as possibilidades de participação a

uma simples apreensão quanto ao uso de ferramentas e técnicas de moderação de grupos, ou de exercícios e modos de fazer das rotinas relativas às metodologias participativas, esquecendo-se que o ato de participação valoriza mais o processo ação-reflexão-planejamento-ação-reflexão, que seu produto final.

Será que a constatação de que participação possui um caráter processual e que requer habilidades sociais pouco comuns na sociedade contemporânea brasileira interfere de fato na prática levada à comunidade? Uma boa pista é dada no discurso do legado instrumental do processo de participação desenvolvido em Cavalcante, no entanto, sua afirmação ou negativa depende de outras análises complementares, mas, que no caso da revisão metodológica, torna-se possível uma avaliação graças à posição revelada por seu discurso guiado pela perspectiva da gestão participativa, assim definida como – *ação ou o efeito de administrar advindo de entidade de associação entre sociedade civil, Estado e população* – ou seja, houve uma fragmentação na concepção do ator institucional quanto ao tema participação comunitária.

O mesmo discurso contraditório se aplica à concepção de emancipação do ator institucional, que apresenta uma dificuldade em entender a importância da ação emancipatória escolhida pelo grupo gestor, que elegeu como prioridade o desenvolvimento de um projeto com a intenção de conscientização do público escolar local a respeito do turismo e seu potencial positivo e negativo, entretanto, a colocação institucional deturpou o objetivo ao afirmar que *por entender que a falta de preparo do município como destino turístico tem relação com a falta de informação da população; retirando-se a idéia de trabalhar ações educativas, já que a conscientização da população terá reflexos na qualidade do atendimento e serviços, e nos investimentos do setor público e privado.*

O grupo gestor que desde o início do trabalho do OTS demonstrou interesse na proposta do Turismo na Escola, concebido ainda na primeira edição do projeto, o elegeu nessa edição como parte de uma ação maior de conscientização da população a ser levada adiante por eles, colocando em pauta a necessidade de inclusão por meio da promoção de ações voltadas para uma melhor compreensão do turismo e suas possibilidades e limitações no contexto de Cavalcante. O legítimo interesse da comunidade e a vontade de modificar resultados desfavoráveis da atividade turística via conscientização, e sua consequente emancipação comunitária, se perde no discurso institucional em defesa desse tipo de ações puramente em prol da qualidade de prestação de serviços ao turista e capacitação de mão de obra.

Mesmo reconhecendo que *o potencial de conscientização da comunidade por meio do trabalho pedagógico com crianças e adolescentes têm gerado expectativas e sugestões ao esboço do seu plano de ação, construído em conjunto com os professores e demais colaboradores* – o ator não consegue compreender as possibilidades de conscientização por

meio dela, conforme fica claro na fala anterior. Isso revela que apesar do envolvimento de vários segmentos da sociedade em prol desta iniciativa, a falta de compreensão em torno da possibilidade de emancipação via conscientização da comunidade que prejudica o trabalho a ser desenvolvido de conscientização como base constitutiva de uma ação local. A instituição nem sequer cogita essa relação com o turismo mesmo num um projeto baseado em princípios de mobilização social, o que acentua as contradições e alienação no discurso do OTS.

Em relação ao tema capital social, o ator usa-o em seu discurso como justificativa para a revisão metodológica iniciada pela equipe executora, *a intenção é executar um trabalho que de fato contribua com o melhor desenvolvimento local aproveitando a vocação turística associada ao capital social presente na comunidade, por acreditar no potencial do turismo de promover um desenvolvimento sustentável e incluyente*. O capital social surge como elemento a ser destacado pela nova metodologia e de difícil associação para o OTS, por isso, torna-se parte do seu discurso.

A importância do capital social é explorada superficialmente pelo discurso do OTS que não o aprofunda e nem busca desvelá-lo, no entanto, inegavelmente, apresenta um avanço em sua compreensão ao defender a associação do potencial turístico da localidade com o capital social existente como medida colaborativa ao alcance dos objetivos proposto pelo projeto em Cavalcante. O avanço caracteriza-se pela criticidade por refletir sobre as limitações metodológicas do projeto que prejudica as possibilidades de fomento e desenvolvimento do capital social num contexto turístico e de participação da comunidade. Entretanto, a revisão metodológica apresentada no final do projeto não trouxe nenhuma iniciativa ou construção reflexiva em torno do capital social, ou seja, apesar de ser usado como justificativa, não houve ganho algum ou maior entendimento acerca do mesmo.

Quanto ao empoderamento, o discurso do ator institucional revelou dificuldade para se empreender ações baseadas nesse conceito, com dificuldade em se destacar sua importância e atingir resultados dessa natureza no OTS, dessa maneira, assim como ocorreu com o capital social, o empoderamento teve seu conceito acionado para justificar a revisão metodológica quando diz que *o empoderamento da comunidade em torno do planejamento e gestão do turismo ao longo do tempo, e com a saída do CET, comprometeria a efetividade esperada pela proposta, sendo tal elemento o diferencial idealizado pelo OTS, e a retomada metodológica a oportunidade de incluir e destacar esse diferencial*. O que demonstra uma limitação do projeto em trabalhar esse objetivo por que sua apreensão ocorre à medida que os atores sociais desenvolvem habilidades, ações, projetos, sugestões de parceria, e permeadas por aspectos subjetivos de difícil operacionalização, visando transformar suas condições de vida e realidade social da comunidade.

O ator institucional apresentou um pequeno avanço em seu discurso ao constatar que o *empoderamento pretendido da comunidade passa pela apropriação da gestão participativa por parte do Comitê Gestor, tendo como indicativo positivo o início do processo de execução das ações propostas com contribuições dos membros, parceiros e demais participantes*. O ganho condiz com o entendimento de que o empoderamento da comunidade passa pela apropriação acerca da importância da gestão participativa por parte do Comitê Gestor, ou seja, para que ocorra empoderamento a comunidade não pode eximir-se de participar na gestão e no planejamento da atividade turística da localidade, o que remete ao protagonismo social e oposição à passividade dos atores sociais.

O discurso afirma que tem como indicativo positivo o início do processo de execução das ações propostas com contribuições dos membros, parceiros e demais participantes, que serve como indicativo, porém, em parte, essa afirmação retorna para a comunidade toda à responsabilidade acerca do bom andamento desse quesito do projeto, pois – *é a partir do desenvolvimento do protagonismo social que a gestão participativa se efetiva, e este protagonismo, por sua vez, só é viabilizado por meio do empoderamento que a comunidade envolvida, por ventura, pode realizar por meio também do OTS* – assim, entende-se que a existência do empoderamento lhe deve ser anterior à promoção da “gestão participativa” na comunidade, não se concebe o OTS no papel de desenvolver habilidades e fomentar capacidades com vistas ao protagonismo social efetivo. Portanto, o avanço relativiza-se com a evidente fragmentação de seu conceito por associa-lo a concepção de gestão participativa e por desconsiderar a capacidade da comunidade frente suas possibilidades de superação social.

Não foi apresentado indícios de transposição de um fazer-saber para um saber-fazer turístico no discurso do ator institucional, algo compreensível diante a concepção reduzida de turismo como atividade turística adotada pelo projeto. Mesmo apresentando avanços ao incluir a sustentabilidade em sua fala, o OTS limita-o a necessidade do mercado que prescindir de uma comunidade com mão de obra qualificada e simpática ao turista, ao invés de uma sociedade participativa, cidadã, organizada e envolvida no amplo desenvolvimento local com benefícios sociais, econômicos, culturais e políticos.

O tema engajamento cívico também não foi evidenciado na fala do CET, apesar de seu papel fundamental e de sua importância para o desenvolvimento da qualidade participativa no contexto local, em nenhum dos documentos analisados como fonte do discurso construído pelo ator institucional se verificou sua utilização como elemento intrínseco dos processos participativos, o que reflete uma dificuldade em compreender as possibilidades envolvidas nestes tipos de processo, apesar ser fundamental promover a reflexão do grupo em torno do seu papel cidadão, como algo a ser alcançado e fomentado por projeto dessa natureza.

Como um todo, o discurso do ator institucional foi permeado por contradições entre as concepções, a fala da instituição concebida ao longo do projeto e as possibilidades presentes nos processos participativos do turismo, principalmente, daquelas inscritas nos temas – turismo, participação comunitária, empoderamento, capital social, emancipação. Assim as dificuldades de entendimento do ator, apresentadas no seu discurso, variaram da alienação quanto às proposições, até as reduções e fragmentações comprometedoras dos conceitos fundamentais para o desenvolvimento de uma participação comunitária efetiva.

No caso da entrevista, o ator institucional foi representado pela figura do agente local do OTS (Pablo Betancor), apresentou uma compreensão conceitual avançada do turismo ao dizer que *“é um produto que atinge uma necessidade fundamental do ser humano, o lazer, contemplando em sua amplitude uma vasta gama de áreas de interesse, como cultura, esporte, artes, pesquisas e ambientalismo”*. Entretanto, acredita que o projeto não modificou sua concepção, *“apenas consolidou seu ponto de vista anterior de que o turismo pode colaborar na busca de novos modelos de desenvolvimento com foco na sustentabilidade”*.

A concepção do ator institucional local reflete sua posição individual acerca do turismo, o que sugere uma natureza teórica e a assimilação de conceitos de variados campos, que por sua vez pode indicar um avanço em sua compreensão de saber-fazer turístico ao defender o elemento participativo nas propostas de desenvolvimento – *“o OTS é uma metodologia muito interessante para fomentar o desenvolvimento turístico local, com base na gestão participativa”*. Porém, como dito anteriormente, a concepção do ator institucional local não foi construída a partir da metodologia aplicada pelo projeto, ou seja, ela antecede a sua participação em tal iniciativa.

No tema participação comunitária, o ator institucional caracterizou a participação do grupo como *“muito pequena e bastante imatura”*, sendo esta uma dificuldade não específica de Cavalcante, ou seja, um problema cultural e social que extrapola a esfera local, mas que não deve ser ignorado visto que *“embora haja muitas iniciativas de associações e fóruns de gestão comunitária, a população de Cavalcante ainda não está devidamente consciente para entender seu poder de decisão e do comprometimento e união necessários para fazer grandes realizações”*. Em parte, isso indica a desconsideração de tal problemática em iniciativas participativas, de maneira geral, que obviamente acabam gerando frutos como esses, por isso – *“as ações que deram algum resultado, sempre tiveram uma liderança isolada, sobre os quais o trabalho dos demais se apoiou”*.

O avanço na concepção quanto à participação comunitária fica por conta da compreensão acerca de sua natureza processual revelada na afirmação do ator institucional na forma de sugestão, *“acredito que a metodologia concebida é acertada, e tem tudo para funcionar e dar os resultados esperados, desde que o intervalo entre sua entrada na comunidade e sua efetiva desincubação seja de cerca de quatro ou cinco anos”*. Ao entender a participação

como processo, o ator institucional não confronta a necessidade de dar um foco maior à construção coletiva e participativa nesse tipo de iniciativa, ele avança em criticidade ao acrescentar que para consolidação de um novo modo de pensar e agir na comunidade em prol de todos requer-se um tempo ainda maior.

Em relação ao tema empoderamento, o ator institucional listou como resultado positivo da participação comunitária um indicativo de empoderamento de alguns participantes, a criação da Associação Chapada Sustentável, segundo ele, apesar da excessiva dependência da equipe técnica e do agente local, *“uma modificação pequena ocorreu, pois mesmo dentro de um grupo pequeno, resultados importantes foram alcançados”*. Ao listar os benefícios do OTS para a comunidade ele afirma que também modificou sua forma de atuação perante a comunidade, pontuando novamente, pois *“o projeto mostrou mais uma vez que é possível a comunidade se organizar, discutir, propor e executar soluções para o setor turístico, sem a dependência do poder público”*.

Tal resultado na modificação da forma de atuação de alguns envolvidos no processo, ou seja, o engajamento em ações voltadas para o desenvolvimento do turismo serve como um indicador de empoderamento de natureza prática, mesmo que restrita a um pequeno grupo, mas favorável como resultado do OTS.

Em complemento as suas opiniões manifestadas acerca do OTS, o ator institucional contribuiu reflexivamente com uma crítica acerca da grande disparidade entre a visão institucional e da comunidade, *“enquanto a população local (CG) espera resultados concretos, ações efetivas, para Universidade o enfoque do Observatório ainda era experimental, mais para se aprender. Em minha visão, isso prejudicou o andamento do projeto, e o alcance de alguns objetivos e um grupo gestor mais amplo e coeso”*. Opinião que deve ser considerada em caso de uma nova edição do projeto na localidade.

3.2 A dimensão teórica-metodológica do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO para a transformação de um fazer-saber para um saber-fazer turístico.

O estabelecimento de uma metodologia torna-se fundamental em um projeto de cunho participativo como o do OTS, por ser ela a definidora da seqüência de atividades coletivas capazes de levar a cabo o desenvolvimento dos objetivos propostos. Contudo, antes do delineamento de qualquer metodologia participativa faz-se necessário o estabelecimento de conceitos norteadores, servindo as questões básicas, como: qual o nível de envolvimento que se quer alcançar, qual será o tipo de abordagem a comunidade e qual deve ser o comportamento dos técnicos envolvidos.

A construção metodológica de um projeto deve ser pensada, necessariamente, a partir dos objetivos pautados como alcançáveis, assim como, do compromisso com a comunidade

envolvida, ideologia, concepção teórica e a realidade local. Por conseguinte, esses elementos de nível conceitual servem como subsídios para a escolha de instrumentos e técnicas adequados ao objeto. Dessa maneira, formam-se duas dimensões básicas – teórica e metodológica – que funcionam de maneira interdependentes e interligadas a favor do equilíbrio entre o que é proposto e a possibilidade real de sucesso ou fracasso do mesmo. Não se pode ignorar o papel de ambas e nem desfavorecer uma em detrimento da outra, assim, a preocupação com o teórico e metodológico deve permear todo projeto para que de fato este possa cumprir seus intentos.

No caso do OTS, a atual edição iniciou-se sem um acerto definitivo quanto à dimensão teórico-metodológica, sendo que não existia um documento descrevendo-a, no máximo o cronograma executivo e a proposta apresentada a entidade financiadora, bem como, algumas publicações e resultados acerca da primeira experiência. Por conseguinte, não se tinham conceitos norteadores, apenas intuitivamente se trabalhavam com alguns, como: sustentabilidade, participação, turismo, incubação e desincubação. Assim como, alguns instrumentos e ferramentas, a exemplo do monitoramento e das pesquisas a serem desenvolvidas, que foram descritos de forma resumida no cronograma executivo, porém, encontravam-se diluídos na forma de ações, metas, atividades e prazos estabelecidos.

Com o objetivo de retomar a revisão metodológica, defendida como produto nesta segunda edição que buscou estabelecer os eixos norteadores e operacionais necessários para os próximos OTS's, apresenta-se o seguinte quadro 5 que resume o planejamento e ordenamento do processo, conforme a descrição do capítulo anterior:

Quadro 5: Síntese das dimensões do OTS

QUADRO SÍNTESE DAS DIMENSÕES DOS OTS EM PROCESSO DE REVISÃO		
Estratégico	Princípios	Desenvolvimento
		Sustentabilidade
	Conceitos-Chave	Turismo Protagonismo Social Redes Sócio-espaciais
Tático	Gestão Participativa	
	Gestão do Turismo	
	Metodologias de Pesquisa	
Operacional	Equipe Técnica	
	Comitê Gestor	
	Pesquisas da demanda turística	
	Pesquisas da Oferta turística	
	Monitoramento da atividade turística	
Avaliação		

Fonte: REVISÃO METODOLÓGICA DO OTS (2012)

O quadro demonstra que a referida revisão tentou mesclar a estruturação convencional de práticas administrativas e de planejamento com o seqüenciamento usual do processo estabelecido pelo OTS em Cavalcante, acrescentando uma etapa final de avaliação com o intuito de verificar o alinhamento entre os objetivos e os resultados alcançados. Desse modo, o foco foi dado à ordenação e organização do processo, baseado em métodos de gestão superficiais que não foram capazes de orientar e conduzir adequadamente às variáveis, principalmente, as relacionadas à participação comunitária pela falta de metodologias participativas, desconsideradas no processo.

A utilização de uma simples classificação metodológica conformada em nível estratégico, tático e operacional não foi suficiente para garantir o estabelecimento do diálogo entre as diferentes dimensões do projeto, defendido em seu escopo como fundamental. Apesar da importância da estruturação e, inerentemente, de ser pensada para facilitar tal comunicação, no entanto, para que essa articulação ocorra de forma adequada, lhe antecede um cuidado com o elemento conceitual que funciona como um orientador para os envolvidos, apreendendo seus significados e transpondo-os reflexivamente para a prática ou processo. Ao contrário do que figura no texto da metodologia do OTS não se pode limitar a efetividade de uma proposta ao seu modo de estruturação, muito menos entendê-la como suficiente

para o seu sucesso. Os problemas sem soluções e as dúvidas levantadas pela refida metodologia ajudam a compor o quadro de avaliação empreendida da dimensão teórico-metodológica do processo em pauta. A intenção é verificar a validade metodológica do OTS, suas limitações e possibilidades no contexto de Cavalcante, separando-a em suas concepções teórico-conceituais e em sua metodologia.

Com a perspectiva de avaliar detidamente a dimensão teórico-metodológica do projeto em pauta e para situar o leitor, o que aqui vem sendo chamado de dimensão teórica equivale ao elemento estratégico que contém os princípios e conceitos-chave eleitos pela revisão. Dessa maneira, a dimensão teórica do OTS foi concebida tendo como base a preocupação de aliar os preceitos da sustentabilidade ao desenvolvimento do turismo em uma região de significativa beleza paisagística e cultural, mas que ao mesmo tempo convive com baixos índices de crescimento econômico e condições sociais precárias, num contexto de significativo assédio por parte de pesquisadores, ONGs e diversos programas governamentais e iniciativas assistencialistas²⁴.

Por isso, os pilares do projeto – sustentabilidade e desenvolvimento – apoiam-se no discurso favorável do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, por acreditar no seu potencial para a geração de emprego e renda em localidades a margem da economia. E que tem como princípio garantir o respeito ao meio ambiente, aos aspectos culturais e sociais das comunidades, evitando o crescimento desordenado da atividade turística e suas possíveis consequências negativas, já percebidas em outros municípios da região da Chapada dos Veadeiros.

A necessidade de repensar a dimensão teórica-metodológica – que foi anteriormente construída com informações de outro momento, final da primeira edição do OTS – impõe-se diante um novo contexto social e político local, bem como, da carência de uma orientação metodológica condizente com a realidade. Entretanto, mesmo com tal revisão, os pilares teóricos do OTS não sofreram grandes mudanças – daqueles que eram tratados intuitivamente como norteadores – continuam focados no desenvolvimento e sustentabilidade via o turismo e o protagonismo social, excluindo incubação/desincubação e acrescentando apenas o conceito de redes sócio-espaciais.

Menos pela ausência de uma discussão acerca dos conceitos basilares, na verdade, o descompromisso com a dimensão teórica refletiu em uma falta de esclarecimento acerca dos conceitos e de posicionamento a ser adotado frente aos problemas e dificuldades ao longo do processo, e ainda, na perda de parâmetros do que de fato se esperar ou se

²⁴ Em anexo a lista de programas e projetos no decorrer de 2011 em Cavalcante.

considerar como resultado positivo e negativo. Ao reproduzir conceitos sem uma reflexão e/ou adequação com a realidade local, se dá a impressão de que os mesmos não são vistos como norteadores apenas são usados como justificadores para tal proposta.

Nessa referida revisão metodológica, os conceitos e os princípios foram apresentados e, conseqüentemente, legitimados como elementos estratégicos do OTS, porém, não se buscou um aprofundamento de suas discussões relacionando-as aos objetivos esperados pelo projeto num dado contexto, nem serviram para o estabelecimento de padrões a ser medido, desperdiçando o potencial de orientação que possuem para as ações e atividades a serem desenvolvidas.

Como resultado do descuido com o conceitual do projeto ocorreu à dispersão das ações por parte da equipe técnica, responsável pela execução, que por não possuir um norte mais afinado com os problemas e a realidade local enfrentou dificuldades de variadas ordens no decorrer do estabelecimento do OTS, principalmente, no quesito limitações associadas à participação e mobilização comunitária.

O conceito de protagonismo social serve de exemplo por ter permear todo o trabalho de retomada do OTS em 2011, mas pouco se sabe sobre a sua importância e destaque para o projeto em pauta. Tal desatenção conduziu a variadas dúvidas, dificilmente sanadas ao longo do processo e pela alardeada revisão metodológica, como: o que de fato seria considerado como tal? e quais seriam suas restrições e/ou possibilidades naquele contexto?. A boa vontade e intenção da equipe em que pese o seu estímulo como fim das atividades e ações levadas à comunidade não garantiram o seu alcance, pois antes deve haver o entendimento e a compreensão acerca do seu significado, não ficando limitado à interpretação individual de cada um. Por isso, a importância de estabelecê-los adequadamente e de travar um diálogo entre a concepção teórica e a prática de qualquer projeto.

A falta de melhor esclarecimento acerca dos resultados pertinentes ao protagonismo social alimentou divergências de ações e ideias na equipe, verificadas na forma de condução do processo em alguns momentos, dificultando o andamento das atividades e da adoção de uma postura autocrítica perante as dificuldades do caminho. Como exemplo, o estabelecimento da forma e dos conteúdos levados às reuniões pelo Comitê Gestor, a elaboração de pesquisas e diagnósticos sem o envolvimento dos participantes, e a indispensável participação da equipe técnica na operacionalização das atividades escolhidas pelo grupo como prioritárias, envolvimento mais político da equipe e não apenas técnico como requer metodologias participativas e a pesquisa-ação que segundo Thiollent (1992) só pode ser assim qualificada quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, é preciso que a ação seja uma

ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo uma investigação para ser elaborada e conduzida.

Se o protagonismo social destaca-se na revisão metodológica como princípio norteador do OTS, por ser fundamental ao desenvolvimento da sustentabilidade, então, não se pode abrir mão de discutir adequadamente seu significado, situando-o de acordo com os aspectos sociais, culturais e econômicos da localidade. Assim como, torna-se fundamental esclarecer sobre qual seria o seu papel na referida proposta – deve ser algo almejado, uma meta, e deve ser construído e promovido no âmbito da proposta, ou apenas um elemento desejável para a consolidação de produtos turísticos para o monitoramento do turismo, como produto final de uma encomenda.?

São inúmeras as perguntas que ficam em aberto em relação ao conceito de protagonismo social trazido pelo processo de estabelecimento do OTS e que continuam sem respostas, mesmo após a revisão metodológica como: Quais são as ferramentas ou meios que devem ser utilizados a favor do protagonismo no OTS? Quais são os indicadores ou resultados reveladores da autonomia comunitária diante o processo de desenvolvimento do turismo levado pelo projeto? Qual a diferença entre protagonismo social e participação segundo a proposta do OTS? Ressalta-se que tais questões não foram cogitadas pela equipe técnica e nem aparecem nos relatórios de avaliação final e de revisão metodológica, são frutos da presente reflexão.

O mesmo pode ser dito em relação ao conceito de turismo perpassado pela metodologia do projeto, pois se limita a sua condição de atividade econômica, reduzindo sua compreensão e possibilidades no contexto de Cavalcante. Ao reduzi-lo para o favorecimento de poucos, investidores e empresários, então, como pode o OTS trabalhar em prol de uma sociedade engajada civicamente, ciente de seu poder de influência política, que gera condições de transformação social a partir da distribuição dos benefícios a coletividade?

Contraditoriamente, com o argumento de defender essa possibilidade de modificação da realidade é que se inclui a participação comunitária como fator diferenciador nos projetos de desenvolvimento, porém, infelizmente, nem sempre as intenções por trás desse tipo de iniciativa tornam-se claras, e em muitos casos a população pode se torna massa de manobra, principalmente, quando alvos de políticas públicas esdrúxulas. Nesse sentido, na falta de uma compreensão adequada acerca do desenvolvimento do turismo, por parte da comunidade, os interesses de grupos externos encontram brechas que facilitam a validação de propostas desfavoráveis, social e ambientalmente, via práticas pseudo-participativas que mascaram os interesses escusos de uma minoria.

Além de que o foco na visão do turismo mercadológico não favorece a ampliação da concepção dos participantes, perde-se a oportunidade de educar a comunidade de que sua participação traz muito mais do que ganhos econômicos para poucos e, que podem gerar

frutos favoráveis à qualidade de vida, a cultura e a comunidade local como um todo. Para isso, é preciso incitar a compreensão acerca da complexidade do turismo e a reflexão em torno de questões, como: Que tipo de turismo se quer em Cavalcante? Quem se beneficia com o turismo local? A comunidade participa e tem voz, apenas para validar o modo de operação do mercado, ou ainda, somente para compreender sua importância econômica, ser simpático e subserviente ao turista, qual o mercado entende ser de interesse a Cavalcante?

A ênfase do turismo como atividade econômica não fecha com a proposta de gestão participativa e protagonismo social proposto pelo projeto como diferencial as outras propostas de Observatórios e de desenvolvimento do turismo. Tal condição requer um entendimento mais amplo do turismo, sem os reducionismos proclamados por uma teoria inadequada a complexidade inerente ao fenômeno, que encontra uma oportunidade de ser mais bem trabalhado e apreendido por aqueles envolvidos na sua busca – como a comunidade e a equipe técnica.

Entendê-lo em sua complexidade carece do reconhecimento de que lhe é inerente os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico. Sendo importante a compreensão de que turismo associado à participação requer o conhecimento de outras interfaces e interações do fenômeno, além da relação da oferta e demanda, com baixa possibilidade de controle e domínio por técnicas pensadas para outro objeto/contexto.

Quanto à inclusão do novo conceito de redes sociais ou redes sócio-espaciais na metodologia, ela ganha destaque pela necessidade de se pensar na ampliação das possibilidades de transformação e desenvolvimento, caso a localidade consiga estabelecer redes sociais com outras cidades, regiões ou país, unindo forças e recursos em torno de valores e interesses comuns. Conforme apresentado na revisão, o conceito chama atenção para as oportunidades localizadas em escala local, regional e nacional que podem conectar interesses e discussões estrategicamente voltadas para ação coletiva e uma nova forma de organização.

Justifica-se a inclusão de tal conceito ao se pensar na possibilidade de ampliação da escala de atuação do Comitê Gestor, podendo criar novas oportunidades e a soma de forças, sendo muito positivo para a construção coletiva do grupo. No entanto, sua aplicação no contexto em questão e esclarecimento acerca do que realmente se quer como resultado, não é colocado na metodologia do OTS, suscitando as seguintes questões Como se trabalha redes sócio-espaciais? Quais são os recursos necessários? Deve ser algo buscado pela metodologia Ou fomentado durante o processo?

Assim, os conceitos trabalhados pelo OTS em sua dimensão estratégica e tática – turismo, protagonismo social, redes sócio-espaciais, bem como, sustentabilidade e desenvolvimento

– ganham destaque como princípios e conceitos chaves, considerados fundamentais para caracterizar a materialidade do projeto, delimitando-o e orientando-o, dessa maneira, compondo a chamada dimensão teórica, tão necessária a qualquer proposta, seja de cunho participativo ou não.

Diante a importância da base conceitual para a metodologia, como dito anteriormente, a análise em pauta revelou uma despreocupação com os conceitos e suas ambiências no contexto local – limitações, aplicabilidade e possibilidades – bem como, demonstrou falta de um maior delineamento acerca dos objetivos e metas esperados e/ou considerados como efetivos para o OTS. Por fim, o simples elencamento e justificativa de uso desses conceitos não solucionam os problemas de ordem metodológica, antes carecem de uma melhor explicação em torno do que se entende por esses conceitos e princípios, nivelando o grupo, para que sirvam como guias a operacionalização técnica e de participação comunitária efetiva.

Infelizmente, o foco da construção metodológica de algumas propostas quase sempre é dado, equivocadamente, para a descrição dos instrumentos, ferramentas e uso de técnicas que refletem uma preocupação com o “modo de fazer”, contudo, o caráter teórico desempenha um papel fundamental que não deve ser abdicado, nem negligenciado no desenvolvimento de um projeto. A dimensão teórico-metodológica agrupa ambos os interesses e concepções que compõem o quadro orientador para o alcance dos objetivos e metas estabelecidas no escopo da proposta.

Voltando para a análise empreendida no início do capítulo, a avaliação da dimensão metodológica do OTS se impõe diante o seu papel para a construção e o desenvolvimento de um projeto. A metodologia torna-se imprescindível por descrever em seu escopo a sequência de atividades e ações capazes de cumprir com a tarefa pautada, porém, de uma maneira sempre depende da estratégia teórica, que é anterior e associada a uma visão geral e ampla do todo. Nesse aspecto, a metodologia do referido projeto em sua dimensão metodológica se coloca, em complementação a base conceitual, com a intenção de desvelar as suas possibilidades e limitações em Cavalcante.

Antes, para situar a fala, a aqui chamada dimensão metodológica corresponde no quadro 5 acima a dimensão tática e operacional, onde se tem incluída, primeiramente – a gestão participativa, a gestão do turismo e as metodologias de pesquisas – seguida pelo estabelecimento – da equipe técnica, comitê gestor, bem como, dos estudos, pesquisas e monitoramento a serem desenvolvidas em âmbito do OTS.

Em relação à denominada dimensão tática do projeto encontram-se determinadas orientações quanto o estabelecimento de algumas ações de curto prazo, voltadas para atividades atuais e de um futuro próximo, mas essenciais para garantir o sucesso em longo prazo. Segundo tal metodologia, a tática serve de ponte entre a estratégia e a base

operacional do projeto, tornando imprescindível a efetividade da gestão participativa, gestão do turismo e metodologias de pesquisas em âmbito local para que se possa implementar adequadamente o OTS.

O estabelecimento da gestão participativa em Cavalcante, de acordo com a metodologia apresentada, é encarado como uma ferramenta ou um modo de gerir qualificado que surge da associação entre a sociedade civil organizada, Estado e populações. No entanto, se repete na falta de clareza quanto ao seu entendimento, principalmente no texto, não fica nítido qual o papel a ser desempenhado por ela, nem a relação de dependência ou autonomia entre os elementos e suas interfaces com a realidade local.

Ao compreendê-la, a gestão participativa, como uma ação que necessita antes do protagonismo social da sociedade se elimina o caráter processual que compõem esse tipo de gestão, ou seja, a participação é conquista e não algo dado que por si só consolida um modo de pensar e agir diferente e novo. A pretendida gestão participativa do OTS é caracterizada como um processo, justamente, por necessitar de um contínuo trabalho de construção sociocultural contrário ao pensamento individualista e não cooperativo dos indivíduos, que se voltado para a consolidação de uma sociedade mais coletiva e envolvida na solução conjunta de seus problemas.

E ainda, o entendimento do protagonismo social como pré-requisito ao estabelecimento da gestão participativa distorce-lhe a compreensão do todo e do modo de operacionalização do projeto, pois, equivocadamente, ele não é visto como um resultado ou algo a ser alcançado. Antes, dele se depende, mas não se tem controle sobre tal, ou seja, o envolvimento e comprometimento da comunidade para com as atividades de gestão independem do uso de ferramentas e técnicas que lhe fomentem; o que relativiza a necessidade de prevê-las em sua metodologia.

O protagonismo social, dessa maneira, torna-se responsabilidade do grupo local, constatação que fica mais evidente na afirmação de que ele *só é viabilizado por meio do empoderamento que a comunidade envolvida pode realizar*. A confusão em torno do conceito de protagonismo social, participação e empoderamento na discussão acerca da gestão participativa demonstra a falta de domínio e compreensão dos mesmos, o que só prejudica a orientação da equipe técnica que acaba por se eximir do papel fundamental de provocação e elaboração de aspectos favoráveis a esses.

É obvio que prevalece a vontade e autonomia do grupo na participação de qualquer projeto, contudo, isso não descarta a possibilidade, intenção e responsabilidade de uma proposta metodológica que se diz sustentável e busca efetivar a gestão participativa aliada ao desenvolvimento do turismo em Cavalcante.

A previsão do estabelecimento de uma gestão do turismo segue a mesma linha da gestão participativa no texto, inclusive comparam-se na apresentação do conceito – não há uma

preocupação em estabelecer parâmetros, metas e resultados quanto o que se considera gestão do turismo. A única orientação se dá como recomendação de que o OTS pode se associar ou tornar a ferramenta de instâncias municipais de discussão e gestão do turismo, a exemplo dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR); nenhuma outra explicação é dada a esse respeito.

Quanto às metodologias de pesquisas, como orientação a esse respeito, não ficou clara qual a intenção ou o porquê de sua adoção na revisão, apenas presume-se que, por ser uma etapa anterior à operacionalização das pesquisas, deve existir uma preocupação ou um momento precetende de elaboração dessas metodologias. Dando o foco para a construção metodológica e adequação do objeto a mesma, bem como, para o planejamento quanto as diferentes situações e/ou pesquisas então requeridas. Por isso, destaca-se por sua importância na plena execução de uma pesquisa e, ainda, pela necessidade imprescindível de conhecimento anterior, por parte da equipe técnica, acerca dos meandros e das diversas tipologias para melhor posicionamento sobre.

Os elementos da dimensão tática – gestão participativa, gestão do turismo e metodologias de pesquisas – carecem de uma melhor explicação em torno de seus objetivos e relações com o contexto local, o que dificulta o entendimento e a compreensão do leitor da proposta metodológica. Em relação à orientação ao corpo técnico, do mesmo modo, a falta de detalhamentos em torno da ação a ser desenvolvida compromete a etapa de operacionalização e não consegue estabelecer uma relação com a estratégia conceitual adotada.

Na dimensão operacional, sendo esta a responsável pela implementação de ações e atividades específicas em consonância com estratégia conceitual e em complementação a dimensão tática, o OTS estabelece como essenciais a formação da equipe técnica e comitê gestor local, bem como, os preparativos e execuções referentes aos estudos, pesquisas e monitoramento a ser desenvolvido no decorrer do processo. O aspecto operacional também foi detalhado no cronograma executivo, a saber, em três de suas cinco metas, respectivamente: meta I – planejar a continuidade do projeto com o comitê gestor, meta II – dar continuidade à coleta de dados da oferta e demanda para o monitoramento da atividade turística e meta III – qualificar os agentes nas rotinas de monitoramento com base na metodologia do Observatório.

Com o sentido de detalhar de forma específica as ações que garantam a consecução do planejamento, em primeiro tem-se a necessidade de composição de uma equipe técnica responsável pela gestão do projeto. Conforme a metodologia recomenda-se que a equipe técnica seja dividida em dois grupos – uma voltada para a avaliação conceitual e a outra para a execução em si – no intuito de potencializar a especialidade técnica em torno das temáticas. Porém, esta sugestão pouco colaborou para adoção de medidas condizentes

com os problemas trazidos pela equipe que lhe dava direta e constantemente com os envolvidos.

O problema não se encontra no modo como foi configurada a equipe técnica, que na verdade pode ser valioso em outro momento, o desafio encontrar-se na falta de nivelamento do grupo em torno dos objetivos da proposta e sua efetividade e, ainda, na incompreensão quanto às orientações repassadas ao grupo que lida com execução. Outra dificuldade nesse quesito advém da hierarquização adotada e defendida como fundamental pela revisão, herança da fonte inspiradora de sua metodologia – os modelos de gestão – pois, o excesso de cargos e funções não encontra consonância com a proposta participativa que prega a descentralização do poder, entre outras prerrogativas.

Seguida da composição da equipe técnica, orienta-se a formação de um comitê gestor com a função de escolher, discutir, validar e executar as atividades concernentes ao projeto e/ou aquelas eleitas coletivamente, sendo esse grupo a principal unidade de ação do OTS que condiciona o trabalho a ser desenvolvido como um todo. Ao eleger a participação comunitária como elemento diferencial, o comitê gestor se destaca como ponto chave da operacionalização por investir-se do princípio de protagonismo social, assim como, por representar a comunidade envolvida e seus interesses, buscando garantir sua atuação no desenvolvimento do turismo e administrar os seus diversos problemas.

O objetivo final do comitê gestor era a consolidação de um grupo local autônomo e independente, depois de concluído o ciclo de atuação tutelada pela equipe técnica, que poderiam buscar soluções as dificuldades comuns e a inserção dos interesses comunitários no desenvolvimento turístico. No entanto, a continuidade do comitê gestor ficou comprometida por inúmeros fatores internos e externos à metodologia, que colaboraram negativamente para isso, refletindo-se em: baixo índice de participantes que se comprometeram com o processo até o final; dificuldade do grupo em executar algumas das ações escolhidas como prioritárias e, sua conseqüente dependência da equipe técnica; e o frágil consenso do grupo em torno das escolhas feitas pelo comitê gestor que ocasionou o baixo envolvimento nas ações.

Foram poucas as orientações quanto à desmobilização da comunidade percebida em Cavalcante, somente o modo de mobilização foi contemplado pela metodologia que lhe imputou um caráter contínuo, porém, incisivo inicialmente frente à necessidade de formação do comitê gestor. Dessa maneira, a metodologia buscou ampliar o alcance da iniciativa por meio do estabelecimento de premissas que tentavam garantir a participação de diversos setores e uma maior representatividade diante a comunidade, entretanto, tais recomendações não foram suficientes para compor um grupo coeso e alinhado com os objetivos do projeto, mesmo somando-se a elas as perguntas reflexivas deixadas em aberto com a intenção de provocar a equipe técnica, que em nada contribuem.

Isso demonstra que iniciativas de cunho participativo estão incluídas em um contexto mais amplo de problemáticas sociais e econômicas, tendo os indivíduos pouquíssimas condições para reverter tal quadro aliado à descrença geral diante os processos de participação. O comitê gestor deve ter consciência de seu papel diante essa realidade, colaborando para uma transformação de ordem social, econômica, cultural a partir do poder coletivo da comunidade e de suas possibilidades de intervir positivamente nas decisões acerca do turismo, em cooperação com as ações do Estado, empreendedores e investidores da área.

O que vai requerer uma participação de qualidade por parte das comunidades, dificilmente encontrada num contexto em que não foi trabalhada anteriormente, e com isso, uma metodologia que contemple sua construção e fomento pela necessidade de preparação. Nesse quesito, o comitê gestor não foi conduzido pela metodologia do projeto ao desenvolvimento de habilidades participativas, fato traduzido pela dificuldade do grupo em conduzir reuniões sem a tutela da equipe técnica e do agente local, sendo previsto como exercício dessa natureza o desenvolvimento de um plano de ação pelo comitê gestor.

O plano de ação foi apresentado na metodologia como um subitem do comitê gestor com a finalidade de estabelecer metas, prazos, responsáveis e atividades fundamentais para a operacionalização das ações definidas em grupo de maneira consensual como prioritárias para o desenvolvimento do turismo local. A previsão desse tipo plano refletiu uma consciência metodológica em torno da necessidade de se desenvolver habilidades coletivas voltadas para a gestão compartilhada através de um exercício prático real, contudo, tal intenção foi contrabalanceada com as dificuldades de elaboração e execução do plano, que consumiu um tempo maior que o previsto, devido vários fatores, dentre os quais, a subestimação do fator de heterogeneidade da comunidade representado pelo grupo gestor.

No item final da operacionalização do OTS têm-se o desenvolvimento de estudos, pesquisas e monitoramento, juntamente com suas recomendações, que ajudam compor o quadro metodológico apresentado nessa iniciativa. Em primeiro, destacam-se os estudos e pesquisa como fonte indispensável de informação primária a ser utilizada pelo comitê gestor e pela equipe técnica com o objetivo de colaborar para a elaboração do plano de ação e comparar seus efeitos. Assim, foram realizadas as pesquisas de Perfil e Satisfação do Turista e Inventário da Oferta Turística, buscando caracterizar o desempenho da atividade turística, fundamental apenas para os empreendedores da área e gestores públicos.

Apesar do nobre esforço de inserir a comunidade na gestão do turismo local, essas pesquisas foram pouco significativas para a sociedade leiga, mesmo preocupando-se em apresentar os dados numa linguagem mais clara e com imagens convidativas e autoexplicativas. Dessa maneira, o plano de ação não conseguiu estabelecer uma relação direta com as pesquisas, pelo menos não se buscou justificativas em seus escopos ou meios de verificação dos seus efeitos nos indicadores correlacionados; em princípio, isso

não foi possível por que as ações prioritárias eleitas tiveram como finalidade a comunidade em geral, sem uma aproximação com os objetivos das que foram desenvolvidas.

De maneira geral, as pesquisas não funcionaram conforme o imaginado e nem foram ferramentas de mobilização eficiente, justamente, pela dificuldade de se compreender sua importância e suas relações com o dia-a-dia da comunidade, salvo exceções de alguns empresários do setor. Entretanto, não devem ser descartadas ou abandonadas diante esse quadro, por inegavelmente, se justificam num contexto amplo de necessidade de conhecimento acerca do mercado e consumidor e, ainda, por serem demandas fundamentais para o desenvolvimento do turismo de qualquer localidade. Ressalta-se que o Diagnóstico Socioeconômico de Cavalcante, como estudo previsto no cronograma executivo e realizado na primeira experiência, não foi executado nesta edição por falta de equipe especializada nesse tipo de trabalho, sendo, dessa maneira, realizadas somente as pesquisas já citadas.

O monitoramento foi pensado para conduzir as análises acerca do desempenho da atividade turística, sendo incluído no projeto como ferramenta de obtenção de dados a favor de seu desenvolvimento, possibilitando assim, o direcionamento das ações e a revisão dos procedimentos adotados por meio da avaliação de indicadores pré-estabelecidos. No entanto, sua estruturação no âmbito do OTS revelou a dificuldade que envolve esse tipo de ação, pois depende do comprometimento dos empresários em fornecer os dados; da logística que envolve o preenchimento, a entrega e o repasse das informações até a fonte centralizadora dos dados; da sistematização de alguns dados por parte dos empresários e, até da existência de uma plataforma adequada e segura.

As orientações no quesito pesquisas e estudos não foram suficientes, somente algumas perguntas reflexivas foram levantadas quanto à validade e/ou adequação das pesquisas ao trabalho desenvolvido como um todo pelo OTS. Em relação às dificuldades específicas do monitoramento, nada foi repassado pela metodologia, porém, o modelo de monitoramento foi criado e a obtenção dos dados básicos e iniciais foi conseguida pela equipe técnica, com o apoio de alguns atores e apenas na parte final do projeto, no entanto, não se tem garantia quanto à continuidade de fornecimento das informações essenciais ou da manutenção dessa ferramenta, muito menos de sua utilização para o desenvolvimento do turismo local.

Como item de arremate da metodologia, de todas as dimensões, e em caráter de controle foi incluído a etapa de avaliação com a finalidade de analisar o plano de ação e sua execução pelo próprio comitê gestor, ponderando acerca da viabilidade e planejamento de suas ações com base nos resultados gerados, bem como, das possibilidades de continuidade ou nova aplicabilidade das mesmas sem a tutela da equipe técnica. Os projetos baseados em modelos de planejamento e gestão acabam por contemplar esse tipo de etapa, não sendo

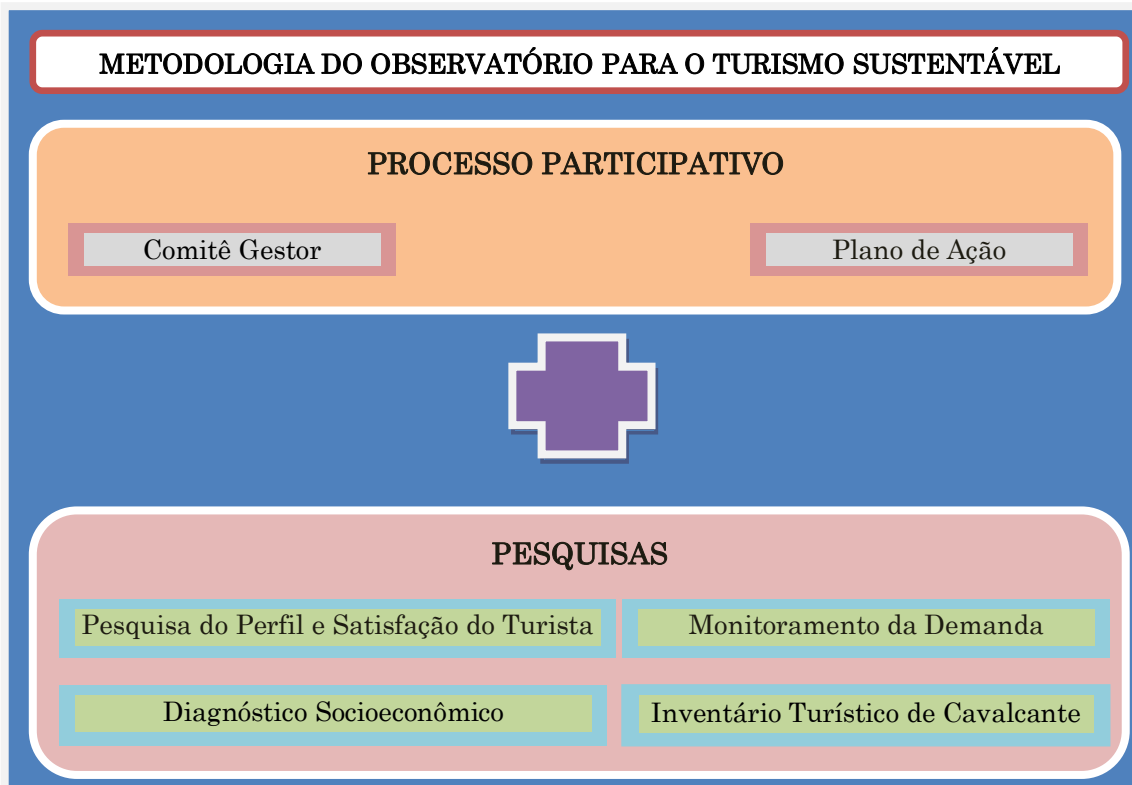
muito usual em metodologias de foco participativo, contudo, é sempre bem vinda à possibilidade de avaliação do processo, não somente de parte deste.

Assim, conforme consta no relatório final de execução, o momento avaliativo do OTS ocorreu em agosto com a presença de apenas três membros do comitê gestor, e mais cinco outros participantes, que se envolveram na operacionalização das ações prioritárias. Tal grupo avaliou como positivos – a realização das pesquisas e das visitas técnicas – e como negativos – a pré-disposição para conflitos e discussões que fugiam do tema e a dependência de respaldo institucional ao término da iniciativa por parte da comunidade; também, foi colocada a opinião institucional quanto ao desenvolvimento do projeto que listou como positivas a possibilidade aventada, por alguns de seus participantes, de continuidade do trabalho do comitê gestor via a criação de uma Associação Comercial, bem como, o envolvimento das escolas e professores da rede pública em apoio à ação Turismo na Escola.

A Associação Chapada Sustentável nasceu da ideia e do esforço de alguns integrantes do comitê gestor do OTS, em conjunto com outras pessoas da localidade, na sua maioria relacionada com o setor turístico. Ela foi criada com o objetivo de continuar o trabalho participativo de gestão do turismo de maneira estruturada a partir de um CNPJ e buscando independência política e econômica. Quanto à ação Turismo na Escola, ainda em janeiro de 2013 essa ação encontrava-se paralisada a espera da contrapartida prometida pela instituição tuteladora – o ministramento de oficinas acerca do turismo para os professores da rede pública, responsáveis pela multiplicação e prosseguimento do plano de ação na localidade.

Além do explanado ao longo desta análise, outra maneira de representar a concepção metodológica desenhada pela revisão pode ser representada pela figura 4 abaixo, ajudando dimensioná-la e descrevê-la claramente para uma melhor compreensão acerca do que foi desenvolvido pelo OTS:

Figura 4: Elementos Metodológicos Básicos do OTS



Fonte: SAMPAIO (2013)

Esse modelo de representação ajuda a visualizar os pontos analisados da dimensão teórico-metodológica do OTS na medida em que simplifica a metodologia em duas composições básicas e complementares, que devem, obrigatoriamente, compartilhar a mesma concepção conceitual e responder pelo desenvolvimento do projeto. Dessa maneira, a avaliação orientada a partir da figura acima permitiu a percepção de que os dois principais elementos da metodologia – processo participativo e pesquisas – não foram trabalhados conjuntamente, já que ambos apresentaram problemas de ordem estratégica, decorrentes da falta de um maior cuidado com a indispensável dimensão teórica de qualquer iniciativa.

O processo participativo, conforme dito anteriormente, decorreu de início ao fim da proposta sem um direcionamento adequado acerca dos conceitos estratégicos, que serviriam de subsídios à equipe técnica e para uma melhor compreensão quanto aos objetivos esperados e alcançados, bem como, suas limitações e possibilidades em Cavalcante. Infelizmente, mesmo com a revisão empreendida essa falha não foi sanada, o que gera um processo de participação descolado das pesquisas, ou seja, de parte da metodologia desenhada, sem o diálogo fundamental entre as suas diferentes dimensões que não deve ser abandonado frente às dificuldades inerentes a esse tipo de processo.

Do mesmo modo, as pesquisas desenvolvidas em âmbito do OTS caminharam em descompasso com a esfera participativa, sendo o trabalho do comitê gestor desconsiderado

como fundamental para as pesquisas ao passo que não foi convocado a colaboração, e nem as pesquisas lhes auxiliaram na tomada de decisões, discussões ou ideias para o grupo. É importante ressaltar que a ocorrência de uma reunião com a finalidade de validar os indicadores das pesquisas frente à comunidade não foi considerada como suficiente para se garantir o diálogo entre ambos, assim como, os resultados das pesquisas que foram apresentados somente ao final do processo, não servindo de subsídios ao dito comitê.

Com isso, mesmo com a retomada da Pesquisa do Perfil e Satisfação do Turista de Cavalcante de 2008 nas primeiras reuniões locais e dos informes acerca do andamento das atuais pesquisas ao comitê, não houve correspondência entre as duas esferas da metodologia do OTS, ambas desenvolveram-se desconectadas estrategicamente e sem o necessário casamento entre si. Infelizmente, os efeitos dessa ausência de comunicação acabaram por comprometer o resultado lógico de uma construção teórico-metodológica afinada com a realidade local e coerente com os propósitos estabelecidos, o que não ocorreu com o OTS.

Os diversos efeitos que surgiram do descuido metodológico com as partes elementares do OTS – processo participativo e pesquisas – como decorrentes do não relacionamento entre concepção teórica/conceitual e metodologia adequada ao objeto/objetivo da proposta respondem diretamente por causas descritas na avaliação até aqui empreendida e que ocasionaram problemas de variadas ordens.

Para início, o cronograma executivo do OTS, como representante único de sua metodologia, serviu para engessar as ações da equipe executora que não participou de sua elaboração com a constante preocupação em cumprir os prazos das atividades e metas, assim como, também não foi suficiente para embasar o trabalho dos técnicos quanto aos resultados esperados e suas responsabilidades específicas na condução/mediação do processo. Por isso, essa despreziosa construção metodológica que orienta exclusivamente por meio de um cronograma executivo não consegue servir ao desenvolvimento de um projeto, por mais que ele reflita os princípios e diretrizes do projeto, ou, que seja aberto a detalhamentos e complementações posteriores.

A falta de uma orientação teórica deu ao cronograma um aspecto rígido e que, conseqüentemente, ocasionou uma interpretação técnica equivocada, imputando-lhe um caráter vertical de um plano tradicional e um gasto de energia nas relações entre equipe executiva e comunidade. Nesse sentido, algumas descontinuidades e abandonos de ações podem ter origem nesse problema, pois o modelo de planejamento baseado na concepção tradicional, onde um “sujeito” planeja e antecipa as supostas reações dos demais atores envolvidos não condiz com uma proposta flexível de conteúdo participativo como o OTS.

Outro efeito do molde tradicionalista dado à execução foi o tempo desperdiçado nas tentativas de corrigir a ineficácia das ações de mobilização e participação ativa do grupo

gestor – por exemplo, a continua veiculação de convites e informes via e-mail e rádio. Conforme já descrito, essas incoerências levaram a elaboração de um plano de comunicação como estratégia de solução a esses problemas, no entanto, ferramentas de transmissão de informações e comunicação não conseguiram responder sozinhos à desmobilização comunitária em torno da iniciativa. Isso não acontece sem entender que tais dificuldades encontram-se inseridas em um contexto maior de causação e que o simples repasse de informações acerca de um projeto que pouco diz sobre seu modo de vida e dia-a-dia não os incita a participação.

A preocupação com as relações de mando e hierarquia, inclusive transmitida pela revisão metodológica, também gerou um gasto de energia durante o processo, principalmente, pela sobrecarga de responsabilidades dada aos que lidavam diretamente com a comunidade, em especial para o agente local e o gestor executivo, que somada à participação efetiva de poucos, limitou a produtividade do trabalho coletivo e seu potencial de transformação social no contexto.

As trocas e mudanças na equipe técnica ao longo do projeto evidenciaram a ineficácia de um organograma de cargos e funções diante as dificuldades que surgiram nesse ensejo, que retardou o desenvolvimento de algumas atividades planejadas, como, por exemplo, o andamento da ação Turismo na Escola e a operacionalização das Visitas Técnicas aos atrativos da cidade. Antes era necessário descentralizar as responsabilidades de execução, repassando o trabalho feito por alguns para o conhecimento de toda a equipe sem centralizar-se apenas na figura do gestor ou de um líder local, com a função principal de garantir o pleno alcance dos objetivos do projeto.

Outro efeito que colaborou negativamente vem do desfavorecimento do elemento participativo metodologicamente que requer a percepção e o reconhecimento da importância de tal elemento, não apenas no discurso de iniciativas de cunho social, mas também em nos aspectos teórico-metodológicos da proposta. Dessa maneira, por exemplo, não se pode subestimar o ingrediente de heterogeneidade inerente à comunidade que influenciam sobremaneira na coexistência de diferentes interesses e vontades em um mesmo grupo, nem abrir mão do uso de variadas ferramentas, métodos e técnicas favoráveis a tal diversidade e o potencial coletivo de ambas as dimensões metodológicas.

No primeiro ponto, o trabalho da equipe técnica foi comprometido, justamente, por essa perigosa idéia de homogeneidade atribuída ao conceito de comunidade que resvalou num despreparo em apreender os conflitos implícitos e tornar favoráveis os explícitos, mas que de alguma maneira foram transpostos para as discussões e escolhas do comitê. Evidência que fica comprovada pela constante retomada de pontos vencidos em encontros anteriores,

exemplificando a falta de consenso²⁵ no grupo acerca das decisões tomadas e no fraco engajamento dos indivíduos no desenvolvimento das ações.

No segundo, a ausência de um fio condutor quanto ao uso de ferramentas, instrumentos e métodos próprios às metodologias participativas não colaborou para a firmação de um compromisso coletivo que ocasionou a perda de oportunidade em se reconhecer problemas comuns nos momentos de discussões e de fomento à tomada de decisões conjuntas pelos diferentes setores da sociedade. Ao invés de se valer de tais metodologias – utilizadas no intuito de enriquecer a participação comunitária no processo e enfatizar suas potencialidades – apenas se balizou por modelos de planejamento e gestão tradicional, focando no estabelecimento das dimensões estratégica, tática e operacional e, sem uma devida preocupação em adequá-las aos princípios como o de protagonismo social, tecnicamente.

Por isso, que no caso da elaboração do plano de ação, a aplicação de uma seqüência de atividades capazes de levar a formulação rápida de produtos aliada ao uso de recursos de visualização de sínteses gerais que assegurassem a identificação do grupo com o trabalho realizado não bastou para garantir a motivação e compromisso dos mesmos com a continuidade da iniciativa. Além desses instrumentos, necessitava-se de um melhor aproveitamento e direcionamento dos momentos de debates que seriam fundamentais para a consolidação do consenso entre o grupo, mas que foram desconsideradas em sua profundidade por se voltarem apenas para a identificação, seleção e priorização superficial de alguns problemas para o cumprimento da tarefa plano de ação, sem uma continuidade quanto ao levantamento das causas, sintomas e efeitos dos mesmos em nível de maior compreensão.

Nesse momento, entra em cena o instrumento de moderação, que apesar de ser pautada pela flexibilidade, vai exigir da figura do moderador sensibilidade e conhecimento acerca das diferentes técnicas – que vão desde *brainstorm* e estímulo à expressão de diferentes opiniões até instrumentos de registro do resultado de discussões – bem como, a realização de um trabalho em consonância com as demais dimensões e objetivos do projeto. Por isso, cabe ao moderador à introdução de informações e subsídios sobre os conceitos e ferramentas utilizados de maneira clara, visando o desenvolvimento do trabalho coletivo que permita o aprofundamento de questões da comunidade e da compreensão dos participantes, juntamente, com a transposição do conhecimento teórico para prática do fazer-saber turístico.

²⁵ Como exemplo da ausência de consenso tem-se a insuficiência das reuniões prevista em cronograma para a eleição da ação prioritária e a sua posterior mudança de direcionamento.

Infelizmente, o projeto do OTS perdeu essa oportunidade ao não inserir conteúdos conceituais direcionados e selecionados nas discussões, de maneira equilibrada, que poderia possibilitar uma maior abertura à capacidade crítica do grupo em relação ao desenvolvimento do turismo na localidade e suas condições de vida, priorizando o desenvolvimento de habilidades humanas de participação e construção coletiva ao invés de cumprimento de etapas sem efetividade para transformação da comunidade.

Por fim, a falta de comprometimento com os elementos metodológicos do projeto, principalmente, no quesito participação comunitária, revelou a dificuldade do OTS em apreender a importância desse trabalho e sua fundamental integração com o todo de sua proposta de desenvolvimento local via participação comunitária no turismo e voltado para a sustentabilidade social e construção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o projeto Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, como qualquer outra iniciativa de cunho participativo e pontual, alcançou parte de seus objetivos, dado as circunstâncias de limitações metodológicas e socioculturais presentes tanto na proposta e como no contexto ambiental que ajudaram a compor o quadro em questão. As limitações metodológicas respondem por algumas conseqüências e transtornos no decorrer do processo que impediram o aproveitamento e a potencialização de possibilidades favoráveis tanto a comunidade como para os empresários do setor, sendo o CET responsável, como ator do processo, pelo conteúdo e forma de participação ali construída.

Mesmo que os problemas enfrentados pela comunidade de Cavalcante envolvida sejam de natureza estrutural e social, decorrentes de anos de abandono por parte do poder público ocasionando um maior mais participativo e não servir de argumento para o desempenho incoerente e inconsistente apresentado pelo projeto, devido ao trato inadequado dado ao elemento participação comunitária na concepção metodológica e em função do pouco domínio e conhecimento acerca das práticas e ferramentas levadas a comunidade. Dessa maneira, do alardeado objetivo de inclusão da comunidade no planejamento, monitoramento e na gestão do local, o que foi constatado é que o projeto se apoiou na apresentação de dados e números da atividade turística a exemplo da experiência italiana motivadora da proposta brasileira, o que enfatiza a concepção economicista dos mentores do Observatório, que tem sua formação epistemológica baseados na economia.

Os problemas percebidos em meio ao processo, de maneira geral – desmobilização do grupo gestor, pouco envolvimento nas ações prioritárias, descompromisso com os acordos, incapacidade de condução e realização das reuniões sem a equipe técnica do projeto, – foram primordiais para a reformulação de algumas ações e direcionamentos do projeto, como por exemplo, a adequação das reuniões à necessidade de objetividade e clareza na forma de condução e com os objetivos de cada passo. No entanto, a demora em perceber tais equívocos metodológicos no processo de participação e empoderamento dos atores prejudicou a própria participação, eixo tido como diferencial principal da proposta do Observatório.

As análises dos atores sociais revelaram a inconsistência do projeto do Observatório diante as possibilidades da participação comunitária em vista do empoderamento, emancipação social, engajamento cívico, transposição de fazer-saber para um saber-fazer turístico, bem como do aproveitamento do capital social local para transformar de fato comunidades a partir do Turismo.

Essas possibilidades foram pouco fomentadas e potencializadas com o grupo local, como o empoderamento e engajamento cívico, e em outros casos, nem chegaram a ser identificadas pela metodologia proposta, ou, por alguma estratégia proposta no trabalho do comitê gestor, a exemplo de investigar a existência do capital social da comunidade a fim de utilizar-se deste como forma de ampliar a participação da comunidade de Cavalcante no momento de avaliação da primeira fase do Observatório e replanejamento para segunda fase.

Contraditoriamente, apesar do projeto não trazer em seu escopo metodologias que privilegiassem o empoderamento, emancipação social e engajamento cívico num processo dialético os atores sociais demonstraram que possuíam um capital social já existente que lhes conduziram a apropriação do espaço e construíram iniciativas valiosas nesse sentido, como: a criação da Associação Chapada Sustentável com a responsabilidade de continuar com os objetivos do OTS; a escolha e operacionalização de ações prioritárias que envolvem a comunidade, como a Visita Técnica aos atrativos e empreendimentos; a eleição de uma ação educativa voltada para as crianças e adolescentes da rede pública de ensino, Turismo na Escola, que envolve os professores e o comitê gestor. Fatos que induzem a reflexão sobre o potencial desperdiçado pelo projeto que se fosse totalmente imbuído de metodologias e competências participativas, concepções do Turismo como fenômeno e autorreconhecimento como espaço educativo, poderia ter alcançado resultados mais efetivos e duradouros junto à comunidade.

Das ações pró-ativas da comunidade, a iniciativa do Turismo na Escola foi acenada pelo Comitê Gestor como uma ação importante para Cavalcante desde a primeira edição, envolvendo significativamente o corpo docente de escolas públicas do município e alguns membros do grupo gestor, entretanto, por duas vezes não foi dado o devido prosseguimento e atenção pela entidade tuteladora ao assunto, isso nas duas edições do projeto. O que levanta um questionamento quanto à influência do OTS de fato para o empoderamento dessa comunidade ao indicar uma contradição entre a teoria defendida e a prática adotada que pouco colaborou com tal ação, pois já havia o entendimento por parte de um grupo da importância de tal iniciativa e a sua inclusão na pauta prioritária seria fundamental.

Ao se levar em consideração a dimensão dos problemas enfrentados diariamente pela comunidade local – subdesenvolvimento social e econômico e condições de miséria – esses resultados positivos se diluem no mar dos desafios, porém, inegavelmente não se podem ignorar os indicativos favoráveis ao projeto que de alguma maneira podem contribuir para transformar as condições de vida da comunidade amplamente. Obviamente que esses resultados quando confrontados com a idéia de empoderamento, ou seja, algo mais duradouro se relativiza diante as inúmeras variáveis que influenciam diretamente na perduração de tais efeitos para a comunidade.

Isso significa que, para tentar garantir apreensão de tais valores por parte dos envolvidos e a modificação de hábitos não cooperativos, o projeto deveria ter se voltado atentamente para o desenvolvimento de habilidades humanas de reflexão crítica e de sociabilidade, valendo-se da aplicação de ferramentas pedagógicas e da ambientação ideológica e cultural dos objetivos. A desconsideração desse fator educativo e cultural, fundamental, ocasionou o desperdício de potencial dos atores analisados que apresentaram, de um modo geral, condições para o pleno desenvolvimento de engajamento cívico, empoderamento, emancipação e indícios de transposição do fazer-saber para um saber-fazer turístico.

A análise dos discursos e das entrevistas dos atores sociais identificados permite afirmar que os indícios favoráveis aos desdobramentos da participação comunitária, no caso, não resultaram do trabalho desenvolvido pelo projeto em Cavalcante, apesar da importância deste para a consolidação de algumas convicções individuais. Os atores sociais que apresentaram concepções avançadas e atitudes pró ativas declararam que não houve uma colaboração efetiva nesse sentido, o que permite concluir que possuíam valores e ideais anteriores ao processo do OTS, sendo construídos ao longo de suas vidas. Mesmo com a negativa individual desse ponto, via entrevista, essa afirmação, também foi embasada na verificação da metodologia levada à comunidade durante as reuniões e que não buscou aprofundar questões fundamentais a construção de uma percepção social mais afinada com tais elementos que tanto auxiliariam o desenvolvimento da proposta.

Quanto aos problemas estritamente de ordem metodológica, sem desconsiderar os resultados dos atores sociais, avalia-se que um processo de participação comunitária não se torna efetivo no prazo de ano, pois não é suficiente para que a comunidade envolvida una-se e forme um grupo de trabalho caracterizado pelo respeito e a confiança mútua. É pouco tempo para se romper com as relações tradicionais de paternalismo e dependência entre a comunidade e o poder público ou os técnicos do projeto, o que conseqüentemente, desemboca na subordinação dos grupos comunitários a esses. Fato percebido pelo ator institucional, representado pelo agente local, Pablo Betancor, quando entrevistado e alguns membros da equipe técnica, porém essa recomendação não foi repassada em nenhum documento do projeto, nem em seus relatórios de prestação de contas ou no relatório final de execução.

A transformação que se defende nesse tipo de iniciativa não fica a cargo somente de um prazo maior de quatro ou de cinco anos, existem metodologias participativas que trabalham com essa perspectiva no prazo de um ano, por isso, é preciso delinear uma sistemática de formação e fortalecimento de grupos comunitários para que de fato sejam efetivos os resultados. Dessa maneira, recomenda-se o equilíbrio na definição de prazos e metas a serem trabalhados no tempo estabelecido por instituições financiadoras, bem como, a relativização dos mesmos diante uma problemática maior, ou seja, não se deve perder de

vista que os frutos gerados são pontuais e pequenos e que não podem ser abandonadas tais iniciativas.

Nesse contexto, o mais importante é o “como” o processo e as discussões ocorrem, ou ainda, de que forma a comunidade pode se organizar para articular e definir suas prioridades, assim como, as expressa e negocia junto às instituições que lhes prestam serviços. Por isso, a pauta de operacionalização – o como vai se dá o processo e seus métodos – deve ser definida em comum acordo com a comunidade e os técnicos para que possam dialogar e encontrar soluções para os diferentes problemas da localidade, justamente o contrário da imposição vertical e do prejulgamento quanto à incapacidade de decisão da comunidade.

Para que de fato ocorra um processo de mudança os objetivos e prioridades devem ser alcançadas via criação de consenso dentro do grupo, porém baseado em uma nova posição acerca do problema ou da realidade desfavorável, bem como, o estabelecimento de uma visão conjunta que somente pode ser construída via participação em prol de um objetivo comum. Aqui se encontra a importância da elaboração de diagnóstico conjunto da comunidade e entidade tuteladora sobre o desenvolvimento do turismo e perfil socioeconômico do município, como exemplos nessa perspectiva, para que se possam compreender de maneira crítica e condizente quais as necessidades prioritárias do local.

Nesse sentido, a grave desconexão entre os principais elementos metodológicos, ou seja, a falta de ligação entre a esfera participativa e o desenvolvimento de pesquisas desassociadas da realidade social e apenas voltadas para a informação do mercado turístico, devem ser evitada por comprometer o processo como um todo e as possibilidades de desdobramento da participação comunitária. Tal desconexão acentuou-se frente o desconhecimento sobre as metodologias participativas por parte da equipe técnica que não conseguiu assimilar as descontinuidades da participação de alguns atores, acabando por não obter o devido resultado e envolvimento de todo o grupo nas atividades propostas conforme era esperado.

Metodologicamente, a elaboração de um plano de ação em meio ao processo de participação comunitária é citada como fundamental, por algumas metodologias participativas, por ser uma forma de exercício para a comunidade sem o conhecimento prévio acerca de rotinas de planejamento e gestão coletivas. Obvio que se torna necessária sua operacionalização e conclusão para completar o ciclo de aprendizagem e de alguma maneira se possam estabelecer mudanças na localidade, por isso, a não execução de todas as ações consideradas prioritárias, como o Turismo na Escola, não certifica a meta de aprendizagem dos envolvidos como cumprida e ainda comprometer e influenciar negativamente o objetivo do exercício.

A participação comunitária que ganhou destaque e condicionou o sucesso da proposta colocada pelo Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO, não conseguiu ser devidamente atendida pela metodologia concebida, principalmente no quesito envolvimento e qualidade participativa da comunidade que envolve nuances subjetivas de confiança, cooperação, identidade, reciprocidade e conscientização, que motivou uma revisão metodológica quanto aos princípios, conceitos chaves e dimensões do OTS. Dessa maneira, o objetivo do projeto de *consolidar a implantação do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante, voltado para o planejamento, o monitoramento e a gestão participativa do desenvolvimento do turismo de forma sustentável no município de Cavalcante/GO* não foi totalmente atendido devido ao baixo envolvimento dos participantes no decorrer do processo, sendo a continuidade do monitoramento e das atividades de planejamento as mais prejudicadas pelas descontinuidades do projeto e metodologia adotada. Quanto à gestão participativa, credita-se a iniciativa de criação da Associação Chapada Sustentável como resultante do exercício participativo do OTS, e ainda como indicio de empoderamento de alguns membros do grupo gestor.

Da mesma maneira, os objetivos específicos foram comprometidos pela metodologia adotada pelo projeto e sua concepção ideológica “para o bem da comunidade” de detentora do saber em prol da localidade e do desenvolvimento do turismo, sendo eles: difundir a metodologia para o planejamento participativo, o monitoramento e a gestão compartilhada da atividade turística de Cavalcante; estabelecer de forma antecipada os impactos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento turístico; dar continuidade às pesquisas de demanda e oferta turísticas; consolidar a participação da população nas atividades desenvolvidas; e por fim, planejar, discutir e coletar informações e dados necessários ao monitoramento.

Isso ocorreu porque, primeiramente, a concepção metodológica baseou-se em conceitos chaves reducionistas e não condizentes com a complexidade do processo participativo que pouco norteou à equipe técnica no trabalho de condução do grupo, e ainda, que dão respaldo as posições atrasadas sobre o desenvolvimento do turismo, a participação comunitária e os problemas enfrentados pela localidade. Em segundo, não se tentou por meio de técnicas e ferramentas usadas em metodologias participativas estabelecer reciprocidade mútua na busca de objetivos comuns e nem a promoção de valores e normas coletivas para gerar um convívio harmônico e cooperativo tão fundamental a iniciativas como essa. Em terceiro, a separação entre a dimensão participativa e a dimensão dos estudos e pesquisas impossibilitou a convergência de interesses na construção coletiva de soluções e intervenções compartilhadas dos atores sociais no desenvolvimento do turismo. E ainda, não se entendeu a importância do tempo processual que envolve projetos participativos, sendo pouco produtivo o estabelecimento de prazo para um ano.

Essa avaliação se baseou teoricamente nas metodologias participativas apresentadas por Brose (2010), na metodologia da pesquisa ação de Thiollent (1992), Demo (1984), nas idéias e concepções de Freire (1980) sobre a emancipação e conscientização do sujeito social, Baquero (2006) acerca das estratégias de empoderamento e Moesch (1998) sobre os estudos epistemológicos do turismo; assim como, nas imposições metodológicas colocadas por Jara (1994), Bruyne et al. (1977), além dos outros autores que não foram citados, porém, também foram fundamentais para a análise até aqui empreendida.

Por fim, as inúmeras dificuldades sentidas no decorrer do projeto pela equipe CET/UnB correspondem ao complexo desafio dos processos participativos em comunidades carentes, socialmente e economicamente, que demandam capacidades humanas pouco fomentadas no processo histórico de construção da sociedade brasileira, segundo Cremonese (2006). Contudo, tais problemas não puderam ser amenizados por falta de um aporte teórico e metodológico que permitisse uma adequada reflexão quanto aos objetivos transformadores da proposta, que em parte se justifica pela imaturidade em relação à concepção participativa adotada desde a primeira edição do projeto, principalmente, em reconhecer que a comunidade se constitui como um grupo diverso em sua consciência política, com *habitus* culturais, por vezes divergentes mesmo dentro da mesma comunidade (religião, etnia, gênero, grupos de clãs e famílias) e com potenciais conflitos de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, M. *Administración del turismo: planificación y dirección*. México: Telas, 1984.
- BAQUERO, M. Globalização e Democracia Inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.
- BORBA, J. e SILVA, L. Sociedade Civil ou Capital Social? – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.
- BORDENAVE, J. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, C. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projeto de turismo de natureza. – in: LINDBERG, DONALD E HAWKINS (editores). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: editora SENAC, 2001.
- BROSE, M. *Metodologia Participativa, uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.
- BRUYNE, P., HERMAN, J. e SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Recife: IICA, 1999.
- BURNS, P. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.
- CAMPOS, Edilberto S. Dias (coord.). *Relatório Final do Estudo Diagnóstico: o turismo nas comunidades Kalunga do Vão de Alma, Vão do Moleque e Engenho II – potencialidades, desafios, dificuldades e ações para o desenvolvimento do turismo cultural, rural e ecológico de base comunitária, sustentável e inclusivo*. Brasília: Fundação Banco do Brasil (FBB) – Instituto para o Bem Estar do Funcionalismo Público (IBESP), 2011.
- CORIOLO, L. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. – in: BARTHOLO, R., SANSOLO, G. e BURSZTYN, I. (Org's.). *Turismo de base comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: letra e imagem, 2006.
- CREMONESE, D. Insularismo e Cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.
- DALLABRIDA, V. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.
- DANN, G. Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. – in: PEARCE, D. e BUTLER, R. (Org's.). *Desenvolvimento em Turismo, temas contemporâneos*. São Paulo: contexto, 2002.
- DEMO, P. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Conhecimento Moderno*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas: papyrus, 1994.

FENNELL, D. *Ecoturismo uma introdução*. São Paulo: contexto, 2002.

FINE, M. *et al.* Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. – in: NORMAN, K., DENZIN, Y e LINCOLN, S. *O Planejamento da pesquisa qualitativa, teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: editora Moraes, 1980.

_____. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUSTER, F. *Teoría y Técnica del Turismo*. Madrid: Nacional, 1974. Tomo I e II.

GALLO, S. *Filosofia, Educação e Cidadania*. Campinas: Alínea, 2001.

GASTAL, S. *Turismo, Imagens e Imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005.

_____. (Org.). *Turismo, Investigação e Crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

GIDDENS, A. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, M. *As Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2010.

HORWICH, R. *et al.* O Ecoturismo e o Desenvolvimento da Comunidade: a experiência de Belize. – in: LINDBERG, DONALD E HAWKINS (editores). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: editora SENAC, 2001.

JAFARI, J. *La cientificación del turismo: Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires: CIET, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

KRIPPENDORF, J. Desenvolvendo o Turismo em Harmonia com os Seres Humanos e o Ambiente Natural. – in: GASTAL, S.(Org.). *Turismo, Investigação e Crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LEIPER, N. *A estrutura do turismo*. Austrália: Universidade Técnica de Sidney, 1979.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

LYOTARD, J. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1988.

MATOS, H. *Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MENDONÇA, T. *Turismo e participação comunitária: prainha do canto verde, a canoa que não quebrou e a fonte que não secou?* Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social. UFRJ/Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2004.

MOESCH, M. O fazer-saber turístico: possibilidades de superação e limites – in: GASTAL, S. *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. *Epistemologia social do Turismo*. Tese de doutorado USP. São Paulo, 2004.

_____. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

MONASTERIO, L. A Retórica do Capital Social: uma análise da obra de Robert Putnam. – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Aquarela 2020: Marketing Turístico Internacional*. Brasília: MTur, 2010.

_____. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: MTur, 2006.

MULS, L. *Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de capital social e da importância da formação de redes entre organismos e instituições locais*. Revista Economia, janeiro/abril 2008.

NAZZARI, R. Capital Social, Cultura e Socialização Política: a juventude brasileira. – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.

NECHAR, M. e CORTÉS, M. *Apuntes para la Investigación Turística*. México: Universidad de Quintana Roo, 2006.

NECHAR, M. Inter, Multidisciplina y/o Hibridación em los Estudios Socioculturales Del Turismo. – in: GARCÍA, M. e MONTEROS, G.(Org.'s). *Entorno Del Turismo*. Toluca/México: Universidade Autónoma del Estado de México, 2004.

NORMAM, K.; DENZIN, Y e LINCOLN, S. *O Planejamento da pesquisa qualitativa, teorias e abordagens*. São Paulo: Artmed, 2006.

PEARCE, D. e BUTLER, R. (Org's.). *Desenvolvimento em Turismo, temas contemporâneos*. São Paulo: contexto, 2002.

PORTES, A. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Revista Sociologia, problemas e práticas, nº 33, 2000, p. 133-158.

ROS, C. *Capital social e luta simbólica – o caso da Red Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS/ Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2003.

SANTOS, B. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2009.

SESSA, A. *Turismo e política de desenvolvimento*. Tradução: Lourdes Fellini Sartor. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

SINGH, T. e SINGH, S. O turismo e as tribos do Himalaia: em busca de opções de desenvolvimento sustentável para os Botias do Vale Bhyundar. – in: PEARCE, D. e BUTLER, R. (Org's.). *Desenvolvimento em Turismo, temas contemporâneos*. São Paulo: contexto, 2002.

SOUZA, J. Do Capital Social ao Espaço Econômico: o salto necessário. – in: BAQUERO, M. e CREMONESE, D (Org.). *Capital Social, Teoria e Prática*. Ijuí: editora unijuí, 2006.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1992.

TRIBE, J. *Economia do Lazer e do Turismo*. São Paulo: Manole, 2003.

TRIVINOS, A. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TORO, J. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

WEID, J. A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONG's no Brasil. In: BROSE, M. *Metodologia Participativa, uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

WTO. *Tourism Definitions for the U.S. Tourism Statistical Systems*, 1998

WTO. *World Tourism Leaders Meeting: The Social Impacts of Tourism. Final Report*. Madri: WTO, 1997.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O presente questionário faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado do Centro de Excelência em Turismo/UnB que tem como objeto de análise a participação comunitária desenvolvida no âmbito do Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante/GO. Tal instrumento tem a intenção de ouvir os entrevistados com suas avaliações e/ou percepções sobre o Observatório de uma maneira geral, visando apreender quais foram os legados para os envolvidos, e ainda, verificar se a participação proposta pelo Observatório conduziu a comunidade ao empoderamento, emancipação e engajamento cívico.

As perguntas são abertas para facilitar as respostas dos entrevistados e garantir a liberdade de opinião de cada um dos envolvidos.

- 1) Para você, houve alguma contribuição do projeto Observatório para a sua compreensão sobre o turismo, ou seja, você passou a entender melhor o que é o Turismo? E o que é Turismo para você?**
- 2) Como é a participação da comunidade de Cavalcante nas decisões sobre seus problemas locais?**
- 3) Com a implantação do Observatório para o Turismo Sustentável, ocorreu alguma mudança na participação da comunidade?**
- 4) O que é o Observatório para você?**
- 5) O trabalho do Observatório ao longo destes anos contribuiu para o desenvolvimento do turismo em Cavalcante? Caso positivo, como? Caso negativo, por quê?**
- 6) Indique o que mais lhe agradava na participação do observatório?**
- 7) Indique o que você não gostava na participação no Observatório?**
- 8) Você modificou sua forma de atuar junto à comunidade, após a participação no Observatório? Em caso positivo, como? Em caso negativo, por quê?**
- 9) Qual (is) foi a maior colaboração ou benefício deixado pelo Observatório para Cavalcante? Segundo sua opinião.**

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico.	Deve ser despertada nos participantes da visita técnica o entendimento dos benefícios econômicos da atividade turística, ou seja, que grande parte da população pode obter vantagem com o turismo.	Os exemplos das outras cidades da Chapada serão norteadores das ações de Cavalcante, no entanto, a responsabilidade para o desenvolvimento sustentável do turismo é compartilhado com os donos dos atrativos, guias, pousadeiros, respeitando a história e a cultura da cidade, e o poder público, fiscalizando e regulando a atividade.				
Participação	Envolvimento dos	O trabalho do CET	A comunidade é				

Comunitária	membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.	foi fundamental, Pablo teve uma atuação excelente, as reuniões atraíram muitas pessoas, a situação estava indo bem, mas poderia ter tido mais participação.	que deve decidir entre o turismo ou outras atividades, como a mineração, que podem ser paradoxais em relação ao futuro da cidade.				
Saber-fazer Turístico	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural.						
Emancipação	Processo que visa à libertação humana frente à injustiça, exploração ou	Depois dessa experiência, a ideia agora é envolver a prefeitura e que	A conscientização acerca do turismo deve começar pela				

	opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.	se replique nas escolas, para que se passe a olhar Cavalcante de forma diferente.	escola, base fundamental de nossa sociedade.				
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.						
Empoderamento	Resultado do processo participativo comunitário baseado no	O grupo deve ter clareza ao planejar as ações com começo, meio e fim para	A continuidade das pesquisas pode ser assumida pelos condutores,				

	princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos	não se perder dos objetivos.	evitando, assim, a vinculação com o poder público.				
Engajamento Cívico	Condição meio para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.		Mesmo com a escolha pela divulgação, acho que o Comitê tem força de pressão no caso do lixo.				

Fonte: MOESCH, 2002.

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico.		Trabalhei nos dois momentos do projeto e vi que, embora algumas pessoas falhem, muitas outras são unidas e têm interesse em trabalhar pelo turismo da cidade. Eu mesma corria atrás de pessoas para participarem das reuniões.				
Participação Comunitária	Envolvidos dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção,		Só não participa quem não quer, porque há mesmo os que só querem criticar. Sou sozinha, minha mãe e minhas irmãs se mudaram de Cavalcante, mas				

Saber-fazer Turístico	distribuição, consumo, vida política e criação cultural.		eu nunca desanimei.				
	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural.						
Emancipação	Processo que visa à libertação humana frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.						
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio coletivo						

	<p>pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.</p>						
Empoderamento	<p>Resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos</p>		<p>O projeto não devia parar, principalmente com o trabalho nas escolas. Podemos nos organizar no Comitê e continuar a desenvolver o trabalho de dois em dois meses nas escolas.</p>				
Engajamento Cívico	<p>Condição meio para os processos</p>	<p>A falta de conscientização</p>					

	participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.	em torno do lixo é nova, antes a cidade não era tão suja.					
--	---	---	--	--	--	--	--

Fonte: MOESCH, 2002.

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico.	As pesquisas são importantes, principalmente para o empreendedor, pois é a única forma de conhecer a avaliação que seus clientes fazem de seus serviços e equipamentos.					
Participação Comunitária	Envolvidos dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.						

Saber-fazer Turístico	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural.						
Emancipação	Processo que visa à libertação humana frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.						
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de						

	transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.						
Empoderamento	Resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos	Não tem mais como promover as visitas aos estabelecimentos da mesma categoria da primeira, pois existem poucos na cidade.					
Engajamento Cívico	Condição meio para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no						

	sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.						
--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: MOESCH, 2002.

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico.	O crescimento do comércio local nos últimos anos e a valorização de terrenos foram impulsionados pelo turismo, tendo um impacto extremamente positivo para a população como um todo, porém, muitos não conseguem ter essa percepção.	As linhas de ações propostas pelo Observatório são necessárias, a população tem de entender a importância do potencial do turismo para a cidade.				
Participação Comunitária	Envolvidos dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida	O Observatório poderia ter sido mais ousado, mas sem participação, como?	(...) o que interessa realçar é o <i>mea culpa</i> pela falta de participação generalizada do <i>trade de Cavalcante</i> . Na última reunião por exemplo, havia quatro pessoas; isso atrapalha o				

	política e criação cultural.		desenrolar dos trabalhos e vale para tudo, ou seja: falta união em prol dos objetivos comuns.				
Saber-fazer Turístico	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural.						
Emancipação	Processo que visa à libertação humana frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.	Existe uma dificuldade em relação aos custos desse tipo de ação estruturante, além de ser estabelecido um prazo muito curto para isso.					
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio						

	coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.						
Empoderamento	Resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos	O COMTUR tem todas as condições de ser uma ferramenta de coesão entre o trade, mas por falta de comprometimento e de interesse do poder público local está inativo há um ano.					
Engajamento	Condição meio						

Cívico	para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.						
---------------	---	--	--	--	--	--	--

Fonte: MOESCH, 2002.

RUBRICAS				SUB-RUBRICAS			
TEMAS	Concepções	Dificuldades	Avanços	Totalidade/ Fragmentação	Teoria/ Prática	Autonomia/ Dependência	Criticidade/ Alienação
Turismo	Fenômeno sociocultural que vai além da simples concepção do turismo como objeto de consumo no sistema econômico.	O turismo é uma atividade econômica ainda pouco estudada no Brasil (...) além disso, é grande o apelo que este setor tem exercido sobre os interessados em reduzir pobreza e a desigualdade econômica.	O potencial de beleza natural e de riqueza cultural da região indica a existência de atrativos suficientes para o desenvolvimento do turismo, que precisa ocorrer de forma sustentável tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural, social e econômico.				
Participação Comunitária	Envolvidos dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida	O baixo quórum presente em alguns encontros do Comitê Gestor foi devido mais à falta de comprometimento da população do que pela falta de divulgação, uma vez que todos os membros eram	O desenvolvimento da qualidade participativa do grupo, caracterizado por um processo longo que encontra dificuldades e limitações no estabelecimento, depende da configuração social do local, por isso o fomento à				

Saber-fazer Turístico	política e criação cultural.	avisados por e-mail, e contato telefônico direto, em cada um dos encontros; O processo de construção da ação prioritária, em suas etapas de identificação, definição, planejamento, execução e avaliação, é o principal instrumento de capacitação do grupo gestor quanto à metodologia participativa.	cooperação torna-se um desafio em Cavalcante.				
	Superação dos discursos produzidos pelo mercado na produção teórica da área; Aprofundamento da compreensão e complexidade do turismo como fenômeno sociocultural.						

Emancipação	Processo que visa à libertação humana via conscientização frente à injustiça, exploração ou opressão do mundo imposta pela naturalização histórica da situação dos dominados.	O grupo gestor compreendeu que a falta de preparo do município como destino turístico tem relação com a falta de informação da população sobre o tema (...). Daí se tirou a ideia de trabalhar ações educativas, uma vez que a conscientização da população terá reflexos na qualidade do atendimento e serviços, e nos investimentos do setor público e privado.	O potencial de conscientização da comunidade por meio do trabalho pedagógico com crianças e adolescentes têm gerado expectativas e sugestões ao esboço do seu plano de ação, construído em conjunto com os professores e demais colaboradores.				
Capital Social	Bem comum ou um patrimônio coletivo pertencente à estrutura de uma dada sociedade com poder de transformar seu ativo de relações		(...) executar um trabalho que de fato contribua com o melhor desenvolvimento local aproveitando a vocação turística associada ao				

	<p>sociais baseadas na confiança, cooperação e reciprocidade em benefícios quantitativos e qualitativos, criando condições de superação de um histórico de abandono e pobreza.</p>		<p>capital social presente na comunidade, por acreditar no potencial do turismo de promover um desenvolvimento sustentável e incluyente.</p>				
Empoderamento	<p>Resultado do processo participativo comunitário baseado no princípio de protagonismo social que objetiva criar e/ou desenvolver autoridade e habilidades nos envolvidos</p>	<p>O empoderamento da comunidade em torno do planejamento e gestão do turismo ao longo do tempo, e com a saída do CET, comprometeria a efetividade esperada pela proposta, sendo tal elemento o diferencial idealizado pelo OTS, e a retomada metodológica a oportunidade de incluir e destacar</p>	<p>O empoderamento pretendido da comunidade passa pela apropriação da gestão participativa por parte do Comitê Gestor, tendo como indicativo positivo o início do processo de execução das ações propostas com contribuições dos membros, parceiros e demais participantes.</p>				

Engajamento Cívico	Condição meio para os processos participativos do turismo; ação por parte dos cidadãos, no sentido de fazer e de propor mudanças, pautando-se por uma participação qualificada que enriqueça sua existência no mundo.	esse diferencial.					
--------------------	---	-------------------	--	--	--	--	--

Fonte: MOESCH, 2002.

ANEXO

ENTIDADE	PROJETOS
Operadora Travessia Ecoturismo Instituto HSBC Solidariedade ONG Inglesa	Construção de um Posto de Saúde e Escola para a comunidade Engenho II
Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Agrário Incra.	Projeto Casa Digital Kalunga – laboratório de inclusão digital
Universidade de Brasília	Projeto Observatório para o Turismo Sustentável
Instituto Novas Fronteiras	Comodato de máquinas de costura por 2 anos, iniciado em julho de 2010
Fundación SES Enterworld – Centro de Empreendedores do Mundo	Projeto Empreender Quilombola: lições para a vida toda (projeto financiado pelo BID e Microsoft)
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Projeto de construção de uma farmácia de remédios caseiros Projeto Kalunga Cidadão Encontro de pesquisadores da temática Kalunga.
Empresa PROVE (Agroindústria de Brasília-DF)	Construção de uma indústria de aproveitamento de frutos do cerrado e cultivados. Já foi Iniciada a produção de doce de caju, banana, tomate e abacaxi desidratados e chás caseiros. Obs: exceto o fruto da mangaba, a região não é apropriada para produção de alguns desses frutos.
ECODATA (Empresa de Goiânia)	Apoio técnico e incentivo para a agricultura familiar em 2010
Deputado Estadual Jose Geda	Doação de ônibus retificado e manutenção do mesmo, para o transporte coletivo ligando a Comunidade do Engenho II a Cavalcante, que funciona nas terças e quintas-feiras
CONAB	Doação de cestas básicas para todas as famílias Kalunga
SEBRAE	Projeto Turismo e Cultura da Região Nordeste de Goiás Projeto Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
CENAR (Goiânia)	Curso sobre como fazer adubo orgânico
ONG Paidéia Imaginar Fotografias Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil	Projeto Foto-lata Arte e Ciência: a luz kalunga na lata Sugestão: incluir no Guia Turístico algumas fotos feitas neste projeto.
ONG Aymarã	Investimentos turísticos na comunidade Engenho II financiado pela Petrobrás

Fonte: CAMPOS ,2011